

Fabício Vinhas Manini Angelo

**“Pelo muito amor que lhe tenho”: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na  
Comarca do Rio das Velhas (1716-1780).**

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
13 de agosto de 2013

Fabício Vinhas Manini Angelo

**“Pelo muito amor que lhe tenho”: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na  
Comarca do Rio das Velhas (1716-1780).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** História Social da Cultura

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo França Paiva

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
13 de agosto de 2013

981.51 Angelo, Fabrício Vinhas Manini  
A584p “Pelo muito amor que lhe tenho”: [manuscrito] : a família, as vivências  
2013 afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780) / Fabricio  
Vinhas Manini Angelo.- 2013.

177 f.

Orientador: Eduardo França Paiva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Filosofia e Ciências.

1. História – Teses. 3. Mestiçagem - Teses. 4. Família – Minas Gerais –  
História - Teses. 5. Minas Gerais – História – Teses. I. Paiva, Eduardo França. II.  
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Fabricio Vinhas Manini Angelo**, intitulada: **“Pelo muito amor lhe tenho”**: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780), no dia 13 de agosto de 2013 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Dr. **Eduardo França Paiva** - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profa. Dra. **Adriana Dantas Reis**  
Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Profa. Dra. **Júnia Ferreira Furtado**  
Universidade Federal de Minas Gerais

*À minha mãe Elisabete Manini, à minha avó Joaquina Freitas Vinhas (in memoriam) e à minha bisavó Lucinda Freitas Vinhas (in memoriam) por serem presenças constantes em minha vida, mesmo que eu nem mesmo tenha conhecido essa última, e me fazerem compreender que certos “elementos” da cultura permanecem mais do que podemos acreditar.*

*Inclassificáveis*  
*Arnaldo Antunes e Chico Science*

*que preto, que branco, que índio o quê?*  
*que branco, que índio, que preto o quê?*  
*que índio, que preto, que branco o quê?*

*que preto branco índio o quê?*  
*branco índio preto o quê?*  
*índio preto branco o quê?*

*aqui somos mestiços mulatos*  
*cafuzos pardos mamelucos sararás*  
*crilouros guaranisseis e judárabes*

*orientupis orientupis*  
*ameriquítalos luso nipo caboclos*  
*orientupis orientupis*  
*iberibárbaros indo ciganagôs*

*somos o que somos*  
*inclassificáveis*

*não tem um, tem dois,*  
*não tem dois, tem três,*  
*não tem lei, tem leis,*  
*não tem vez, tem vezes,*  
*não tem deus, tem deuses,*

*não há sol a sós*

*aqui somos mestiços mulatos*  
*cafuzos pardos tapuias tupinamboclos*  
*americanarataís yorubárbaros.*

*somos o que somos*  
*inclassificáveis*

*que preto, que branco, que índio o quê?*  
*que branco, que índio, que preto o quê?*  
*que índio, que preto, que branco o quê?*

*não tem um, tem dois,*  
*não tem dois, tem três,*  
*não tem lei, tem leis,*  
*não tem vez, tem vezes,*  
*não tem deus, tem deuses,*  
*não tem cor, tem cores,*

*não há sol a sós*

*egipciganos tupinamboclos*  
*yorubárbaros carataís*  
*caribocarijós orientapuias*  
*mamemulatos tropicaburés*  
*chibarrosados mestícigenados*  
*oxigenados debaixo do sol*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a produção desse trabalho é tarefa muito difícil e provavelmente esquecerei de alguém. No entanto, ela tem que ser feita para dar crédito a quem tem que ser dado. Então lá vai:

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador Prof. Eduardo França Paiva por ter acreditado em meu projeto e ter me dado mais essa oportunidade de trabalhar e, mais certamente, aprender com ele. Além disso, tenho que agradecer a paciência que ele teve com este orientando teimoso.

Agradeço também ao Prof. Tarcisio Rodrigues Botelho por ter participado da banca de qualificação e contribuir com a escrita final deste trabalho.

Agradeço também à Profa. Júnia Ferreira Furtado não só por ter participado da banca de qualificação como também por participar da banca de defesa dessa dissertação juntamente com Profa. Adriana Dantas Reis e contribuírem muito com este trabalho e fazendo eu repensar vários aspectos dele.

Ao Prof. José Newton Meneses Coelho que lá no início foi o primeiro a ler o meu projeto e soube como ninguém me dar um *feedback*... só me considerarei pronto quando aprender a fazer isso.

Gostaria de agradecer aos Professores com os quais tiver oportunidade de fazer as disciplinas do curso e que realmente me abriram as portas para outros aspectos que estavam por aparecer nesse percurso e ainda não havia me dado conta: Além do Professor Douglas Cole Libby, as Professoras Maria Eliza Linhares Borges, Adriana Romeiro e Vanicléia Santos Silva na História e no CEDEPLAR-FACE aos Professores Clotilde Andrade Paiva e Mario Marcos Sampaio Rodarte.

Agora já em um âmbito mais administrativo tenho que agradecer aos professores,

Kátia Gerab Baggio e José Newton Meneses Coelho, coordenadores do Programa de pós-graduação em História da UFMG, firmes condutores do programa. Também este trabalho não teria sido levado a cabo sem a grande estrutura oferecida pela UFMG, instituição à qual agradeço por me acolher por mais um tempo. Também vai meu agradecimentos aos funcionários, sempre atenciosos e prestativos, agradeço, citando aqui de forma especial, do Programa de pós-graduação a Edilene e Mary, no Departamento de História a Kelly e Valteir e no colegiado de História ao Marinho Nepomuceno.

Tenho que agradecer a alguns dos membros do CEPAMM e colegas de pesquisa todos orientandos do Prof. Eduardo. No doutorado Rangel Cerceau Netto pelas várias dicas dadas ao longo desses anos de pesquisa em especial quando da disciplina que ele ministrou para a graduação sobre família. Na iniciação científica tenho que agradecer a Douglas Lima de Jesus, Felipe “Barbacena” Damasceno (*in memoriam*), Elivelto Aparecido Guimarães, Marcela Chadid Vasconcelos por me darem apoio dos mais diversos tipos.

À Carla Berenice Starling de Almeida, funcionária do arquivo Casa Borba Gato em Sabará que consultei para esse trabalho, em especial devido ao cuidado e dedicação em me auxiliar na transcrição de vários documentos e me servir como interlocutora mais experiente.

À Soninha funcionária do Arquivo Público Mineiro que me auxiliou de modo definitivo na localização e transcrição dos testamentos da região de Sabará que estão nos diversos fundo deste arquivo.

Aos diversos professores e colegas da FAFICH-UFMG pelas várias oportunidades de aprender com eles, conhecimentos quase nunca formais, mas ainda sim fundamentais para a minha vivência não só como profissional, mas como pessoa. Aqui provavelmente esquecerei de alguns dele, mas terei que nomear pelo menos entre os professores Luiz Duarte Haele Arnaut e Luiz Carlos Villalta entre os colegas do mestrado a Denise Duarte, pelas sugestões que fez ao meu projeto como é de praxe na disciplina Seminários de Dissertação. Também

tenho que agradecer a Cristiano Lima, Kelly Eleutério, Carlos Malaquias pelos ótimos momentos que passamos juntos compreendendo que pós-graduação não é só nos espaços formais. Em especial gostaria de agradecer a Marileide Cassoli por além de compartilhar dos momentos de descontração como esses últimos colegas também por ouvir minhas lamúrias bem como ler alguns trechos desses trabalhos e dar preciosas dicas.

E entre aos colegas da graduação, Bruno “Sanches”, Elisângela Jory, Esther Augusta Nunes Barbosa, Karina Magalhães Bernardes Denis, Luisa Parreira Kattaoui, Neilia Marcelina Barbosa e Pablo Carlos Ferreira e Gomes e entre os colegas de graduação que me acompanharam no mestrado, Warley “Varley” Alves Gomes e Breno Mendes.

Agradeço também aos meus familiares, principalmente minha mãe, Elisabete Manini, por compreender o tempo que me ausentei e meus tios Leonardo Manini, Letícia Manini e Maria da Conceição Manini por nos ajudarem muito e compreender o quanto esse curso era importante para mim.

Também não posso deixar de agradecer a Rosana Ribeiro de Oliveira por ser minha companheira, minha confidente e compreender os momentos de minha ausência em nome do avanço da História!!! Obrigado minha querida!

Agradeço também ao CNPq que me concedeu uma bolsa que possibilitou-me dedicar exclusivamente às pesquisas aqui apresentadas.

## RESUMO

O presente trabalho visa traçar uma análise sobre a constituição de laços afetivos na intimidade familiar, marcados ou não pela mestiçagem, da Comarca do Rio das Velhas entre 1716-1780. A intenção não é analisar a família nuclear, projeto empreendido já extensamente pela historiografia, nem muito menos a família patriarcal, mas sim compreender como as vivências afetivas, presentes no ambiente mais íntimo da família, expressas através do carinho e o cuidado com aqueles que estão próximos contribuíram para a constituição daquela sociedade. Essas relações apesar de serem comuns para a ideia de família que temos hoje eram novidade no século XVIII. Até então o afeto não era parte indispensável daquele universo mais íntimo. Além disso, essas relações foram muito pouco estudadas pela historiografia a partir de um olhar empático ao século XVIII colonial. Por isso, a necessidade de pensarmos como elas contribuíram para a constituição das famílias, relações de sociabilidade e para a conformação do *universo cultural* mestiço da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII.

**Palavras-chave:** Vivências Afetivas, Família, Mestiçagem, Século XVIII, Comarca do Rio das Velhas.

## **ABSTRACT**

This research aims to analysis, even starting, the formation of emotional bonds in the intimacy of the family of Rio das Velhas County between 1716-1780. The intention is not to analyze the nuclear family, theme already widely researched by historiography, much less the patriarchal family, but understand the affective experiences present in the more intimate setting of the family as the affection and care for those who are near. These relationships, despite the common idea for the family we have today, were new in the eighteenth century. Until then the affection was not indispensable part of that universe closer. Moreover, these relations were not studied by historiography from an empathetic approach to the eighteenth century. Therefore, the need to think about how they contributed to the formation of families, and sociability for shaping the mestizo cultural universe of Rio das Velhas County in the eighteenth century.

**Keywords:** Affective Experiences, Family, Miscegenation, Eighteenth Century, Rio das Velhas County.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro</b>	<b>Pág.</b>
Quadro 1 – Escravos registrados na região das Minas durante parte do século XVIII	82
Quadro 2 - Composição por gênero e condição dos testadores (1716-1780)	88
Quadro 3 - Média de filhos/herdeiros entre os testadores (1716-1780)	115
Quadro 4 - Estrutura da posse de escravos por sexo e condição do testador (1716-1780)	125
Quadro 5 - Total de escravos arrolados por condição de seus Senhores e as médias de posse (1716-1780)	126
Quadro 6 - Escravos libertados, por condição social dos testadores (1716-1780)	137
Quadro 7 - Origem dos escravos pertencente aos testadores arrolados por gênero e condição social de seu senhor (1716-1780)	149

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico</b>	<b>Pág.</b>
Gráfico 1 – Região de origem dos testadores (1716-1780)	95
Gráfico 2 – Composição das qualidades dos testadores (1716-1780)	109
Gráfico 3 – Estado dos Testadores (1716-1780)	112
Gráfico 4 – Estrutura de paternidade/maternidade entre os testadores que admitiram ter filhos (1716-1780)	115
Gráfico 5 - Legitimidade dos testadores (1716-1780)	117
Gráfico 6 – Situação dos pais dos testadores (1716-1780)	117
Gráfico 7 – Estrutura da posse de escravos por testador (1716-1780)	123
Gráfico 8 – Origem dos escravos pertencente aos testadores arrolados (1716-1780)	128

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APM – Arquivo Público Mineiro

CBG – Casa Borba Gato

CMS – Câmara Municipal de Sabará

CPO – Cartório do Primeiro Ofício

CSO – Cartório do Segundo Ofício

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

LT – Livros de Testamento

MO – Museu do Ouro

## SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

Agradecimentos	6
Lista de Quadros	11
Lista de Gráficos	12
Lista de Abreviaturas e Siglas	13
Introdução	15
<b>Parte 1 – A atmosfera deste tempo</b>	19
<b>Capítulo 1</b> - Criticando, mas entendendo as fontes: uma contribuição para a pesquisa em testamentos.	19
<b>Capítulo 2</b> – Sobre os conceitos e o cenário	46
2.1 - As famílias na historiografia	
2.2 - As mestiçagens entre alguns autores do século XX	
2.3 - Vivências Afetivas e a História	
2.4 - Sabará neste tempo	
<b>Parte 2 - Sobre as vivências afetivas nas famílias da Comarca do Rio das Velhas</b>	85
<b>Capítulo 3</b> – O perfil sociocultural dos testadores.	85
<b>Capítulo 4</b> - Família escrava, família livre: uma dicotomia necessária?	121
4.1 - A estrutura de posse dos senhores e o perfil sociocultural da escravaria.	
4.2 - Das relações afetivas nas Alforrias	
4.3 – As dores afetivas	
Conclusão	162
Fontes e Bibliografia	166

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar os resultados da investigação, em âmbito do mestrado, acerca de como as relações afetivas estabelecidas entre indivíduos, oriundos de *universos culturais* distintos ou não, contribuíram para a constituição das famílias na Comarca do Rio das Velhas, entre 1716 e 1780. Além disso, com este trabalho procura-se compreender como essas famílias contribuíram para a formação de um *universo culturalmente mestiço*<sup>1</sup> nesta Comarca. Esta formalização só foi possível muito recentemente, pois o percurso para isto não foi fácil. Quando, ainda na graduação, comecei a trabalhar com as temáticas da escravidão e das mestiçagens, temáticas já amplamente trabalhadas pela historiografia, mal sabia que caminharia para um cruzamento de abordagem que, embora tivessem muita tradição na historiografia, foram pouco pensadas em suas conexões. Sendo assim, a partir de uma disciplina ministrada por Rangel Cerceau Netto sobre História da Família, vi-me apaixonado pela temática e comecei a me preocupar com os aspectos simbólicos e sentimentais relacionados à família. A partir dessa preocupação, procurei pela bibliografia sobre a temática da Família, o que inicialmente me pareceu bastante promissor, pois dava-me as respostas que queria ou que pretendia encontrar. Nesta fase, os escritos de Philippe Ariés foram-me fundamentais.

Porém, com o tempo e com as definições que encontrava para família em sociedades pré-industriais, ficava cada vez mais insuficiente o modo como a historiografia sobre a Família trabalhava a temática dos sentimentos. Por isso, este texto surge da interseção das temáticas da escravidão, das mestiçagens, da família e, mais recentemente, dos sentimentos. Obviamente, este é apenas uma primeira pesquisa de mais fôlego, que tentou responder a algumas questões sobre a família, visto que surgirão outras e que será necessário continuar

---

<sup>1</sup> Conceito empregado aqui conforme: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001.p. 31-32.

caminhando.

Portanto, este trabalho não se compreende como completamente inovador, mas sim como mais um nó na infinita trama historiográfica. Um nó que, é claro, porta a sua especificidade. Isso porque entendo que ele será nó, isto é, ponto de convergência das quatro temáticas citadas anteriormente. Sendo assim, compreende-se que será possível e necessário analisar as *vivências afetivas* estabelecidas, por meio dos testamentos, às vezes de modo pragmático, às vezes nem tanto, entre pessoas oriundas de diferentes partes do mundo. Busca-se aqui, também, descortinar o dia a dia, a intimidade, nos seus diversos aspectos, dos habitantes das casas das vilas e dos arraiais da Comarca do Rio das Velhas ao longo de boa parte do século XVIII.

As principais fontes manuscritas de pesquisa para este estudo são os testamentos elaborados durante o século XVIII. Esses documentos, disponíveis no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e no Arquivo Documental Manuscrito, sob a guarda do IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus -, no Museu do Ouro/Arquivo Casa Borba Gato, em Sabará, estão sendo consultados há algum tempo, inclusive sendo explorados em trabalhos anteriores. Esse *corpus documental* foi elencado devido à sua riqueza e à sua acessibilidade. Nesses arquivos procedeu-se a leitura, a transcrição e, posteriormente, a análise da fonte.

A escolha desse documento como fonte privilegiada nessa pesquisa justifica-se pela quantidade e pela qualidade das informações que podem ser encontradas nele. A partir dessas informações, será possível analisar as formas de miscigenação, a expressão de sentimentos oriundos de universos culturais distintos, que partilhavam a sua intimidade nesta região pesquisada. Dados importantes, muitas vezes nesses tipos de documentos, não se apresentam de forma explícita. No entanto, eles podem ser percebidos nas entrelinhas, nos silêncios, o que permitirá a análise dos processos de mestiçagem pelos sentimentos expressos nestes documentos.

Nesses documentos também é possível perceber permanências, antigos gostos, costumes, práticas e formas de viver, o que os transformam em fontes fundamentais para este trabalho. Utilizar Testamentos significa procurar analisar costumes, práticas, trânsitos e miscibilidades de diversos grupos culturais presentes nas Minas durante o marco temporal proposto para o presente estudo. Então, devido ao tipo de questão que estou formulando e à informação que procuro, fica muito mais claro que uma abordagem muito quantitativa ou demográfica contribuiria muito pouco para o meu trabalho, pois estou buscando recuperar informações mais sutis, da ordem das emoções, que dificilmente seriam verificadas nos padrões demográficos.

E, por fim, o suporte para a investigação documental e para o diálogo historiográfico compõe-se, aqui, de alguns dos conceitos da *História Cultural* que permitiram compreender o universo cultural mestiço desse passado. Noções como *práticas*, *representações* e *apropriações*, bem como *mestiçagem*, *trânsito*, *mobilidade* e *coexistência* também estarão presentes neste estudo. Esses conceitos darão sustentação à ideia de *universo cultural*, no qual se deu a mescla de culturas. Assim, os conceitos apresentados aqui serão imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Os conceitos acima permitiram lançar luzes sobre o cotidiano do século XVIII mineiro e, dessa forma, é possível compreender como aquela sociedade vivia ou convivía. Nesse ambiente, forjaram-se elementos de diversas culturas nos mais diversos espaços, inclusive no interior das casas, e isso é uma outra dimensão do objeto de estudo deste trabalho. Aqui será abordado como as mestiçagens ocorridas em Minas Gerais se vincularam ao universo do sentido, bem como ao universo do feito ou pensado.

Sendo assim, este estudo organiza-se em duas partes cada qual composta por dois capítulos. A primeira parte, com um caráter mais teórico, trata, no primeiro capítulo, das fontes e de como algumas das temáticas relacionadas aos sentimentos surgem nos

testamentos. Busca-se também apontar as limitações e as potencialidades de usar os testamentos para esse tipo de pesquisa. O segundo capítulo desta parte apresenta alguns dos conceitos ou temas que estarão presentes por todo o trabalho. Neste capítulo buscou-se, também, transmitir um pouco da atmosfera daquele tempo e daquele espaço. Obviamente, há sempre o cuidado de estabelecer um diálogo entre as fontes e a bibliografia, ainda que nesta parte as fontes manuscritas apareçam secundariamente.

Já a segunda parte apresenta uma leitura das fontes. O primeiro capítulo mostra o perfil dos testadores e de suas famílias, indicando a origem, os elementos culturais referentes às organizações familiares trazidos por esses grupos. Também, dentro do possível, este capítulo buscará mapear o percurso dos integrantes dessas famílias, justamente para entender as permanências, ou não, das referências culturais dos universos de origem. Além disso, buscará caracterizar algumas das famílias que compuseram aquela sociedade. Outra questão deste capítulo é a explanação sobre como ocorriam os relacionamentos das pessoas nas regiões de origem e sobre como eles foram transferidos para cá.

O segundo capítulo identifica a origem dos escravos e, com isso, as referências culturais que trouxeram para a região. Depois, objetiva compreender como foram estabelecidas essas vivências afetivas e como ou porque eles contribuíram para a conformação de um *universo culturalmente* mestiço. Este capítulo apresenta que partes dessas vivências afetivas foram construídas nos espaços de convergências entre as diversas tradições culturais presentes aqui o século XVIII. No fim do capítulo apresenta-se ainda os conflitos que são aqui compreendidos como o outro lado das vivências afetivas. Isso porque é importante compreender os conflitos, inerentes a qualquer organização social, como algo que surge, pelo menos em parte, justamente de expectativas não correspondidas, ou de outro modo, das *representações* não correspondidas sendo nesse momento que surge o conflito.

## **PARTE 1 – A ATMOSFERA DESTE TEMPO**

Ao longo dessa primeira parte, apresenta-se primeiramente uma reflexão teórico-metodológica acerca dos testamentos que foram utilizados como principal fonte manuscrita nesta pesquisa. No segundo capítulo, compreende-se o debate em torno de três temáticas muito caras a esta pesquisa: a família, as mestiçagens e as vivências afetivas. Aqui, há uma revisão da historiografia sobre cada uma dessas temáticas sem a intenção de esgotar todas as dimensões que cada um dos debates pode conter, porém é apresentado aquilo de mais relevante para as temáticas aqui trabalhadas. Simultaneamente, à apresentação dessas temáticas, estarão presentes as fontes com as quais este trabalho lida, ressaltando a importância dessas fontes para a compreensão dos aspectos em foco neste trabalho.

### **Capítulo 1 - Criticando, mas entendendo as fontes: uma contribuição para a pesquisa em testamentos.**

Primeiramente é necessário traçar algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a principal fonte utilizada neste trabalho para compreender um determinado tempo no passado. Por isso, é necessário frisar que todo tipo de documento/fonte é regido por regras específicas e; sendo, por conseguinte, necessário conhecer as regras que vigoravam na época de sua produção. Assim, aqui será apresentada a principal fonte deste trabalho, em seguida, o significado dela para a sociedade que a produziu e, por último, será necessário tecer algumas considerações sobre as informações que serão retiradas dela. Isso porque, como afirmam Samara e Tupy (Cf. 2007, p. 118), todo documento demanda um prévio conhecimento dos seus diversos meios de expressão, ou seja, não conhecer os valores, os interesses, os problemas e as técnicas e os olhares expressos por cada um deles implica uma leitura acrítica

do documento. Ou talvez, de maneira mais precisa:

Verifica-se, assim, uma das possíveis armadilhas em que pode incorrer o historiador: independentemente da forma como a palavra escrita é registrada, não é possível esquecer que um texto, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem. Ora, enquanto veículo de idéias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico, conteúdos, mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos. Sua decodificação impõe, ainda, o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir; demanda, portanto, um trabalho de especialistas ou a crítica da erudição. (SAMARA e TUPY, 2007, p. 121)

Inicialmente para esta parte do trabalho, cabe ressaltar que foram feitas escolhas, por assim dizer, um recorte necessariamente arbitrário, que passa pela leitura dos testamentos registrados na Comarca do Rio das Velhas, entre 1716 e 1780, que estão no fundo do Cartório do Primeiro Ofício (CPO), no Museu do Ouro/Arquivo Casa Borba Gato (MO-CBG), e no fundo da Câmara Municipal de Sabará (CMS), no Arquivo Público Mineiro (APM). Essa escolha se dá justamente pela impossibilidade, nesse espaço, de analisar todas as mudanças ocorridas nas fontes e na legislação sobre a produção desse tipo de documento e de tudo o que isso implica para transformações pelas quais a sociedade passou durante esse período. Também, não será possível deixar de dialogar com a bibliografia que trata dessa fonte ou de temas a ela relacionadas para outras regiões e períodos. Para compreender a importância dos testamentos, haverá um diálogo com autores que, em algum momento de suas carreiras, os utilizaram como fontes primárias para sua pesquisa e que fizeram reflexões teóricas sobre essas fontes<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para esse texto, penso nesses autores: ARIES, Pilippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. Vol. 2., CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Tese, doutorado), PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – Estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009, PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho, serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado) (Esta última em especial o primeiro capítulo), PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas minas gerais do século XVIII – Estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. & NOVAIS, Fernando. (Orgs). *História da Vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo

Os testamentos estiveram presentes desde muito cedo na história da humanidade. Segundo Antônio Joaquim de Gouveia Pinto (1844, p. 3-8), existem referências a eles entre os hebreus, os egípcios, os gregos e certamente entre os romanos. Estes deram mais complexidade ao ato de testar, reconhecendo casos para os quais não se poderiam exigir as mesmas formalidades. Ainda segundo esse autor, foi dessa civilização que antepassados ibéricos receberam a tradição e a legislação sobre o testar. Porém, foi só no século XII, devido ao ensino do Direito Romano, que o uso dos Testamentos se dispersou, inicialmente, entre os nobres e, depois, entre os plebeus (Cf. PINTO, 1844, p. 9-10).

Segundo Raphael Bluteau (Cf. 1712-27, p.132, Vol.8): testamento deriva-se de duas palavras Latinas, *Testatio mentis*, que seria uma declaração de última vontade e disposição de seus bens, depois da morte, registrada por um tabelião, em presença de testemunhas, segundo as formalidades de Direito, que as leis ou os costumes locais ordenam. Segundo Silva (1789, p. 456, vol. 2), testamento é a “declaração que alguém faz do que se há de fazer dos seus bens depois de sua morte”.

---

luso-brasileiro. In: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Siveira T. Tupy. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, VOVELLE, Michel. Ideologias de Mentalidades. São Paulo: Brasiliense. 1991, VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, O trabalho do luto*. São Paulo: editora Unesp, 2010. FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In.: CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada, 3: da Renascença aos Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, MAGALHÃES, Beatriz Ricardina, SILVA, Vera Alice Cardoso, PEREIRA, Ana Luiza Castro, CHEBLE, Gilson Brandão. Evolução da economia e da riqueza na comarca do rio das velhas – capitania de Minas Gerais, 1713 – 1763, em 10º Seminário sobre economia mineira, Diamantina, Cedeplar, 2002. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/d04.PDF](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/d04.PDF). Acesso em 2012, MOTT, Luis. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In.: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, 1), ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. O testamento no âmbito da herança: São Paulo séculos XVIII e XIX . In: *I Jornada Internacional de História da Família: Uma abordagem interdisciplinar*, 2003, São Paulo. Revista Seminários Internos do Cedhal. São Paulo: Cedhal, 2003, ANGELO, Fabrício Vinhas Manini, *"Pela Muita Amizade Que Lhe Tenho": Um Estudo Sobre As Mestiçagens Na Comarca Do Rio Das Velhas (C. 1710 - 1750)*. Belo Horizonte; FAFICH/UFMG, 2010 (Monografia de Bacharelado em História), ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. As práticas testamentárias paulistanas da primeira metade do século XIX. Revista História Hoje (São Paulo), v. 3, n.9, p. 5, 2006, ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. In: Revista Histórica nº6. São Paulo: Arquivo do Estado /SP, 2005 (Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br). Acesso 2012), FLEXOR, Maria Helena M. O. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 00, p. 1-8, 2007.

De modo diferente e talvez mais detalhado, Gouvea Pinto (1844, p. 19-20) definiu testamento, seguindo Modestino, e “quer dizer que é uma disposição, ou declaração justa, ou solene da nossa vontade, sobre aquilo que queremos que se faça depois de nossa morte”. Fazendo considerações sobre essa definição, Gouvea Pinto (1844, p. 20) diz em nota que, “para que essa definição fosse perfeita para os romanos, deveria conter mais palavras [...] para diferenciar o codicilo do testamento”, e, “com a palavra justa significa feito segundo as formalidades de Direito [...] supõe que há instituição de herdeiro; porque era uma das formas e condições prescritas pela Lei para a validade do Testamento”.

Claro que houve diversas alterações na legislação sobre os testamentos e sobre os direitos de sucessão desde a sua propagação no século XII, o que indica as transformações pelas quais as diversas sociedades passaram ao longo do tempo. No entanto, os testamentos que são trabalhados aqui foram produzidos no século XVIII, e as diversas disposições sobre eles apontam de uma maneira geral para uma sociedade profundamente religiosa, hierarquizada e escravocrata, deixando claras as distinções sociais, ainda que reservassem espaços para as exceções. Nesse sentido, algumas vezes, essas práticas foram incorporadas à legislação conforme observa-se no trecho das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que alteravam as disposições que estavam registradas nas Ordenações do Reino:

Ainda que pelo direito Canônico era proibido aos Clérigos, e Beneficiados testarem dos bens adquirido em razão das igrejas de toda a Espanha, e França, sem consentimento, e ciência dos Sumos Pontífices, e Prelados, está introduzindo que os Clérigos, e Beneficiados possam testar dos frutos, e bens, que adquiriram em razão de suas Igrejas, e Benefícios, o que mais particularmente se deve observar com a qualidade das rendas dos Benefícios deste Arcebispado, que são côngruas tão tênues, que escassamente bastão para a parca subsistência de um Clérigo. (VIDE, 1707, tit. 37, p. 227)

com as diversas alteração pelas quais os testamentos passaram ao longo do tempo, no século XVIII, esses documentos chegaram ao seu grau máximo de complexidade, nesse momento eles poderiam ser divididos em 5 partes, como diz Paiva:

- 1<sup>a</sup>) Invocação à Santíssima Trindade: localização e datação do documento; identificação do testador (nome condição - no caso de Libertos-/ naturalidade/ nacionalidade/ filiação/ domicílio / estado civil/ cônjuge/ filhos ofício; a data de nascimento ou mesmo a idade aproximada nunca eram registradas) e indicação do(s) testamenteiros(s) e herdeiro(s) universal(is).
- 2<sup>a</sup>) Disposições e legados espirituais, local e forma detalhada do sepultamento, número de missas por intenção da própria alma e pelas almas de outras pessoas, bem como o local ou locais dessas missas.
- 3<sup>a</sup>) Inventário resumido (às vezes completo) dos bens móveis, imóveis; alforrias, coartações, arrestos e vendas de escravos; disposições e legados materiais e identificação de dívidas e créditos.
- 4<sup>a</sup>) Disposições gerais, assinatura ou sinal do testador, assinaturas do escrivão e do oficial responsável pelo registro, pela aprovação e pela abertura do testamento.
- 5<sup>a</sup>) Codicilos (poucos testamentos os apresentavam). (PAIVA, 2009, p.47-48)

Para compreender o significado de cada uma dessas partes, é fundamental lançar um olhar mais pormenorizado sobre elas. A primeira parte traz informações que possibilitam a seriação e o conseqüente estabelecimento de perfis socioculturais, sendo, assim, essencial ao ato de analisar as fontes. Com as informações dessa parte, pode-se analisar a proporção de homens e mulheres, suas origens geográficas, se eram livres ou libertos, entre outras características. Na segunda parte, pode-se analisar a religiosidade, as crenças, devoções e seus significados, sua postura diante da morte e como deveria ocorrer o sepultamento. Na terceira parte, o inventário resumido, verifica-se aspectos fundamentais da cultura material daquele período, pois não raramente os testadores declaravam possuir joias, imóveis, roupas, créditos, “trastes” domésticos etc. Além disso, nessa parte é possível perceber as relações entre as pessoas que são citadas e o testador, pois é aqui que ele tratará de seus legados materiais, de seus beneficiados e escravos, assim como de seus credores e devedores. A quarta parte pode indicar a rede de sociabilidade na qual o testador está inserido, pois é nela que são registrados os testamenteiros que assumiram a testamentaria e as testemunhas do registro do testamento. Por último e mais raramente, são encontrados os codicilos, que, quando existiam, normalmente alteravam legados e algumas vontades dos testadores. Essa parte do testamento é interessante, apesar de suas limitações, pois deixa claro o quanto a vida é dinâmica. Afirma-se que os codicilos são limitados legalmente, pois por meio deles não se pode instituir ou

deserdar herdeiros. Para isso, era necessário fazer outro testamento.<sup>3</sup> Normalmente os codicilos eram utilizados para alterar o funeral, as esmolas ou os legados em geral.<sup>4</sup> Claro deve estar que esta divisão é apenas uma orientação geral, pois muitas vezes essas partes se misturavam; indicando, assim, que essa sociedade não separava muito bem alguns aspectos da vida.

Nessa organização documental, fica evidente o caráter religioso que está presente nessa fonte. Assim, tratar de religiosidade nos testamentos do século XVIII é falar, na verdade, das transformações pelas quais os fins últimos dos homens passaram durante o período moderno, da inclusão do terceiro local, o Purgatório, nessa escatologia, e do culto às almas, bem como do impacto dessas transformações na feitura dos testamentos<sup>5</sup>. Apesar da antiguidade nas referências ao terceiro local<sup>6</sup>, ele só é confirmado como elemento na doutrina católica com o Concílio de Lyon (1274),<sup>7</sup> e só se impõe mesmo a partir do século XV<sup>8</sup>. Posteriormente reafirmado pelo Concílio de Trento (1545-1563), em resposta à Reforma Protestante, que criticou a “criação” desse local, e em consequência o comércio de indulgências. Não gratuitamente, essa alteração na escatologia católica veio acompanhada de um aumento ou popularização do ato de testar. Por isso, é necessário concordar que, durante o período moderno, e isso não é diferente em Minas, o testamento acaba por tratar, entre muitos aspectos, da salvação da alma.

Fala-se isso porque, como a origem do testamento é bastante anterior às Reformas Religiosas da Europa moderna, esse documento que originalmente tinha como função tratar

---

<sup>3</sup> Como já demonstrado anteriormente, ver: PINTO, op. Cit. 1844, p. 20. Cf. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D’El Rey D. Philippe*. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870. tit. LXXXVI. Cf. FURTADO, Junia Ferreira. Op. Cit. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs). 2009, p. 100-102. Cf. PAIVA, Eduardo F. Op. Cit, 2009. p. 52.

<sup>4</sup> Cf. PAIVA, Eduardo França Op. Cit. 2009, p. 47-50.

<sup>5</sup> Para ter uma ideia mais precisa dessas mudanças, vale consultar: ARIES, Pilippe. Op. Cit. 1982. Vol. 2. CAMPOS, Adalgisa Arantes. Op. Cit. 1994. MOTT, Luis. Op. Cit. 1997. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2009. Especialmente o Capítulo 1. REIS, João José. Op. Cit. 1997. VOVELLE, Op. Cit. 1991. e VOVELLE, Michel. Op. Cit. 2010.

<sup>6</sup> Cf. VOVELLE, Op. Cit. 2010. p.24-30. e CAMPOS, Op. Cit. 1994. p. 87-90.

<sup>7</sup> Cf. VOVELLE, Op. Cit. 2010. p.28. e CAMPOS, Op. Cit. 1994. p. 89.

<sup>8</sup> Cf. VOVELLE, Op. Cit. 2010. p.61-62.

especialmente dos bens terrenos com a constituição da religiosidade cristã moderna acaba por incorporar aspectos religiosos. Ato que é especialmente incentivado pelo Concílio de Trento. Com isso, deve-se ressaltar que os testamentos são fontes necessariamente ambíguas, pois, ao longo de sua história, incorporaram outras funções sem abandonar completamente as anteriores. Por isso, ao ler as *Ordenações Filipinas*, fonte secular fortemente inspirada no Direito Romano, os aspectos religiosos dos testamentos são apenas secundários, e nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, fonte eclesiástica fortemente influenciada pelas deliberações tridentinas, são inflacionados. Como dito anteriormente, no século XVIII, o testamento chega ao máximo de sua complexidade formal. Em parte isso se deve às transformações pelas quais a cultura e as sociedades passaram ao longo do período em todo o mundo ocidental. Pode-se compreender isso pensando que, desde a conquista e a colonização da América pelos europeus, não há como entender esses mundos como estanques. Nesse momento, essas Histórias se tornaram conectadas. Como afirma Eduardo França Paiva:

É bom lembrar, sempre, que muito do que conhecemos e do que entendemos como referências de um passado, heranças culturais, que, inclusive são evocadas para dar sustentação a certas identidades e às memórias, não tiveram uma única origem, mas ao contrário, “nasceram” ou foram “inventadas”, simultaneamente ou não, por diferentes povos, em diferentes tempos e espaços, às vezes com diferentes motivações e usos, outras vezes não. É necessário, portanto, nos curarmos do vício da origem exclusiva, marca tão importante de uma cultura ocidental e ocidentalizante, que parece ter triunfado historicamente, sobretudo a partir do século XV. A perspectiva de conexão entre histórias toma sentido ao inserir-se nesse universo. Fora dele, ela se confunde com a comparação simplória e fácil. (PAIVA, 2008, p. 14)

O nascimento da Europa moderna se dá justamente com a conquista da América e vice-versa<sup>9</sup>. Por isso, não faz sentido pensar que as mudanças na América sempre ocorrem a reboque das mudanças na Europa. Assim, quando Ariés (1982: 513-14), utilizando-se dos testamentos, fala de uma “revolução dos sentimentos” que ocorre ao longo do século XVIII,

---

<sup>9</sup> Cf. BERNAND, Carmem e GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: da descoberta a conquista, um experiência europeia*. São Paulo. Edusp, 1997. p. 16.

isso acontece em todo o Ocidente mais ou menos simultaneamente. Claro que todas essas mudanças são marcadas pelos contextos regionais, mas não deixa de ser impressionante a proximidade com que elas ocorrem<sup>10</sup>. Nesse sentido, cabe citar esse historiador que pode explicar um pouco mais o que compreende por essa revolução:

Nas antigas sociedades tradicionais francesas, a afetividade era distribuída por maior número de cabeças, não se limitando aos membros da família (geralmente conjugal). Estendia-se a círculos cada vez mais amplos, onde se diluía. Por outro lado, não era totalmente investida; os homens conservavam certa porção de afetividade disponível, que se descarregava aos acasos da vida; afetividade, ou o seu inverso, a agressividade.

A partir do século XVIII, a afetividade é, ao contrário, inteiramente concentrada, desde a infância, sobre alguns seres que se tornam excepcionais, insubstituíveis e inseparáveis.

“Um único ser nos falta e tudo fica despovoado”. O sentimento do outro tomou, então, uma primazia nova. (ARIES, 1982, p. 514)

Não é por acaso que Michel Vovelle (2010, 181-194) aponta para uma devoção às almas no Norte de Portugal profundamente popular, doméstica e familiar. Isso é extremamente significativo quando se considera que milhares de minhotos migraram para o Brasil, e em especial para Minas Gerais, durante o século XVIII. Nesse sentido, a devoção às almas, que migrou do Minho para Minas, aqui certamente se tornou uma devoção às “minhas” almas do purgatório (Cf. CAMPOS, 1994: 106-143). Claro, isso faz muito sentido, quando se entende que esses homens e mulheres quando para cá vieram não teriam abandonado suas crenças. No entanto, nunca é demais lembrar a crítica que Vovelle faz a Ariés:

[...] Reduzida a seu argumento essencial, a leitura de Philippe Ariés se religa a individualização progressiva das atitudes diante da morte, o que é dificilmente contestável, mas deixa sem esclarecimento vários problemas, em particular o das causas e modalidade de atuação, no quadro do que ele definiu como inconsciente coletivo.

[...] Ele postula uma aventura autônoma, não do espírito, mas do nível da consciência onde se encontram os sonhos, o imaginário, as representações que os prolongam, as atitudes e os gestos que o exprimem e os ritos que os cristalizam.

Isso corresponde, seguramente, a situar-se ao nível onde a história das mentalidades se torna apaixonante. Mas podem-se levantar reservas em relação ao ponto de que a

---

<sup>10</sup> Para o contexto mineiro, percebe-se uma modificação na forma dos testamentos e não na devoção. Essa mudança, por vezes, se restringe a uma repetição apenas mecânica, já a partir de meados do século XVIII.

autonomia do inconsciente coletivo fará evoluir as representações coletivas em referência aos condicionamentos, diretos ou não, que contribuem para moldá-lo. (VOVELLE, 1991, p. 146-7).

Então, em resumo, o que Vovelle quer dizer é que as mudanças nas atitudes diante da morte estão realmente relacionadas a uma individualização progressiva dos homens, mas o pressuposto dessa conclusão é incompleto, pois Ariés acaba por desconsiderar a realidade social na qual este fenômeno está vinculado. Para Vovelle, as mentalidades não podem ser pensadas como descoladas da realidade que as cercam. Assim, concordando com ambos, faz todo o sentido o que Luiz Mott (1997:184-192) e Campos (1994: 38-44 e 307-310) dizem quando tratam de uma religiosidade marcada por uma afetividade em relação aos santos, aos pares da confraria, ordem ou irmandade, e em relação aos familiares.

Por causa dessa revolução do sentimento,<sup>11</sup> da privatização na sociedade e dos homens, e em consequência na religiosidade por todo o Ocidente, não seria estranho pensar que a tipologia dos testamentos<sup>12</sup>, estabelecida por Ariés (1982, 510-13), teria algum impacto em Minas. Então, aqui buscarei identificar nos testamentos os tipos propostos por Ariés, ainda que, sem a preocupação de fazer um levantamento exaustivo, na verdade, a intenção é mais

---

<sup>11</sup> Obviamente trataremos dos sentimentos com maiores detalhes no capítulo 2, mas, antes de prosseguir, é necessário uma explicação prévia sobre como venho entendendo os sentimentos e como eles se constituíram ao longo do período moderno. Todo o sentimento, por ser produto de uma cultura, não traduz muito bem a ação dos outros; sendo assim, gostar, amar ou odiar alguém está muito mais relacionado a como alguém reduz o outro a suas próprias vivências. Portanto, os sentimentos não são mais que *representações* que fazemos de alguém.

<sup>12</sup> Aqui cabe uma explicação sobre a tipologia que Philippe Ariés estabeleceu em *O homem diante da morte*. Para este autor, houve um desaparecimento das cláusulas piedosas nos testamentos franceses do século XVIII. Porém, esse desaparecimento para o autor não significou o fim nas crenças cristãs, mas sim uma outra mudança. Essa mudança seria no campo dos sentimentos. Para uma explicação desse processo, cabe citar Ariés: [...] “Suponho que a mudança do testamento, na segunda metade do século XVIII, se devia à nova natureza dos sentimentos entre o testador e os herdeiros. Outrora, esses sentimentos eram antes de desconfiança. Passaram a ser confiantes. As relações de afeição substituíram as de direito. Parece intolerável tornar contratuais as trocas entre seres ligados por uma afeição mútua numa e na outra vida.” (ARIÉS, 1982, 512). A partir dessa constatação, o autor estabelece uma tipologia para os testamentos dos séculos XVIII e XIX que pesquisou. Sendo assim, há uma primeira categoria, bastante volumosa, ainda em meados do século XVIII na qual as causas piedosas são inflacionadas; uma segunda categoria seria caracterizada pela simplificação da primeira, normalmente resumindo as cláusulas religiosas; uma terceira categoria seria caracterizada pela ausência de qualquer instrução particular. Para Ariés, o que parece ser evidente é um sentimento de confiança do testador em seus herdeiros ou família. E a última categoria seria representada pelos testamentos nos quais não existe qualquer alusão a religião. Porém, ao contrário de Michel Vovelle, Ariés não interpreta isso como uma descristianização, mas sim como uma inflação dos sentimentos entre os familiares. Isso dispensaria um registro formal em testamentos, pois as instruções seriam dadas pessoalmente ou por meio de cartas pessoais que estariam fora dos testamentos.

criar uma diretriz de trabalho. Afinal, é possível encontrar testadores que determinem uma série de ritos para o seu funeral e, em período bem próximo, outros testadores que não deixam tão claro esses ritos.

Retomando Minas do século XVIII, para ajudar a refletir sobre o caso de testadores que determinam vários ritos para o seu funeral, pode-se citar o testamento de Antônio da Rocha Roris<sup>13</sup>, o que parece ser bastante religioso:

peço e Rogo a glorioza [ilegível] Virgem Maria Madre de Deos e senhora nossa e a todos os santos da corte celestial principalmente ao Anjo de minha goarda e o Santo de meu nome Santo Antonio e a todos os mais santos[?] e santas[?] a quem tenho mais particular devossan queiram por min interceder e rogar a meu Senhor Jezus Christo[...] meu corpo será sepultados na Igreja Matriz ou capella que que se oferese em o tempo de meu fallecimento e amortalhado em o habito de Sam Francisco havendo e não o havendo será amortalhado naquillo que meus testamenteiros melhor lhe paesser e a ocasiã e pedri e levado a sepultura na tumba que ouver[?] dentro da mesma matris e sendo meu fallecimento nesta freguezia de nosa senhora do bom serviço[?] será meu corpo levado a sepultura na tumba das almas de que sou irmão de termo[?] me acompanharam meu corpo a sepultura athe dês sacerdotes com[?] o Reverendo Paracho e a todos medirão missa de corpo prezente com officio de nove lições por minha alma e assim mais me acompanharam todos as irmandades que ouver dentro da mesma matriz que a todos de tudo se pagara pella esmolla costumada// Item declaro que o Reverendo Paracho da matris adonde meu corpo for sepultado me diga pella minha alma vinte e sinco missas que se lhe pagaram pella esmolla costumada // [...] // Item declaro que devo as bem ditas almas Do fogo do prugatorio corenta e três oitavas de ouro as quae meus testamenteiros mandaram dizer em missas nestas minas honde for meu fallesimento com a esmolla costumada // Item declaro que devo a Hum homem cujo nome me nam Lembro dezoito oitavas de ouro a muitos annos e como nunca tive mais noticia delle me cometeu o meus confessor os mandou dizer em missas por tensão do dito o que peço a meu testamenteiro as mande dizer com a esmola que for costumada// item declaro que devo a outro sugeito dezasete oitavas de ouro a muitos annos que nam sey delle se He morto ou vivo e me cometey o meu confesor lhe mandasse dizer em missas por sua tencam a empotancia de dezasete oitavas ou que peço a meus testamenteiros os mande dizer com a esmola que for costumada darse// Declaro que devo a nossa senhora da conceição da cidade da Bahia sinco arobas de será por promessa que fiz peço a meu testamenteyro à-vontade dar//

Para entender um caso no qual não se perceber toda essa preocupação com os ritos fúnebres, basta citar o testamento de João Lopes da Silva Guimarães.<sup>14</sup> Nele o testador não cita qualquer intercessor e não dá qualquer orientação detalhada para o seu sepultamento: “Em primeyro lugar encomendo a minha alma a Deos a quem humildemente rogo a queira

<sup>13</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT- 04(9) Fl.72-79v. Testamento de Antônio da Rocha Roris. 27/09/1740.

<sup>14</sup> APM/CMS-190 Fls. 67-68 Testamento de João Lopes da Silva Guimarães 20/06/1760.

receber digo [sic] a queira Salvar pellos merecimentos de Nosso Senhor Jezus Christo cuja Lus professo na qual protesto de viver e morrer”. Além disso, justifica o motivo da simplificação de seus legados:

Rogo a dita minha Erdeira e testamenteyra dê Sepultura a meu corpo nesta Freguezia do Sabará ou no em que for o meu falecimento tudo a sua elleição de quem fio obre com aquelle affecto que lhe mereci o que sempre lhe ouvi fazendo pela minha alma os sufrágios que quizer pois a pobreza em que vivemos não dá lugar fazer despozição dos legados.

Por último, informa “não declarar sufrágios mais do que a dita minha erdeira e testamenteyra quizer fazer pela minha alma fiada em que por ella fara o que eu fizera por ella digo pella sua se primeiro falecesse e por isso em tudo me submito a sua elleyção.” Claro que poderia ser argumentado que esse caso é uma exceção, pois, como justifica o próprio testador, o motivo dessa simplificação é sua pobreza, mas isso justificaria a não citação de qualquer intercessor? Entende-se que não. Mas em qualquer dos casos, percebe-se a total confiança do testador em sua esposa, ao acreditar que “ela fará tudo o que ele faria por ela”.

Claro que entre um caso e outro existem várias possibilidades intermediárias que vão da simples repetição da fórmula consagrada nos testamentos até à simples omissão de algumas das partes deles. Porém, é possível perceber que existem outros testamentos em que essa simplificação se impõe. Talvez seria possível mesmo acrescentar uma quinta categoria às já estabelecidas por Ariés. Esta representaria aqueles testamentos nos quais os testadores, apesar de confiarem em seus testadores ou herdeiros e de deixarem isso claro nos testamentos, não deixam de indicar alguns ritos fúnebres para o seu funeral. Exemplo disso está no testamento de Bento Pereira de Faria Marinho<sup>15</sup>, natural da Comarca de Vianna, quando informa que

Ordemno que meus testamenteiro de-me sepoltura Eccleziastica e meu corpo posto na Igreja sem acompanhamento, e nella depositado para se lhe dar sepultura, com o

---

<sup>15</sup> APMCMS-190 150-151 Bento Pereira de Faria Marinho 27/11/1747.

Funeral e Missas de Corpo prezente de Padres, que se acharem presentes que se dará esmolla e será costumada. Declaro que quero se digão logo duzentas Missas pella minha alma na Freguezia, ou Igreja em que Sepultar meu Corpo de esmolla de meya oitavas de ouro. Declaro que o que sobrar de minha terça se destrubuirá em Missas pella minha alma ditas a elleição de meu testamenteiro, assim na paragem como na terra das esmollas dellas.

No entanto, ao mesmo tempo, deixa claro o tipo de relação que tem com seu testamenteiro nomeado em primeiro lugar:

Declaro que depois de pagas minha dividas e cumpridos meos Legados o que restar da minha fazenda nomeyo e instituo por meu Universal herdeiro ao muito Reverendo Doutor Lourenço Joze de Queiros Coimbra em atenção a sua illustre qualidade, e em mostras de agradecido ao muito bem que me tem feito, espero me faça pella minha alma dignas de se asseitar, e tãobem nada mostra da grande vontade que tenho de não ser engrato a seos favores de quem fes cumprir sarta despozição que em carta fechada lhe declaro, que elle somente verá, e não outra alga pessoa por matéria que quero fique em segredo, e para cumprimentos tirará de todos os meus bens antes de dividas o que julgar necessario para satisfação de que ordeno que somente como sim o declarar com Certidão da quantia que tirou para as minhas despoziçoens particulares della se não faça menção para partilhas de meos bens.

Poderia ser argumentado que todo esse “falatório” tinha como objetivo apenas agradar o testamenteiro, que era homem eminente na vila, bem ao estilo das sociedades de cortes já tratadas por Norbert Elias (2001) ou como em uma transferência do Antigo Regime aos trópicos<sup>16</sup>. Mas o que dizer quando é possível encontrar sentimentos como confiança, carinho, amor mesmo entre escravos. Exemplo disso está no testamento de Joanna da Costa Maya<sup>17</sup>, preta forra natural da costa da Mina, no qual ela informa que

Meu corpo será[...] amortalhado em o habito do Senhor São Francisco ou de Nossa Senhora do Monte do Carmo deixando a eleição ao meu testamenteiro de Nossa Senhora do Rozario da Barra e do meu Reverendo Parocho, e dezasseis Sacerdotes, ou aquelles que meo testamenteiro quizer conforme as pessoas com que se achar para suprir as despezas a quem se dará a sera na forma do uso, e custume a quem

---

<sup>16</sup> HESPANHA, António Manuel & Xavier, Ângela. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.) História de Portugal: o antigo regime. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 339-349. FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista.; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquistas, mercês e poder local – a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. [http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02\\_forum2.pdf](http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02_forum2.pdf).

<sup>17</sup> APM/CMS-190, Fl 166-167v. Joanna da Costa Maya (preta forra) 30/04/1767.

me acompanhar e serey sepultada a dita Capella da Senhora e o meu Reverendo Parocho dirá por minha alma as Missas de corpo presente de uso e costume somente. Ordeno que por minha alma me digão digo ordemno que por minha alma me mandarão dizer trinta e duas Missas ahonde e quando meo testamenteiro quizer e puder o qual fará por mimha alma os bens da Alma que lhe paresser pois não disponho de mais atendendo a pobreza em que se acha este casal, e eu não trazer para elle bens de fortuna e ter gasto na minha doença.

Porém, do mesmo modo que o exemplo de Bento Pereira de Faria Marinho, Joanna da Costa Maya não deixa de informar que confia profundamente em seu esposo, como está claro nos trechos transcritos a seguir:

Declaro que os bens que possuímos se acha em posse e administração do dito meo marido com quem sempre fis vida marital, ao qual o tempo do meo falecimento se achar o casal com mais bens da fortuna para digo fará por minha alma o que eu fizera pella sua se lhe subrivivese. E sendo cazo que se ache em deminuição então comprira aquilo que poder cumprir e sem que seja obrigado a mais e lhe deixo para satisfação dos meos legados o tempo de quatro annos[...] instituo e nomeyo por meo herdeiro ao dito meu marido com a obrigação sobredita de fazer pella[...] minha alma o que eu fizera pella sua estando com os bens da Alma a seu arbítrio por tudo lhe deixo, e na sua eleição e he minha vontade que não seja constringido ao comprimento de maes de que destronado fica, nem violentado por Justiça

Outro exemplo bastante elucidativo parte de Antonio Ribeiro de Carvalho<sup>18</sup>, natural da Costa da Mina, e informa que

Sou cazado com Thereza de Jezus natural da Costa da Mina a face da Igreja como manda o Sagrado Concilio Tridentino, entre nós nunca tivemos filhos, nem eu os tenho de estado de solteiro que meos bens hajão de herdar [...] ascendentes ou descendentes que meos bens hajão de Erdar, hé a minha Alma a minha Legitima herdeira da minha meação e por tal a instituo, e declaro.

Apesar de informar detalhes sobre seu funeral:

Meu Corpo será sepultado na Igreja e Capella de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos da Barra amortalhado em habito de São Francisco ou no que no tempo e paragem permitir, e pesso ao Reverendo Parocho, ou quem suas vezes fizer, emcomende, e acompanhe meu Corpo a sepultura com mais seis Sacerdotes e todos dirão Missa de Corpo presente no mesmo dia podendo ser alias será no dia seguinte

---

<sup>18</sup> APM/CMS-200,fl 40- 43 Antonio Ribeiro de Carvalho 30/03/1767.

e se lhes dará a esmolla costumada, me acompanharão a Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos pretos com seu esquife e nella levarão meu Corpo athe a sepultura, pois sou Irmão do Compromisso da mesma Irmandade, e se lhe pagará tudo o que eu lhe ficar devendo de annuaes ou meçadas, e tãobem me mandarão fazer os mais sufrágios pella minha alma, que costumão mandar fazer pellos Irmãos que morrem, e se dará hua vella de libra, e o Reverendo Parocho e os Reverendos Sacerdotes de meya e se gastarão meya arroba de sera, e de quarta com os Irmãos da Irmandade, e o que sobrar se dará aos mais povos que me acompanhar enthé onde chegar e finalizar, com toda a brevidade que puder ser se me mandarão dizer vinte Missas pella minha Alma ditas nesta Matriz de esmolla de meya oytava de ouro cada Missa.

Antonio não deixa de declarar o sentimentos de carinho, cuidado, amor que nutre por Thereza de Jezus:

e sendo minha mulher viva a ella é que só emcarrego tudo que hé minha vontade, e tãobem quero ella faça tudo o que lhe ordeno neste meo testamento pois a faço a ella de herdeira de toda a minha meação, e tãobem testamenteira para dar cumprimento as minhas declaraçoens, e nella faço toda a fidelidade no que respeita aos meos legados por lhe ter explicados e declarados.

Estes exemplos deixam claro, portanto, que esse tipo de sentimento pode ser exposto em testamento de pessoas das mais variadas camadas sociais, indicando a revolução dos sentimentos, da qual tratou Ariés (1982, 513-14), que ocorreu no universo afetivo das pessoas nesse período. Outro exemplo está no testamento de Pedro de Cerqueyra Guimarães<sup>19</sup>, natural da vila de Guimarães, e informa que

Meu funeral ordemno seja a elleição de meu testamenteiro expecialmente de meu Irmão Manoel José de Abreu quando me queira fazer a esmolla de aceitar o encargo deste meu testamento por confiar do seu amor com que sempre nos tratamos, fará em beneficio de minha alma o que eu fizera por elle, [...]

Um testador que trata de um modo diferente sua esposa é Antonio Vieira da Silva<sup>20</sup>, natural da Vila de Viçosa. Ele informa que

e pella hora em que estou pesso muito e roga a minha mulher que como boa

---

<sup>19</sup> APM/CMS-190 fls. 22v, 23, 23v e 24 Testamento de Pedro de Cerqueyra Guimarães 24/09/1756.

<sup>20</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 87v.-102 Testamento de Antonio Vieira da Silva 15/02/1720.

espouza me queira perdoar pellas sinco chagas de nosso senhora Jezus Christto, o estruirlhe a sua fazenda algum maltrato que recebe menos amorável com que a tratava merecendo ella ser de mim muy amada e muito trattada como verdadeiro espozto seu e lhe torno a pedir me perdoe todas as minha venduras[?] [...] E me encomende a Deos muito a muito em suas orações, a qual instetuo por minha universal herdeira e em sua falta a meu filho Antonio Vieira da Silva

Obviamente, mais que um reconhecimento de amor esta se falando de erros que foram cometidos no passado e que exigiam desculpas. Entretanto, ao fazer esses pedidos de desculpas, percebe-se uma intenção de se reatar e de assumir a imagem que sua esposa gostaria que ele tivesse. Portanto, é possível aventar que existe sempre uma necessidade de reciprocidade nas relações estabelecidas e expressas nos testamentos aqui trabalhados.

Um outro tipo poderia ser acrescido à proposta Ariés e nesta haveria uma simplificação nas invocações religiosas, e parte dos sufrágios seria estabelecida pelo próprio testamenteiro. Contudo, no testamento não é possível perceber uma relação afetiva entre testador e testamenteiro. Exemplo disso pode ser encontrado no testamento de Manoel Mendes de Vascoellos<sup>21</sup>, natural da cidade da Bahia, no qual traz as seguintes passagens de caráter religioso: “Rogo a glorioza Virgem Maria Madre de Deos e a todos os santos da Corte Celestial particullarmente ao Anjo de minha guarda ao santo do meu nome que digo do meu nome e a São gonçallo que tenho devoção queira por mim interceder e Rogar a meu senhor Jezus Christo”. Posteriormente diz que,

Meu corpo será sepultado na freguezia de Santo Antonio do Rio das Velhas asima adonde eu sou freguez em o habitto de qualquer Religião que se achar e quando senão ache na ocazião seja amortalhado em hum lençol e acompanharão meu Parrocho ao meu Corpo e os mais sacerdotes que se acharem na freguezia pagando lhe o que se cóstuma// Por minha alma deicho se me diga huam Cappella de missas a qual me dirá o meu Vigário//

Ao final deixa, entretanto, parte dos sufrágios à eleição de seu testamenteiro: “declaro que depois de pagas os meus legados e minhas devidas o Restar de minha fazenda do que me

---

<sup>21</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 186v.-189 Testamento de Manoel Mendes de Vascoellos 15/04/1722.

tocar de terça deixho se farão suffragios pella minha alma”.

Outro exemplo disso está no testamento de Manoel da Cunha Ribeiro<sup>22</sup>, natural da comarca de Guimarães, primeiramente ele indica seus herdeiros: Declaro que tenho dous filhos a saber Antonia Correa Casada com Damazo Soares e Felipe da Cunha Solteiro aos Quaez Dous nomeyo e instituo por meus herdeiros . Depois seus testamenteiros:

Para a dispuzição de minha terça peço e rogo em Primeiro lugar a João da Costa Fernandes morador neste Arrayal, em segundo lugar a Felipe da Cunha assima dito Herdeiro, em terceiro Damazo Soares de Freitas marido da coerdeira que persencio[?] de Deos me fizeram mersse queirao aceitar e administrar esta minha testamentária.

O testador informa, todavia, que “todas as mais [missas] serão Repartidas a arbítrio de meo testamenteiro”. Apesar disso Manoel não deixa de indicar que

meo corpo será amortalhado em habito da minha venerável ordem teceira de nossa Senhora do Monte carmelo conduzido do Arrayal de São Joaõ do Morro Grande para nele a minha Igreja Matriz ser acompanhado pello meo Reverendo Parrocho e mais nove sacerdotes e Irmandades de que sou Indgno Irmão todos os ditos Reverendo Parrocho e Sacerdotes no dia de minha depuxição foram [sic] por minha Alma hum officio de nove lições e dirão cada hum missa por minha alma de que se dará a esmola devida por ley [...]

Portanto, mesmo estes exemplos indicaram um crescente grau de confiança do testador nos testamenteiros ou herdeiros, pois, nesse período, deixar que estes indiquem parte ou todos os sufrágios significa confiar a própria salvação de sua alma a terceiros. Além disso, a ausência de sentimentos explícitos não significa que no dia a dia estes não tivessem claros, como nos sugere Ariés (1982: 513) quando fala sobre esse tipo de conversa não precisar ser registrada nos testamentos, mas sim informalmente. Mais a frente veremos que a não expressão da palavra ou do sentimento não significava que este não existia. Com isso, entende-se, como Ariés (1982, 510-13), que obviamente não está ocorrendo o abandono das

---

<sup>22</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 31(51) fl. 91v-95v Testamento de Manoel da Cunha Ribeiro 08/06/1775.

crenças cristãs nos testamentos, mas sim que, em alguns casos, o que ocorre é a transmissão informal de alguns desses ritos a um testamenteiro de confiança do testador. Além disso, não se encontra para o período trabalhado aqui qualquer testamento que se enquadre perfeitamente na quarta categoria estabelecida por Ariès (1982, 510-13). Afinal, como ele também afirma, essa categoria só se tornaria comum na Europa do século XIX, assim como no Brasil. Além disso, os novos tipos encontrados podem sugerir que estes documentos podem ter evoluídos, com o passar do século XVIII, para tipos mais próximos aos propostos por Ariès para a França dos séculos XVIII e XIX.

Desse modo, é possível perceber que as mudanças nas causas piedosas nos testamentos de Minas concomitantemente às mudanças ocorridas são um indicativo de que as histórias da Europa e da América estão conectadas. Além disso, é necessário reconhecer que isso aqui foi tratado insuficientemente. Na verdade essas mudanças foram tratadas apenas como uma digressão temática que mereceria mais atenção de outras pesquisas no futuro.

Caminhando, então, nesta análise, tudo isso que foi escrito neste capítulo até agora foi para demonstrar e para reconhecer que os documentos com os quais se lida aqui são produzidos, frequentemente, em um contexto de proximidade da morte e que, para essa sociedade, esse momento é muito importante e isso tem implicações para a leitura dessa fonte. Tradicionalmente, os testamentos do século XVIII são fontes importantíssimas para tratar de questões relacionadas à religiosidade, à escravidão, à família, entre outras tantas possíveis. No entanto, entende-se que nenhuma fonte fornece resposta sozinha. O trabalho com o passado exige cada vez mais que se cruzem informações com outros documentos, o que se pretende fazer, dentro da medida do possível, ao longo do trabalho.

Para este texto, todavia, inicialmente a intenção é deixar clara a interpretação que este trabalho fará dos testamentos, aqui a fonte fundamental. Obviamente se utiliza de uma fonte que aqui está limitada pelo tempo (1716-1780) e pelo espaço (Comarca do Rio das Velhas em

Minas Gerais). A intenção aqui é, a partir de uma leitura minuciosa desses testamentos, entender que cada caso é um caso, cada testador é um testador; que mesmo o conteúdo das partes que compõem o documento pode variar muito em cada situação; e que, por isso, é possível usar estes documentos para a pesquisa histórica compreendendo que o próprio documentos tem as suas limitações.

Nesse sentido, pode-se agrupar as limitações referentes à utilização dos testamentos, para os temas aqui tratados, como fontes históricas em quatro categorias: as que dizem respeito à forma do documento ou às fórmulas na feitura do testamento; à representatividade social dos testamentos; à religiosidade relacionada à morte presente nos testamentos e à real execução das últimas vontades. Antes, cabe lembrar que, para refletir sobre estas questões, parte-se de algumas considerações pessoais que devem ser lembradas como fruto de uma pesquisa inicial. Lembrando mais uma vez que se fala a partir de uma realidade documental muito específica.

Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que toda fonte tem limitações e, com os testamentos, não poderia ser diferente. Talvez a primeira dessas seja a produção, ou melhor, a redação do testamento segundo regras impostas pela legislação, feita, na maioria das vezes, por um escrivão, a partir de um ditado elaborado pelo testador, haja vista que, durante o século XVIII a maior parte das pessoas não sabia ler e/ou escrever ou, às vezes, estava impedida de escrever justamente por causa de sua doença. No entanto, cabe ressaltar que, por ser esse um procedimento padrão e corriqueiro, provavelmente a intervenção do escrivão no texto seria minimizada. Além disso, há muitas semelhanças na estrutura do documento e isso indica que essa organização documental seja bastante rígida. Esse fato sugere, mais uma vez, uma fórmula reproduzida rotineiramente sem ou com pouquíssima intervenção do escrivão. Por último, cabe lembrar que alguns dos testamentos eram feitos a partir de outros documentos de foro íntimo e que muitos deles não chegaram até nós: os livros de razão ou

assentos. Estes eram documentos que tinham uma função de registrar os movimentos de caixa, especialmente nos casos de profissionais ligados às artes liberais ou comerciantes, talvez as pessoas que mais testaram. Portanto, estes testamentos eram basicamente uma cópia dos registros que estavam em outros documentos, mesmo que colocados na fórmula padrão.

Uma solução que se adotou para tentar desviar-se da fórmula muito rígida está relacionada à leitura a contrapelo das fontes. Nesse sentido, será que os africanos eram realmente católicos piedosos? Por que os testamentos dos alforriados sempre seguiam a mesma estrutura? É óbvio que isso se deve ao fato de ser o testamento um documento padronizado. Por isso, buscaram-se nas entrelinhas os sentidos que estão por trás das fórmulas. Claro que isso vale para todos os testadores, independente de sua qualidade ou de sua condição. Qualquer mudança, especialmente se for um fenômeno maciço, pode indicar alterações nas estruturas mentais de uma sociedade ou grupo social, e isso é bastante importante para ser desconsiderado. Pequenas palavras inseridas descuidadamente ou mesmo colocadas propositadamente podem revelar, contudo, tanto quanto grandes rupturas. Portanto, com isso deixa-se claro que a forma do documento realmente interfere na sua leitura, mas procuraram-se mecanismos, como uma leitura a contrapelo, para evitar esse primeiro engano. Outro elemento relacionado à estrutura do próprio testamento do período moderno é que ele se refere principalmente à terça parte do defunto e não ao conjunto dos bens deste. Isso, de modo algum, atrapalha o trabalho do historiador, haja vista que se faz história com o que se tem em mãos; saber disso também significa saber um pouco mais sobre aquela sociedade, sobre os direitos de sucessão e sobre o significado dos legados.

A segunda questão presente na leitura dos testamentos está relacionada à produção de uma distorção na representatividade da fonte, pois ela representaria, principalmente, o grupo que tem algo a legar. Isto é, a maior parte das pessoas que faziam testamento era oriunda das camadas médias ou abastadas daquela sociedade. Claro que não é completamente impossível

que as pessoas mais pobres fizessem testamento, mas é mais provável que essa camada esteja sub-representada, em relação à sociedade como um todo, nesse tipo de documento.<sup>23</sup> Ao utilizar esse documento, o historiador deve estar ciente de que os testamentos foram mais comuns entre aqueles que tinham recursos. Porém, em qualquer caso, isso não impede a utilização de tais documentos para a compreensão, não só da vida do morto como também de toda uma sociedade.

Falar assim dessa fonte é desconsiderar que a fonte “fala” de todas as pessoas que estavam próximas ao testador. Afinal, nos testamentos existem referências a muitas outras pessoas que não só o testador. Entre as pessoas presentes no testamento estão os familiares do testador, os testamenteiros, os agregados, os credores e devedores, além é claro dos libertos, coartados<sup>24</sup> e escravos. Inclusive estes, que para muitos eram apenas vítimas, aparecem como testamenteiros, herdeiros, beneficiados, credores e até proprietários de outros bens e escravos<sup>25</sup>. Com isso, não se está querendo dizer que aquilo presente lá, no testamento, é a ação tal como foi desenvolvida por essas outras pessoas, mas sim a interpretação, uma *apropriação* dessa ação pelo testador, ainda que mediada por quem redigiu o testamento. Porém, essa interpretação exige um referente ou uma *prática*, isto é, algo ocorreu para o testador falar sobre aquilo ou *representar* algo sobre aquilo<sup>26</sup>. E só por isso é possível aventar motivações desses outros agentes. Portanto, o testamento traz consigo indícios muito concretos sobre as práticas e sentidos vividos por várias das camadas daquela sociedade.

A terceira questão sobre a leitura dos testamentos está relacionada ao contexto de proximidade da morte no qual o documento é produzido e, por isso, a principal preocupação do testador seria com a salvação de sua alma. Dessa maneira, o testamento seria um espaço de

---

<sup>23</sup> Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. Op cit. 2009 p.106-107.

<sup>24</sup> Ver: PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2009. Resumidamente, coartado era o escravo que estava em processo de libertação, pois estava pagando em parcelas sua alforria. Normalmente por meio de um acordo informal entre senhor e escravo ou, mais raramente, em uma carta de corte eram estabelecidos os valores e as formas de pagamento da alforria.

<sup>25</sup> Aqui cito rapidamente os casos que serão vistos mais profundamente ao longo desse trabalho.

<sup>26</sup> Claro que aqui estou fazendo uma clara referência a CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990.

mentira ou apenas de manutenção de uma memória de um bom cristão. No entanto, isso parece surgir de uma compreensão equivocada da cultura, pois a coloca em uma evolução linear. Compreender desse modo os testamentos é desconsiderar que esses homens realmente acreditavam naquilo que estavam fazendo, ainda que a sua crença não fosse exatamente a mais ortodoxa. Acreditar que o testador só mentia ou que, na verdade, apenas apresenta sua intenção de salvar a sua alma, ou que ele só fala o que fez de bom sem apontar os pecados, se apresenta como um equívoco de interpretação. Obviamente os testadores também estão construindo para si e para os demais os argumentos que salvariam a sua alma do inferno e, por isso, estão dando coerência a suas atitudes. Lembrando como Ariés caracteriza o período moderno:

Podemos imaginar diferentes abordagens e devemos escolher uma dentre elas.[...]  
A primeira corresponde a um modelo evolucionista: o movimento da sociedade ocidental estaria programado desde a Idade Média e conduziria a modernidade através de um progresso contínuo, linear, ainda que se registrem pausas, solavancos, retrocessos. Este modelo mascara a real complexidade das observações significativas, a diversidade, a disparidade que contam entre as principais características da sociedade ocidental do século XVI ao XVIII: inovações e sobrevivências, ou o que assim chamamos, são indistinguíveis.  
A segunda abordagem é mais tentadora e mais próxima da realidade. Consistiria em modificar a periodização clássica, estabelecer como princípio que, de metade da Idade Média ao final do século XVII, não houve mudança real das mentalidades profundas. Não hesitei em adotá-la em minhas pesquisas sobre a morte. Isso equivaleria a dizer que a periodização da história política, social, econômica, e até cultural, não conviveria à história das mentalidades. Todavia, há tantas mudanças na vida material e espiritual, nas relações com Estado, depois com a família, que devemos abordar o período moderno como uma época a parte, autônoma e original, não esquecendo o que deve a uma Idade Média remanejada e tendo em mente que anuncia a época contemporânea, sem no entanto ser a simples continuação de uma nem o esboço da outra. (ARIES In. CHARTIER (Org.) 2009, 10-11)

Além disso, em uma realidade marcada pela presença massiva de indivíduos de outros *universos culturais*: da África e até de certo modo de uma presença marcante de um matiz europeu diferente do francês, o do norte de Portugal. Isto é, de pessoas oriundas de outras culturas que se relacionavam de outro modo com a morte. Todo esse quadro torna muito difícil uma interpretação linear e simplista dos testamentos desta capitania.

Por tudo isso, é necessário compreender algumas coisas sobre o pecar e o fazer testamento em Minas no século XVIII. A prática da confissão era algo mais ou menos recorrente no Ocidente cristão desse período e, conseqüentemente, a prática da penitência<sup>27</sup>. Logo, se o testador se penitenciou, ele está absolvido, pelo menos daquele pecado. Claro está que nem sempre o fiel falava tudo ao clérigo, mas pode-se entender que, no geral, pelo menos os pecados menos importantes eram redimidos com bastante frequência. Então se o testamento é, além de tudo o que foi dito anteriormente, um balanço dos pecados cometidos pelo testador, muito provavelmente traz referência aos pecados cometidos mais recentemente ou de pecados realmente significativos – como ter um filho fora do matrimônio.<sup>28</sup> Mas, em qualquer dos casos, é evidente que os fiéis mais piedosos gastariam mais em suas causas pias e outros menos, e é justamente isso que dá o indício da religiosidade daquele testador. Com isso, não se quer dizer que esses homens não se preocupavam com a salvação de suas almas, mas busca-se aqui redimensionar essa compreensão. Como afirma Mott:

A partir do panorama religioso reconstruído até agora, podemos agrupar os colonos no Brasil num gradiente que via dos mais autênticos e fervorosos aos indiferentes e até hostis à religião oficial [...] Em todos esses casos, do mais piéguas papa-hóstias ao mais irreverente libertino-agnóstico, cristalizavam-se diferentes tipos de vivências e práticas privadas tendo a religião como centro. (MOTT, 1997, p.175):

Além disso, como diz Campos, citando Michael Schamaus:

[...] A angústia diante da morte deve-se pouco à decomposição do corpo. Diz respeito, de um lado, às incertezas que o cristão tem em relação à sentença que lhe será proferida no júzo particular, concomitantemente à morte. De outro, pondera o teólogo, é a angústia condizente com a separação da família, dos amigos e das formas humanas de existência e, neste sentido, a morte é solidão para os que ficam e para os que partem. Com ela, são definitivamente encerradas as possibilidade de vida pessoal e social, concluindo-se absolutamente o destino humano.[...] (SCHAMAUS, Apud. CAMPOS, 1994, p. 22-3)

---

<sup>27</sup> MOTT, Luis. Op. Cit. 1997. p. 170-183.

<sup>28</sup> Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. Op. Cit. 1994. p. 259-263. LEBRUN, Op. Cit. 2009. p.84-89. E MOTT, Luis. Op. Cit. 1997. p. 210-220.

Logo em seguida, Campos analisa a pertinência desse argumento para o período barroco:

O Homem do seiscentos e do setecentos havia passado pelas conquistas pertinentes do Renascimento, cuja mentalidade afirmara o gosto pela existência e pelas realizações heróicas e grandiosas das Grandes navegações; ao mesmo tempo tinha horror declarado a decomposição do corpo, ainda que a cultura oficial insistisse na imortalidade da alma. (CAMPOS, 1994, p. 23)

Ainda mais adiante, em sua tese, Campos comenta algumas práticas religiosas sobre o “bem morrer” em Minas:

Mais expressivo no contexto do comportamento coletivo das Minas é a atuação das irmandades leigas e ordens terceiras, erigidas para a veneração do santo padroeiro, officios divinos, auxílio ao filiado em caso de doença e necessidades, culto na intenção das almas dos irmãos defuntos, assistência na morte e, portanto, para ajudar a “bem morrer”, e ao serviço fúnebre em geral. (CAMPOS, 1994, p. 29)

De maneira geral, segundo Campos (1994, p.29): “[...]Não é a mortificação que predomina no âmbito das práticas religiosas das irmandades[...]”. Campos também faz considerações sobre a existência do “estado mais perfeito” em Minas:

O estado mais perfeito segundo a perspectiva da igreja e da fidalguia lusitana (celibato) não encontra ambiente favorável nas Minas setecentistas, onde o **estado de casado** é o máximo de virtude a ser alcançada pelo menos até a criação do Seminário de Mariana, em meados do século. Ainda assim, o sacramento do matrimônio não é muito concorrido na Capitania, pois faltam mulheres brancas para constituir famílias segundo a ideia restritiva do casamento entre os “**pares**”, cujo objetivo é preservação da pureza do sangue e nobiliarquia. A coroa portuguesa tenta, com toda diligência possível, promover o estado de casado, o qual suscitaria a fixação das famílias e a tranquilidade pública. Na ausência de mulheres da mesma condição o homem das Minas não se casa, permanecendo em concubinato com mulheres negras e pardas, ainda que professe a crença religiosa dominante. É interessante observar que esse comportamento é muito usual no contexto da cultura mineira. Além disso, é tolerado pelas irmandades e mesmo pelas ordens terceira, ainda que seus estatutos exigissem sempre do filiado a pureza de costumes, o sacramento matrimonial, sobretudo entre pessoas de mesma raça. (CAMPOS, 1994, p. 30)

Portanto, para Campos:

O devoto das Minas quer se salvar, mas – salienta-se – dentro de uma perspectiva bastante aclimatada às exigências temporais, isto é, com leve mortificação da carne – jejum e continência sexual em dias de forte significação do calendário religioso –; participação irregular nos diversos sacramentos da Igreja – confissão, comunhão, casamento; obras de misericórdia, via de regra, na doença e iminência da morte e fundamentalmente com a recorrência tardia aos **“méritos da Paixão de Cristo”**. O cristão das Minas geralmente compartilha, mais ou menos, deste repertório de atitudes barrocas, que traduzem plenamente o reconhecimento da fragilidade do homem em face da grandeza e bondade de Deus e da incompatibilidade da vida terrena com o modelo de perfeição espiritual. Nada de atitudes heroicas e penitências excessivas, a religião do leigo é essencialmente devocional, considerada como “uma rotina espiritual e moral, natural como a própria vida, aceito por todos como o ar que respiram”. (CAMPOS, 1994, p. 32-3)

Essa moral, por assim dizer, heterodoxa, especialmente em relação aos concubinatos, não significa que era plenamente aceita pela Igreja Católica (Cf. CERCEAU NETTO, 2008, p. 75-76). No entanto, nos casos em que essas uniões não fossem caracterizadas por impedimento legais/religiosos, era incentivada a sua normalização (Cf. CERCEAU NETTO, 2008, p. 112-113). Porém, não foram raros os casos de resistência às punições da Igreja, gerando inclusive outras formas de famílias, como a “fracionada” (Cf. FIGUEIREDO, 1997, P.146-163)

Por tudo isso, pode-se ver testadores reconhecendo seus filhos naturais em testamento sem qualquer sinal de arrependimento ou de fala que indique fraqueza da carne, especialmente quando não havia qualquer impedimento para que seus filhos herdassem os bens que lhes eram devidos. Um bom exemplo disso, entre muitos outros, encontra-se no testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia, feito em 1752,<sup>29</sup> no qual ele declara que:

sou natural da Freguezia de Fornellos de Montes Reyno de Galiza, Bispado de [Treys], filho legitimo de Lourenço Famanho e de sua mulher Domingas de Amoedo, os quais ambos são defuntos. Declaro que não sou, nem jamais fui cazado, mas tenho hum filho natural de Maria Gonçalves Bahia preta solteira, que foi minha Escrava, a qual já he falecida tendo-a eu forrado há muitos annos antes do seu falecimento, o qual Filho he o Padre Abbade Bernanrdo Gonçalves Bahia que assiste em minha companhia.

E mais adiante, Bartholomeu Gonçalves Bahia declara ter feito muitos sacrifícios para

---

<sup>29</sup> APM/CMS-020, Fl. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752.

que seu filho natural se ordenasse: “[...] Declaro que não pessuo bens alguns de rais, porquanto as cazas em que assisto, e todas as suas pertenças. Fis nellas patrimônio para o dito meu Filho se ordenar [...]”<sup>30</sup> Além disso, parecer ter tido muito cuidado com o enterro com sua concubina:

Declaro que na mão de João Carneyro Bello morador no Caethé tenho huns poucos de créditos [...], e do que tiver cobrado se há de abater a sua comissão, e o mais que tiver dispendido por minha ordem e juntamente os gastos com o Interro de Maria Gonçalves Bahia Mãy do dito meu filho falecida em Villa Nova da Raynha, e do mais deve dar conta com a entrega na forma da sua obrigação que passou ao pé do rol dos créditos que recebeo.

Além disso, busca não deixar desamparadas as suas enteadas como declara: “Deixo a preta Roza sirva as irmans do dito meu Filho Leonor, Madalena, e Francisca, e querendo vende-la ou dispor della partirão todas três o seu produto igualmente.” Também deixa: “a Leonor Gonçalves Bahia mulher de Domingos Dias Torres a Imagem do meu Santo Crucifixo para o seu Oratorio. E “Deixo a roupa branca de meo uso a menina Leonor Irmã de meu filho,[...]” E por último: “[...] Deixo a cada hua das três Irmans de meu Filho o Padre Bernardo Gonçalves Bahia vinte, e cinco outavas de ouro.[...]”<sup>31</sup>

Outro elemento a ser considerado, como dito anteriormente, o testamento é um documento que acompanha o homem há muitos milênios e, com isso, foi alterado em cada momento da História. Nesse sentido, o século XVIII é mais um desses momentos nos quais os testamentos parecem estar passando por mudanças e, por isso, as declarações testamentárias contam frequentemente um duplo significado (religioso e secular). Por isso, e pelo menos nos testamentos aqui trabalhados, na maior parte das vezes, essas coisas estão mais ou menos misturadas. Portanto, apesar de existirem os legados pios, relacionados à salvação da alma, e os legados seculares, relacionados aos bens que o testador intenciona repartir entre seus entes queridos, algumas vezes isso parece não estar bem separado. Esse evento ocorre porque, para

---

<sup>30</sup> Id. ibid.

<sup>31</sup> Id. ibid.

a legislação da época, o testador poderia dispor da forma que quisesse apenas de sua terça, que muitas vezes era compreendida como a terça de sua alma. O restante estava resguardado para os herdeiros e para o pagamento de dívidas. Portanto, ao que parece, existe uma mistura entre as preocupações religiosas do testador e a garantia material de seus entes queridos. Haja vista que está registrado sobre o assunto nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

E deixando o testador em arbítrio, ou eleição de seu herdeiro, ou testamentários, assim a quantidade, ou número das esmolas, outras obras pias, como também a qualidade, e número das pessoas, dentro do termo, que tem que executar, poderão eleger, ou arbitrar, conformando-se com o que lhe parecer mais verosímil à vontade do defunto, e ao que elle sendo vivo dispuzera, preferindo sempre os captivos, pobres, e orphãos, que forem parentes, ou amigos do defunto meos da freguezia aos de qualquer outra, e os da Cidade, Lugar, ou villa, em que o defunto morrer aos estranhos e não arbitrando, ou elegendo dentro do dito termo se devolverá a nós, ou a nosso Juiz dos Residuos, ou a outro competente o tal arbitrio e eleição. (VIDE, 1707, tít. 42, p. 284-5).

Claro que essas coisas poderiam variar bastante de pessoa para pessoa. Existiram testadores que eram muito religiosos ou muito ricos ou queriam se apresentar como muito ricos (ou pecaram muito) e inflacionaram os sufrágios ou missas; e há os casos em que essa divisão é bem equilibrada. Há também os casos em que os legados beneficiam majoritariamente os entes queridos, chegando ao ponto de, em alguns momentos, os sufrágios e as missas apenas se resumirem ao essencial exigido pela sociedade, com as orientações para o enterro, a solicitação de intervenção dos santos e algumas missas de corpo presente para sua alma. Isso quer dizer que esses homens não queriam salvar suas almas? Claro que não, mas está se dizendo que, como essas coisas ficavam misturadas para os testadores, muitas vezes, aos legados pios se somavam o afeto e o carinho por algumas pessoas. Assim, homens e mulheres buscavam a salvação de suas almas e também a garantia da tranquilidade de seus parentes sem que isso significasse uma contradição religiosa. No momento da morte, a preocupação com o “bem morrer”, por meio dos ritos necessários, durante a vida, era aclimatada ao gosto pela vida típica do homem pós renascimento, como também afirmou

Campos (1994, 30-1), já citada.

Por último, surge uma questão referente à real execução do que está determinado nos testamentos. Cabe enfatizar aqui que os testamentos não tratam só do que está por vir, mas também de práticas que eram realizadas em vida e as quais, nesses documentos, são apenas reafirmadas como a determinação de libertos como testamenteiros, a autonomia dos escravos, as dívidas, a determinação do filho ilegítimo, como herdeiro, e que mora com seu pai, entre muitos outros casos. Por tudo isso, existe a compreensão de que essa fonte é fundamental para a temática aqui trabalhada, pois trata especialmente do contexto familiar, insisto, vivido. Com isso, enfatiza-se que, se um senhor reconheceu que alforriou um escravo e o reconheceu como filho, não há o que ser dito, a coisa já está feita. Portanto, o testamento não é apenas um balanço de suas ações ou uma certidão de boa vontade, mas também um registro do vivido. É claro que até o reconhecimento de um filho natural existe muita negociação e certa dose de incerteza, o mesmo fato vale para o caso de uma alforria “condicional”, que pode ou não ser concedida, pois depende do desempenho do escravo ou da boa vontade dos herdeiros do testador. Mas em todo caso, é possível falar de práticas que eram realidade em vida do testador e que, em seu testamento, são apenas reafirmadas.

Concluindo este capítulo, é importante ter claro que todas as fontes têm limitações. Isso não impede, entretanto, que elas sejam utilizadas. Para isso, é necessária atenção às possíveis distorções que a interpretação dos documentos pode gerar e deixar claro ao leitor o que elas influenciaram na pesquisa. Além disso, neste capítulo, apontou-se as mudanças pelas quais algumas sociedades do Ocidente cristão passaram, em especial no campo religioso, afetivo e familiar e como isso foi registrado nos testamentos. A partir desse quadro, compreende-se que é possível fazer uma leitura do universo afetivo familiar através dos testamentos. Isso é verdade, em especial em um contexto mineiro com poucos registros pessoais, sendo o testamento um dos poucos documentos nos quais os homens daquele

momento registravam seus sentimentos, um dos objetos desta pesquisa. Por isso, os testamentos serão aqui fundamentais.

## Capítulo 2 – Sobre os conceitos e o cenário

Dada a limitação do tipo de informação que é possível tirar dos testamentos, bem como as informações mais pertinentes a esta pesquisa, é necessário buscar compreender com que conceitos é possível ler essas informações. Por isso, faz-se necessário estabelecer neste capítulo uma revisão da historiografia sobre alguns dos temas mais pertinentes a este trabalho.

### 2.1 - As famílias na historiografia

A família é categoria fundamental de compreensão da História da América portuguesa há cerca de 100 anos<sup>32</sup>. Desde esse tempo, a temática da família na História passou por diversas reviravoltas. De modo geral, o debate se situou sobre a pertinência de conceitos como o patriarcalismo para a compreensão daquela realidade.<sup>33</sup> Certamente o primeiro a

---

<sup>32</sup> A maior parte dos historiadores contemporâneos aponta *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Viana, publicada originalmente em 1920, como a obra fundadora dos estudos sobre a família e sobre seu papel na colonização do Brasil. Outra obra importante do mesmo autor é *Instituição política brasileira*, na qual se detém sobre o papel político da família na colonização do Brasil.

<sup>33</sup> A lista de autores que debateram a pertinência do conceito utilizado por Freyre é longa. Duas sínteses sobre esse debate podem ser vistas em RODARTE, Mario M. S. Op. Cit. 2008. BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Família e Patriarcalismo em Minas Gerais. In: Paiva Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, cultural e forma de governar o mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. Em forma mais ampla em BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei- século XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. Estes endossando, de maneira geral, a concepção de patriarcal de Freyre. A posição contrária à idéia de família patriarcal pode ser encontrada, por exemplo, em FIGUEIREDO, Luciano R. A. Op. Cit. 1997. PRIORI, Mary del, *Ao sul do Corpo: condição feminina, maternidade mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. PRIORI, Mary del. (Org.) e BESSANEZI, Carla (Coord. de textos), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997 (2 ed.). Outra posição, inspirada por Freyre e outros trabalhos que tratam das mestiçagens, mas enfatizando o papel das mulheres mestiças bem como a matrifocalidade tão comuns a elas, pode ser encontrada em: PAIVA, Eduardo França. Op Cit. 2001; PAIVA, Eduardo França. Op Cit. 2009; CERCEAU NETTO, Op. Cit. 2008. PAIVA, E. F. ; CERCEAU NETTO, R. Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org.). *Pitangui colonial. História & Memória*. 1ed. Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154. CERCEAU NETTO, R. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. MARTINS, Ilton Cesar. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM, Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. (Coleção Olhares). Já enfatizando o papel exercido pelas mulheres nessas

utilizar o conceito de patriarcal para compreender o Brasil colonial foi Gilberto Freyre<sup>34</sup>. Esse autor apresenta em *Casa-grande & Senzala* que, devido à dificuldade de colonização do Novo Mundo pelo Estado português, o possível naquele momento foi a “privatização” da empresa colonial nas mãos dos donatários e de seus respectivos sesmeiros. E é justamente nesse contexto de privatização da empresa colonial que surge a figura do senhor de terras e de gentes, o patriarca. Posteriormente, em *Sobrados & Mucambos*, Freyre argumenta que esse primeiro regime patriarcal ou patriarcado rural entraria em declínio a partir do final do século XVIII. Obviamente, para o autor pernambucano, a família patriarcal nunca formou um modelo de estrutura domiciliar único. O que o autor chama de patriarcado rural é muito mais um conjunto de valores, de organização do poder. Este sim entraria em declínio a partir de finais do século XVIII para dar lugar ao patriarcado urbano. De certa forma, o que ocorreu foi a paulatina reinvenção do patriarcado rural em um ambiente urbano. Claro que houve precedentes para isso desde o século XVII, com a invasão holandesa e, posteriormente ao longo do século XVIII, com a experiência urbana mineira. Porém, para Freyre, é somente no século XIX que a transição de um patriarcado rural a outro patriarcado urbano terminará.

Para Eni de Mesquita Samara (2003:17-25), a história da temática da família pode ser dividida em 3 períodos. O primeiro desses pode ser localizado entre as décadas de 1920 e 1940, este momento responsável por traçar o perfil básico da família patriarcal com a constituição de clãs parentais formados a partir de solidariedade de todos os tipos. Num segundo momento, entre as décadas de 1950 e 1960, é possível perceber uma preocupação com as diferenças das famílias entre regiões, das classes e até mesmo do gênero. Segundo Samara, a produção desse período enfatizava:

---

sociedades, inclusive compreendendo que elas contribuíram para a construção de uma sociedade patriarcal podem ser encontrados em E SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e Povoamento: São Paulo no século XVII*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

<sup>34</sup> Ver FREYRE, Gilberto, Op. Cit. 2006. e FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global. 2004. Especialmente a introdução à primeira edição e o capítulo 1.

mais a questão do poder e das parentelas, esses autores buscaram as bases patriarcais da sociedade brasileira e o entendimento das relações sociais e raciais. A organização da família foi, portanto, analisada sob esse prisma, permanecendo ainda intocável esse momento a ideia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns. Solidariedade, deveres, obrigações mútuas e parentesco fictício integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência. Sendo assim, seria impossível pensar o Brasil sem pensar em família. (SAMARA, 2003:19-20)

O terceiro momento dessa temática inicia-se na década de 1970. Nesse período, essa temática é profundamente influenciada pelos avanços da Demografia Histórica. Justamente por conta dessa influência, os trabalhos começam a ganhar uma forte base documental. Nesse momento fica claro, como diz Samara (2003: 21) que é impossível “conceber uma imagem única de família aplicável ao longo do tempo para vários segmentos sociais.” De outro modo, Cerceau afirma que:

Pode-se considerar que esses estudos não desqualificaram a obra de Freyre, mas ajudaram a matizar generalizações sobre o caráter extenso e patriarcal da família brasileira. Samara, por exemplo, mesmo demonstrando em sua pesquisa estruturas familiares mais simplificadas, afirmava que suas constatações não invalidavam a concepção de família patriarcal utilizada por Freyre. Já Mariza Corrêa, em estudo sobre a família, dizia que: “a família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha” (CERCEAU NETTO, 2008: 176)

Todas essas transformações pelas quais passou o campo não pode significar, como adverte Samara, ao “leitor menos atento, [que] o debate aí instaurado pode parecer uma completa reversão da ordem, pois o patriarcalismo das primeiras décadas do século, [deu lugar] hoje a discussão tem um doce sabor de matriarcado. No entanto, não é o que ocorre desde que se faça uma leitura criteriosa dos trabalhos.” (SAMARA, 2003: 22)

Ainda Samara (2003:41-3) indica que esse sistema patriarcal passou por mudanças ao longo do século XVIII e, decididamente, no século XIX, devido ao processo de centralização administrativa do Império português e, posteriormente, brasileiro. Consequentemente a elite buscou adaptar-se aos novos tempos.

Por outro lado, Brugger aponta a necessidade de repensar o conceito de patriarcal, podendo ser este ainda muito útil: “Creio que, quando se entende por patriarcalismo um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família, fica difícil de se questionar a sua presença em Minas ou em qualquer outra parte da Colônia ou do Império.” (BRUGGER, 2007:63) Dessa forma, enfatizando a família e os valores a ela relacionados bem como os projetos estabelecidos para o engrandecimento da “casa” por meio das relações de compadrio, amizade, pode ser, na verdade, a descrição dessa família patriarcal rural decadente de Freyre, mas é, na verdade, reinventada em um contexto urbano. Nesse sentido, a definição que Ronaldo Vainfas deu ao patriarcal, que passa não pela família patriarcal, mas sim por valores compartilhados por uma sociedade, é bastante elucidativa:

Se as famílias coloniais eram mais ou menos extensas, se numa dada habitação moravam poucos indivíduos ou dezenas deles, eis um dilema de pouca relevância nos trabalhos de Freyre e Candido. E quer-nos parecer, ainda, que a maior ou menor concentração de indivíduos, fossem em solares, fossem em casebres, em nada ofusca o patriarcalismo dominante, a menos que se pretenda que, pelo simples fato de não habitarem a casa-grande, as assim chamadas “famílias alternativas” viviam alheias ao poder e aos valores patriarcais - o que ninguém seria capaz de afirmar, seguramente. (VAINFAS, 1997: 118)

Algumas autoras<sup>35</sup> tendem a concordar com Ronaldo Vainfas. Para citar um exemplo de maneira mais incisiva, utilizando-se também de Vainfas, Silvia Brugger posiciona-se deste modo:

Ronaldo Vainfas, por outro lado, discordando dos críticos do modelo patriarcal da família brasileira, procurou mostrar que não era pela estrutura do domicílio – extenso ou nuclear – que se definia o patriarcalismo. Ainda que grande número de dependentes, agregados, parentes e escravos fosse normalmente indicado como característico da família patriarcal, não se deve indentificá-la com a família extensa. Seria mais no universo dos valores e da estrutura de poder que se definiria o patriarcalismo (BRUGGER, 2006:48)

Portanto, poderia haver mulheres chefiando famílias, mas sem acabar com o amplo modelo social Patriarcal, como afirmou Freyre em uma nota extensa de *Casa-grande &*

---

<sup>35</sup> Cf. FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. 1998: 49. BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. Cit 2007:25-63.

*Senzala*<sup>36</sup>. Além disso, Samara, ao revisitar o modelo patriarcal, informa que

[...] Vem daí a tentativa de sair do ideológico e mostrar as famílias e as mulheres na sua integração com os sistemas de poder, as redes de dominação e os laços de parentesco e de vizinhança. Daí o esforço de desvendar os prescritos nas normas, ultrapassando mitos e estereótipos e evitando a tendência funcionalista de ver o feminino como reverso da cultura masculina. (SAMARA, 2003: 90-1)

Com isso enfatiza-se que a administração de uma casa por uma mulher não quer dizer o rompimento com os valores patriarcais de uma sociedade. Primeiramente porque, para Samara, parece não haver uma grande diferença de gênero na gestão da família nuclear feita por uma mulher ou por um homem. As mulheres que administrariam suas vidas sozinhas, por não terem um esposo, sendo viúvas ou não, podiam ser tão autoritárias quanto os homens na organização de sua casa. Nesses casos, a ênfase em homens é secundária aqui, pois essas mulheres estariam buscando se inserir em um grupo familiar amplo, procurando, é verdade, vantagens econômicas ou sociais. Por último, esse patriarcal daria ênfase à família em seus aspectos culturais e não na figura do *pater família*, como sendo o pai ou um homem.

Outro elemento que se coloca nesse contexto é o do poder. E entende-se que aqui estão em jogo concepções diferentes de poder. Nesse tempo e espaço, as formas de poder eram profundamente marcadas por vivências afetivas, especialmente nos casos aqui trabalhados que envolvem relações em torno da casa, da família. Em uma sociedade que confunde público e privado, família e aliados políticos, vida pública e intimidade familiar, é natural que todas relações sejam clivadas de sentimentos ou emoções. De forma clara, trata-se de uma era pré-liberal na qual o mérito ainda não era critério para a promoção dos indivíduos. O que se tem aqui é uma série de vivências afetivas conformadas e compartilhadas por todos, sendo eles parentes, amigos, agregados ou escravos.

Com essa apresentação geral sobre a constituição das famílias, o que venho propor é

---

<sup>36</sup> A esse respeito FREYRE, Gilberto, Op. Cit. 2006. pp. 129-131 tem uma nota muito extensa na qual trata dos diversos modelos de arranjos domiciliares passíveis de serem encontrados na América portuguesa.

um estudo sobre a constituição das vivências afetivas em torno da família<sup>37</sup> e não um estudo sobre a família nuclear propriamente dita ou mesmo da família patriarcal. Nesse sentido, e para esclarecer um pouco mais, é interessante o que Jean Louis Flandrin (1995: 12-3) nos fala a respeito:

A leitura dos dicionários antigos franceses e ingleses revela que o conceito de família estava dividido entre a idéia de residência comum e a idéia de parentesco que se encontram unidas na definição que é hoje mais corrente. A palavra evocava de facto; com muito mais freqüência, um conjunto de parentes que não moravam juntos; e designava também frequentemente um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligados pelo sangue ou pelo casamento. Era a idéia da coabitação que era anunciada em primeiro lugar nos antigos dicionários ingleses. Assim, o de Samuel Johnson (1755) dá-nos como primeiro significado de family: “Aqueles que vivem na mesma casa”; e, como sinônimo, household. Abel Boyer, na primeira edição do seu Dictionnaire royal françoys et anglois, entendia por “família”: “Todos aqueles que vivem numa mesma casa, sob um mesmo chefe”; e dava como equivalentes ingleses family e household. Também Cotgrave, em 1673, traduzia “Família” por A family or household; e family por “Família, gente da casa”, acrescentado a seguir outros sinônimos correspondentes a outros sentidos da palavra. Nenhum destes dicionários reduzia a família àqueles que, dentro da casa, estão ligados por parentesco. E o uso confirma que os criados e outros “familiares” faziam parte dela [...]. (FLANDRIN, 1995, p. 12-3)

Apesar de Flandrin tratar de um período próximo ao aqui trabalhado, é interessante consultar um dicionário mais apropriado à realidade em tela. Assim, o Padre Raphael Bluteau (1712-37:28 vol. 4) definiu família: “FAMILIA: Família. As pessoas de que se compõem huma casa, pays, filhos & domésticos. [...]”. Isto é, família significava, a constituição de um grupo para além de laços sanguíneos. Portanto, é importante enfatizar que, quando se pensa em família para o século XVIII, não é possível partir dos dias de hoje e acreditar que a família da qual trata este trabalho é tal qual as famílias dos dias de hoje. A família nesse período inclui os criados, os agregados e os escravos. Portanto, faz todo o sentido que autores como Clotilde Andrade Paiva, Luiz Arnaut e Mario Marcos Sampaio Rodarte afirmem, em seus respectivos trabalhos,<sup>38</sup> que domicílio, família ou fogo podem ter significados distintos para

---

<sup>37</sup>Portanto, chega o momento de formalizar um dos aspectos do qual este trabalho trata. Quando se fala de uma pesquisa sobre família, este trabalho preocupa-se principalmente com relações afetivas que foram estabelecidas na casa entre as pessoas que as habitavam, tendo ou não laços sanguíneos.

<sup>38</sup> PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas Oitocentista: Listas Nominativas.

cada tempo e lugar, em especial para as sociedades pré-industriais que foram privilegiadas em seus estudos, bem como neste nesse trabalho. Além disso, esses autores afirmam que o domicílio tem outras funções, pois, além de abrigar os membros de uma família, esses fogos são unidades produtivas. Porém, esses primorosos trabalhos optaram por privilegiar o fogo ou a casa como unidade produtiva, sem se prenderem a análises sobre as relações estabelecidas entre alguns dos membros desses fogos. Por um lado, ressalta-se que essa não era a preocupação desses trabalhos e, por outro, as fontes com as quais esses autores trabalharam, as listas nominativas, não constituem um corpo documental que ofereça dados suficientes para que se faça uma análise mais complexa dessas relações e sentidos vividos pelos agentes histórico. Assim, as indicações acima apresentadas mostram a importância de lançar luzes sobre a vida íntima, familiar, as formas de sociabilidades e o cotidiano do século XVIII mineiro, mobilizando outras categorias que não promiscuidade, tal qual Algranti o faz.<sup>39</sup> Dessa forma, pode-se compreender como aquela sociedade funcionava. Nesse ambiente, existia um permanente ir e vir, uma mistura de público e privado no qual se forjaram culturas.

Nesse sentido uma contribuição definitiva a esse campo foi dada já em 1933, quando Gilberto Freyre publica *Casa Grande & Senzala*<sup>40</sup>, marco fundamental no Brasil na interpretação do papel da família para a formação da identidade brasileira. Com essa obra, o sociólogo/antropólogo anteciparia em várias décadas o que hoje é conhecido por nome de História Cultural<sup>41</sup>. Essa obra marca o pensamento brasileiro até os dias atuais, apesar de um

---

In: V SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990. PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Tese (doutorado de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG. Departamento de Demografia, Belo Horizonte, 2008.

<sup>39</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). Op. Cit. 1997. Especialmente p.: 113 e seguintes.

<sup>40</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 2006.

<sup>41</sup> Para mais detalhes sobre a aproximação entre os métodos de trabalho de Gilberto Freyre e os da História Cultural, ver os seguintes textos: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Anos de Busca. In: *Gilberto Freyre - um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo, Ed. da UNESP: 249-327. 2005; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO Fernanda Arêas, (Org.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências

período pautado por leituras um tanto quanto equivocadas que fizeram desse autor<sup>42</sup>. A sua retomada hoje e a temática tratada por esse autor demonstram o quanto ela ainda instiga e incomoda. Nessa obra, apesar de algumas descrições um tanto quanto “impressionistas”, o autor busca adentrar o terreno do íntimo, do sentido pelos agentes históricos, buscando compreender o significado dos gestos, muitas vezes singelos, que muitas vezes mesclaram culturas.

A partir dessas contribuições historiográficas, pode-se compreender que a constituição da sociedade mineira surgiu a partir de referências muito distantes das próprias Minas. Afinal, foram os homens e mulheres, livres, libertos e escravos que vieram para cá no século XVIII e trouxeram consigo seus valores e culturas que, como este trabalho mostrará, deixaram marcas indeléveis nesta sociedade. Claro que essas marcas ou elementos da cultura aqui foram reapropriados e ressignificados, mas isso não impede de identificar ou, ao menos, aventar conexões entre os universos de origem dessas marcas e, com isso, contribuir para a compreensão do complexo fenômeno das mestiçagens. Nesse sentido, é claro que essas mesclas se estabeleceram nos mais diversos lugares, inclusive nas casas de morada. Por isso, a importância de pensar na constituição de famílias mestiças como Cerceau Netto propõe:

A constatação de um grande número de uniões familiares não sancionadas pela Igreja, envolvendo homens e mulheres brancos, pretos, crioulos e mestiços, livres, libertos e escravos, possibilitou verificar na sociedade colonial o surgimento de um fenômeno populacional caracterizado pela união familiar de pessoas desiguais com comportamentos herdados de culturas múltiplas e de condições sociais variáveis. Ou seja, uma família formada por pessoas que provinham de diferentes etnias e localidades e que também tinham níveis socioeconômicos e culturais diversos. (CERCEAU NETTO, 2008: 166).

É bastante evidente, levando em conta a compreensão de família trabalhada aqui, que

---

Sociais); PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Ingleses no Brasil: um estudo de encontros culturais (Resenha de Ingleses no Brasil de Gilberto Freyre). In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 227-230, novembro de 2001; PRIORE, Mary Del, Um diário, a carne e a pedra em Gilberto Freyre. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). Op. Cit. 2002.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO Fernanda Arêas, (Org.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências Sociais).

<sup>42</sup> Como RODARTE, Op. Cit. 2008. p. 36 deixa claro.

a maior parte das famílias constituídas vivia a mestiçagem cotidianamente. No entanto, será que é possível falar em vivências afetivas estabelecidas no seio da intimidade familiar marcada nesse momento pelas mestiçagens? E, além disso, por que, como e onde essas vivências afetivas foram estabelecidas? No final das contas, o que são essas vivências afetivas e qual a sua relação com a História?

A partir dessas questões e do debate historiográfico apresentado nesta seção vem-se compreendendo que as famílias aqui se formaram na encruzilhada de diversas tradições. A partir de um contexto de imigração muito, forte houve a conformação de famílias. Nesse sentido, serão vistos, ao longo deste trabalho, homens, oriundos principalmente do Norte de Portugal, que se estabeleceram em Minas e que aqui, mobilizando todo o seu arcabouço cultural, inclusive os valores patriarcais, misóginos e paternalistas<sup>43</sup>, buscaram estabelecer-se e constituíram famílias dentro ou à margem da recomendação eclesiástica.

Porém, isso dá apenas metade da resposta. Afinal, que mulher foi encontrada por esses homens? Que tipo de família foi estabelecida? Como essa mulher se inseriu nessa família e sociedade? As respostas são muitas, existindo praticamente uma resposta para cada caso, porém todas essas passam pelas referências socioculturais que estas mulheres mobilizaram para construir as suas vidas. Sendo assim, será possível observar que, em um contexto de poucas mulheres brancas, as mestiças ou com alguma ascendência em África, principalmente, foram as que melhor se inseriram nessas famílias. Percebe-se que isso se deve, pelo menos em parte, às referências que mobilizaram e às conexões que foram construídas entre as múltiplas tradições culturais aqui presentes.

A sociedade que aqui se constituiu baseou-se em valores que a princípio pareciam contraditórios, mas que, naquele contexto, se fundiram de tal forma que hoje é muito difícil identificá-los como coisas diferentes. Talvez por isso seja possível encontrar aqui homens

---

<sup>43</sup> Para ter uma ideia de como esses valores foram constituídos na Europa, em especial em Portugal, e na América portuguesa, vale consultar VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Em especial capítulo 4.

como testamenteiros de maior parte das mulheres. Indicando, portanto, que, apesar de sua independência, elas sempre buscavam algum tipo de apoio em homens mais próximos e normalmente melhor posicionados na sociedade. Ou seja, sendo independentes como eram, buscaram brechas no sistema, prosseguindo com suas vidas, sempre utilizando-se das regras do jogo. Portanto, aqui se fundiram os valores patriarcais com a autonomia dessas mulheres. Por isso, é possível encontrar outros modelos de estruturação domiciliar. Afinal de contas, como já foi discutido pela historiografia, toda casa ou família passam por mudanças ao longo de sua existência<sup>44</sup>.

A título de ilustração, pode-se falar primeiramente de uma família nuclear que sai de uma casa com família extensa. Posteriormente essa família nuclear vai aumentando com os filhos que dela vão nascendo, com os padrinhos dessas crianças, com os amigos e com os vizinhos e com os escravos que a família vai adquirindo. Um pouco mais tarde, os filhos crescem e vão habitar outras casas. Com a diminuição das crianças, os padrinhos não se fazem mais tão presentes, assim como os escravos já não são tão necessários. Com isso, essa família extensa acaba por se livrar de parte dos escravos ou os dá em forma de dote para os seus filhos começarem uma nova vida. Nesse momento, a família que havia se tornado extensa volta a ser nuclear. Posteriormente, um dos cônjuges morre e a estrutura domiciliar torna-se solitária. Portanto, não faz sentido, em uma situação dinâmica como apresentada anteriormente, falarmos em patriarcado em oposição a uma matrifocalidade. Ou que houve a preponderância de um sobre o outro, mas que houve uma fusão desses valores e universos culturais distintos. A intenção aqui é analisar a dimensão mais familiar, mais íntima, no campo dos sentimentos destes processos de fusão.

---

<sup>44</sup> Para um olhar sobre esse tipo de situação, vale consultar: RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios como unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Tese (doutorado de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG. Departamento de Demografia, Belo Horizonte, 2008. especialmente o capítulo 2.

## 2.2 - As mestiçagens entre alguns autores do século XX

Apresentando, desse modo, a família do período pré-industrial e a especificidade da migração e escravidão presentes na Capitania de Minas no século XVIII, torna-se necessário traçar algumas linhas mais teóricas sobre o fenômeno da mestiçagem. A mestiçagem biológica e cultural é fenômeno sociocultural muito antigo e sempre foi elemento muito importante na conformação de juízos de valor. Desde a antiguidade, julgaram-se povos, distinguindo-os entre pretensamente puros e impuros, classificando-os em categorias que se arrastaram até o presente. Acreditou-se que tradições culturais puras tivessem existência histórica quase que natural. Bluteau sintetiza o significado que o Mestiço tinha por volta do século XVIII:

Mestiço. Di-se dos animais racionaes, & irracionaes. Animal mestiço. Nascido de pay, & may de diferentes espécies, como mu, leopardo, & c.[...] ou como querem Scaligero, & Vosso, que se escreva Ibrida, Masc. (& não Hybris) que dizes, nascido de um porco montez, & húa porca domestica. Assim no lo ensina Plinio no cap. 53 do livro 8, logo no princípios, donde explica a palavra hibrida pelo adjetivo semiferus, acrescentando que se tem dito dos homens, nascidos de pays de diferentes naçoens. [...]Homem mestiço. Nascido de pays de diferentes nasções. V.g. Filhos de Portuguez, & India, ou de pay índio, & de may Portugueza.[...](BLUTEAU, 1712, p.455)

Hierarquizar pessoas e suas culturas foi procedimento comum durante muito tempo, apesar de que vozes contrárias a isso aparecerem em vários momentos. O fenômeno preocupou autoridades e também acabou se transformando em objeto de estudo para vários pesquisadores, que, ao longo do tempo, o leram das mais variadas maneiras. Muitos desses pesquisadores utilizaram conceitos e categorias, tais como: raça, cultura, civilização, meio físico, genética e clima para analisar as mestiçagens na história dos homens, assim como para fomentar julgamentos e, também, para se construírem explicações científicas. Porém, como a mestiçagem tomou o corpo que esse conceito tem hoje? Assim falam os historiadores Carmen Bernand e Serge Gruzinski:

O Termo “mestiçagem” provém de um adjetivo latino, *mixticius*, que designa aquele

que "nasceu de uma raça misturada". Já no século XII, Girart de Roussillon fala dos "mestiz" franceses, meio borguinhões. A palavra "mestiçagem" dá margem à confusão de um lado porque recupera ao mesmo tempo, uniões biológicas e cruzamentos culturais, e de outro porque suas repercussões são múltiplas. (BERNAND & GRUZINSKI, 2006, p.10)

Se for verdade que a história do globo se confunde com a das migrações de populações, a conquista do Novo Mundo marca uma formidável mudança no volume e na velocidade desse processo. Como os professores Gruzinski e Bernand (Cf.: 2006) afirmam: na América, a questão colocada pela existência dos mestiços foi mais social e política, antes de se tornar "racial". Numa sociedade em que os estatutos são codificados pelo lugar que cada um ocupa, a ambiguidade da posição dos mestiços inspirava desconfiança.

Invasores europeus, índios vencidos ou insubmissos, africanos vítimas do tráfico e também senhores de escravos; essa a diversidade de seres que se estabeleceram no continente americano, algumas vezes se enfrentado - é verdade - mas outras vezes unindo-se e mesclando-se, não possuiu equivalente anterior. O encontro dos europeus e das sociedades indígenas provocou, primeiramente, em toda a extensão do continente americano, transformações dos modos de vida em ambos os grupos. Esses encontros nasceram impostos pela força do choque que a conquista provocou, é claro, mas nasceram também do simples contato e da curiosidade.

Ao longo dos séculos, mas em especial a partir do século XIX e ao longo do século XX, houve muitos pesquisadores de diversas áreas buscando compreender a complexidade desse fenômeno e as implicações dele para o tempo presente desses respectivos autores. Claro que cada um, de algum modo, deu ao tema a sua interpretação<sup>45</sup>. Devido ao espaço reduzido,

---

<sup>45</sup> Para entender um pouco melhor a produção do século XIX, vale consultar: FELL, Eve-Marie. "Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria". In: PIZARRO, Ana (org.), *América Latina: Palavra Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 577-595. Posteriormente o debate sobre a mestiçagens ganha espaço entre os intelectuais latinoamericanos; nesse contexto vale consultar CALDERÓN, José Vasconcelos. *A raça cósmica - Missão da raça ibero-americana*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948 [1925] [Versão traduzida e disponível em <http://escritaesociedade.files.wordpress.com/2008/10/jose-vasconcelos-a-raca-cosmica.doc>, acesso em 2011] FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. [1933]. e ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el*

não será apresentada, nem mesmo sucintamente, a contribuição de cada um desses autores. No entanto, parece proveitoso discutir a utilização de alguns termos para descrever as *mestiçagens* ou fenômenos parecidos.

As múltiplas contribuições para a compreensão das mestiçagens traduziram-se nos diversos conceitos utilizados para descrever fenômenos muito próximos no tempo ou em seu significado. Burke indica uma explicação para essa multiplicidade:

---

*azúcar*. Havana: Dirección de Publicaciones, Universidad Central de las Villas, 1965. [1940]. Mais contemporaneamente, é necessário citar entre os praticantes dos estudos culturais marcados por um pós-colonialismo: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. HALL, Stuart. “Identidade cultural e diáspora” in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 24, 1996, p. 68-76. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Especialmente quando trata da ambivalência. e CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997. De modo mais independente BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. (Coleção Aldus). A partir de outra interpretação, mas também trazendo contribuição para a compreensão das mestiçagens em várias partes do mundo são importantes os trabalhos de: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006. GRUZINSKI, Serge. *Passeur y elites “católicas” en las Cuatro parte del mundo – Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)*. In: GODOY, Scarlett O’Phelan. SALAZAR-SOLER, Carmen. *Passeurs (eds) Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos, XVI-XIX*. Lima: Pontificia universidad Católica Del Perú/Instituto Riva-Agüero/ Instituto Francés de Estudios Andinos, 2005. p. 13-29. PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. (Coleção Olhares). PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2010. (Coleção Olhares). PAIVA, E. F. ; CERCEAU NETTO, R. . Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org.). *Pitangui colonial. História & Memória*. 1ed. Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154. PAIVA, Eduardo França. Transito e mobilidade entre mundos: Escravidão globalizada comércio e práticas culturais. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa América e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares). p. 481-495. PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). *O trabalho mestiço: maneira de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. (Coleção Olhares). PAIVA, Eduardo França, *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012. (Tese, apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil). ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: Saberes e Práticas Curativas nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2008. CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares). SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2007 IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012. QUEIJA, Berta Ares. Las categorías del mestizaje: desvíos a los constreñimientos de un modelo social em el Pedro colonial temprano. HISTORICA. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, v. XXVIII, n. 1, 2004, p. 193-218. QUEIJA, Berta Ares.. Mestizos, mulatos y zambaigos (Virreinato Del Pedrú, siglo XVI). In: QUEIJA, Berta Ares.& STELLA, Alessandro. (coord.) *Negros, mulatos, zambaigos – Derroteros africanos en los mundos ibéricos*. Sevilla: Escuela de estudios Hispano-Americanos/CSIC, 2000, p. 75-88. QUEIJA, Berta Ares.. “Un borracho de chicha y vino”: la construcción social del mestizo (Peru, siglo XVI). In: *Mezclado y sospechoso: movilidad e identidades, España y América (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Collection Casa de Velásquez, 2005, p. 121-144.

[...] De fato, temos palavras demais em circulação para descrever os mesmos fenômenos. No mundo acadêmico, a América foi redescoberta e a roda reinventada muitas vezes, essencialmente porque os especialistas de uma área não têm tomado ciência daquilo que seus vizinhos andavam pensando. (BURKE, 2003, p.39)

Pensando nesse problema, podem-se indicar alguns dos termos utilizados para explicar o fenômeno das mesclas culturais e humanas. Na História existem os termos mestiçagem e/ou hibridismo; na Antropologia, tem-se sincretismo; na Linguística, há crioulização, e, nos Estudos Pós-coloniais, considera-se ambivalência. Para analisar as implicações dos usos desses termos, ressalta-se a opção pelo termo mestiçagem, que não é gratuita e sem propósito. Na verdade, essa escolha metodológica surgiu a partir de um Workshop intitulado Mestiçagens/Hibridismo: perspectivas histórico-metodológicas, realizado em 5 e 6 de setembro de 2009, em Sabará, Minas Gerais. Nesse evento, a partir das apresentações dos Professores Douglas Cole Libby, Eduardo França Paiva e José Newton Coelho Meneses, ficou claro as vantagens que o termo mestiçagem tem sobre os demais e essa discussão e a leitura acumulada para essa escolha serão apresentadas.

Enfrentando essa luta conceitual, começar-se-á pelo extenso debate sobre as implicações na utilização dos conceitos de hibridismo e de mestiçagem. Para Gruzisnki, o problema na utilização do termo mestiçagem está relacionado a:

Ainda relativamente pouco explorada e, portanto, pouco familiar aos nossos espíritos, a mistura dos seres humanos e dos imaginários é chamada de mestiçagem, sem que saiba exatamente o que o termo engloba, e sem que nos interroguemos sobre as dinâmicas que ele designa. Misturar, mesclar, amalgamar, cruzar, interpenetrar, superpor, justapor, interpor, imbricar, colar, fundir etc., são muitas as palavras que se aplicam à mestiçagem e afogam sob uma profusão de vocábulos a imprecisão das descrições e a indefinição do pensamento. (GRUZISNKI, 2001, p.42-43)

Mas é claro que essa “profusão de vocábulos” não impede a utilização de um termo que ajude a pensar os encontros entre pessoas, grupos e culturas em seu movimento. Sem alongar muito, acredita-se que Peter Burke comete um engano ao estabelecer uma

equivalência para os termos hibridismo e mestiçagem:

A metáfora botânica ou racial mais vívida de “hibridismo” ou “hibridização” (em francês métissage, em português mestiçagem, em espanhol mestizaje, em italiano letteratura meticcica, em inglês hybridity ou hybridization) foi especialmente popular nos séculos XIX e XX, tendo surgido a partir de expressões insultuosas como “vir-latas” ou “bastardo” e dado origem e sinônimos como “fecundação cruzada”. (BURKE, 2003, p. 51-52)

Mais adiante em seu texto, e após indicar os múltiplos significados que esses termos assumem, Burke aponta para utilização de um conceito cunhado por Carl von Sydow:

Os estudiosos das interações culturais poderiam seguir o paradigma de Sydow e discutir, digamos formas locais – arquitetura barroca tcheca, por exemplo – como variantes regionais de um movimento internacional, variantes com suas próprias regras. A existência de ecótipos sugere que precisamos tomar consciência de forças centrífugas assim como de forças centrípetas. Como a história das linguagens e dos dialetos, a história da cultura em geral pode ser vista como uma luta entre estas duas forças. Às vezes uma tendência predomina, às vezes a outra, mas elas alcançam um certo equilíbrio no longo prazo. (BURKE, 2003, p. 54)

Concluindo essa querela, o autor aponta para os problemas da utilização desses termos:

Os conceitos de sincretismo, de mistura e de hibridismo têm também a desvantagem de parecerem excluir o agente individual. “Mistura” soa mecânico. “Hibridismo” evoca o observador externo que estuda a cultura como se ela fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos com se fossem espécimes botânicos. (BURKE, 2003, p.55)

Dessa forma, sem enfrentar a questão de frente e confundindo os dois termos - claro que um deles, mestiçagem, por não ter equivalente na língua materna do autor -, e optando por acrescentar mais um termo a um debate que já está saturado de terminologias, Burke não responde aquilo que se propõe.

Talvez de modo mais próximo às diferenças tradicionalmente estabelecidas entre hibridismos e mestiçagem, até por causa de sua língua materna, Canclini (2008, p.XXVII)

caminha compreendendo que esse último termo é muito útil para caracterizar: “a mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à que se acrescentaram escravos trasladados da África, tornou a mestiçagem um processo fundacional nas sociedades do chamado Novo Mundo”

Mais adiante, Canclini aponta a necessidade de ampliar a noção de mestiçagem de aspectos apenas biológicos para aspectos da cultura:

Mas a importante história de fusões entre uns e outros requer utilizar a noção de mestiçagem tanto no sentido biológico - produção de fenótipos a partir de cruzamentos genéticos – como cultural: mistura de hábitos, crenças e formas de pensamentos europeus como os originários das sociedades americanas. Não obstante, esse conceito é insuficiente para nomear e explicar as formas mais modernas de interculturalidade.

Durante muito tempo, foram estudados mais os aspectos fisionômicos e cromáticos da mestiçagem. A cor de pele e os traços físicos continuam a pesar na construção ordinária da subordinação para discriminar índios, negros ou mulheres. Entretanto, nas ciências sociais e no pensamento político democrático, a mestiçagem situa-se atualmente na dimensão cultural das combinações identitárias. Na antropologia, nos estudos culturais e nas políticas, a questão é abordada como o projeto de formas de convivência multicultural moderna, embora estejam condicionadas pela mestiçagem biológica. (CANCLINI, 2008, p. XXIX-XXVIII)

Apesar de mais próximo daquilo que se vem refletindo como mestiçagem, esse autor tenta inutilizar este termo para pensar os processos de mescla contemporâneos. Porém, como este trabalho não se propõe a pensar os encontros culturais no tempo presente, Canclini indica as potencialidades deste conceito para o momento de conquista e colonização da América.

De outro modo, Serge Gruzinski pensa as diferenças entre mestiçagem e hibridação:

Empregaremos a palavra mestiçagem para designar as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes - América, Europa, África e Ásia. Quanto ao termo “hibridação”, aplicaremos às misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico – a Europa cristã, a Mesoamérica – e entre tradições que muitas vezes coexistem há séculos. Mestiçagem e hibridação dizem respeito tanto a processos objetivos, observáveis em fontes variadas, como à consciência que tem deles os atores do passado, podendo essa consciência se expressar tanto nas manipulações a que eles se dedicam, como na construção que elaboram ou nos discursos e condenações que formulam. (GRUZINSKI, 2001, p. 62)

Para Gruzinski, a palavra mistura não é somente vaga como também traz à ideia de que mistura o que em princípio não está misturado, o que é homogêneo, isento de contaminação. O mesmo fato ocorreria com o termo hibridismo. Nesse sentido, Gruzinski critica a ideia de mestiçagem cultural e biológica:

A mestiçagem biológica pressupõe a existência de grupos humanos puros, fisicamente distintos e separados por fronteiras que a mistura dos corpos, sob a influência do desejo e da sexualidade, viria pulverizar. Assim, ativando circulações e intercâmbios, provocando deslocamentos e invasões, a história poria um termo que a natureza teria delimitado originária e biologicamente. Pressuposto constrangedor para todos os que tentam se livrar da noção de raça. Quanto à noção de “mestiçagem cultural”, ela implica ambigüidades ligadas ao próprio conceito de cultura [...]. Tampouco são claras as relações entre mestiçagem biológica e mestiçagem cultural: o nascimento e a multiplicação de indivíduos mestiços é um fato; o desenvolvimento de formas de vida misturadas, procedendo de fontes múltiplas, é outro, não necessariamente ligado ao anterior. Ademais, ao pormos o assunto nesses termos, eliminamos a questão das relações entre o biológico e o cultural com o social e político. Se a isso acrescentamos a banalização da palavra “mestiçagem”, compreendemos que toda essa confusão com que certas pessoas a rejeitarem uma noção de conotação tão pesada. (GRUZINSKI, 2001, p.42-43)

Nesse sentido, as mestiçagens culturais e biológicas são tanto o produto do caos como o conjunto dos esforços feitos para atenuar seus efeitos destruidores. Ou seja, mesmo a tentativa de impedir as mestiçagens é uma forma de expressão destas, pois só o seria possível em uma sociedade que vê, com desconfiança, esse processo. A desordem que destrói os seres e as tradições engendra por fim novas práticas e novas crenças, algumas das quais acabam por se estabilizar antes ou se transformar. Ligadas às necessidades de adaptação, essas formas de mestiçagem constituem a trama das culturas que apareceram no continente americano. Esta é, sem dúvida alguma, a razão pela qual a vontade de construir outra Europa, no Novo Mundo, não deu origem a um “caos de duplos”, mas antes à América.<sup>46</sup>

A partir de agora, baseando-se nas discussões realizadas no Workshop de Sabará e no debate historiográfico apresentado anteriormente, pretende-se apresentar a compreensão deste

---

<sup>46</sup> Cf. BERNAND, Carmen. e GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 10 e 723.

trabalho sobre os termos mestiçagem e hibridismo sem perder de vista as contribuições dos demais autores. A utilização do termo híbrido ou hibridização para denotar mesclas culturais que darão origem ao novo ou a uma riqueza é um equívoco, quando não um paradoxo. Afinal, esse termo, antes de ser utilizado pelas ciências sociais, foi amplamente utilizado pelas ciências naturais - especialmente pela botânica - para designar sempre produtos ou indivíduos derivados do cruzamento, normalmente deliberado pelo homem de espécies diferentes com a intenção de buscar novas e melhores características. Isso gerava normalmente indivíduos ou produtos inférteis, ou seja, que não se reproduziriam. Ora, quando se pensa na mestiçagem, especialmente, para o século XVIII em Minas Gerais, se está justamente querendo denotar a mescla de pessoas ou de universos culturais que são muito pouco ou nada controlados pelas deliberações dos homens. Além disso, essas mesclas gerariam um universo culturalmente mestiço bastante rico, fértil. Portanto, é algo que iria reproduzir-se e produzir novas mesclas que compreendem essas mestiçagens como inerentes à existência humana e não como algo que é externo a ela e que foi deliberado por alguém.

Assim, a generalização das mestiçagens acostumaria os indivíduos e os grupos mais expostos a circular entre as culturas e os modos de vida. Esses vaivéns desenvolvem uma sensibilidade cultural à diferença, uma aptidão para várias formas de registros, assim como estimula a capacidade para mistura. Essa situação suscita entre mestiços uma tomada de consciência de sua situação. Obviamente, cada um, a sua maneira, encarna as variantes de uma cultura ocidental enxertada sobre pensamentos extraeuropeus. Esses mestiços são daqueles que se situam na encruzilhada, no *between* dos mundos.<sup>47</sup>

Em complementaridade, é importante informar que a escolha pelo termo mestiçagem se deve a tentativa de perseguir a orientação de Serge Gruzinski (2001, 39-62), de pensar o intermediário, afastando-se de um positivismo ainda presente nas “Ciências Humanas”, e

---

<sup>47</sup> Cf. BERNAND, Carmen. e GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006, p..728-729.

estabelecer uma descrição que se pareça com uma nuvem, comportando sempre algo de irreconhecível, de incerto, de aleatório, de inclassificável.

### 2.3 - Vivências Afetivas e a História

Aqui, tendo em vista o apresentado sobre os fenômenos da mestiçagem e seus entrecruzamentos com a família, tratar-se-á do que dava cor e dor à convivência familiar, constituída, muitas vezes, por sentimentos, emoções, paixões e afetos<sup>48</sup>. No entanto, falar sobre a afetividade em um tempo tão distante pode ser um real desafio para todo historiador. Nesta seção busca-se estabelecer um conceito operacional para tratar das afetividades no período e espaço em tela. Diversos historiadores<sup>49</sup> já chamaram a atenção sobre a necessidade de se trabalhar com a afetividade. Sobre isso Peter Burke tece as seguintes considerações:

[...] As emoções tem uma história? Nietzsche achava que sim. Em *A gaia ciência* (1882) ele se queixava de que “até agora tudo o que dá cor à existência ainda não tem uma história... onde se pode encontrar um história do amor, da avareza, da inveja da consciência, da piedade ou da crueldade?”.

Alguns historiadores[...]concordariam com isso, a começar por Jacob Burckhardt, cujas referências a inveja, raiva e amor na Itália renascentista Nietzsche de algum modo não viu, embora conhecesse pessoalmente o autor. Em seu *Outono da Idade Média*, Johan Huizinga discutiu o que chamou de “alma apaixonada e violenta da época” – a oscilação emocional e a falta de controle característica dos indivíduos do período. Vinte anos mais tarde, Nobert Elias usou o estudo de Huizinga como base para sua própria história cultural das emoções, mas especialmente das tentativas de controlar as emoções como parte do “processo civilizatório” (ver p. 72) (BURKE, 2005:141)

Apesar do interesse antigo dos historiadores pela problemática das sensibilidades, faz pouco

---

<sup>48</sup> Conceitualmente, existem diferenças entre todas essas manifestações. Para um apanhado geral dessas diferenças, vale consultar. BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair Teixeira, TRASSI, Maria De Lourdes. *Psicologias: Uma Introdução Ao Estudo De Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001. DALGALARRONDO, Paulo. A afetividade e suas alterações. In.: \_\_\_\_\_, *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Campinas: Artmed, 2008. (2ª edição).

<sup>49</sup> Para um primeiro contato com esses primeiros historiadores que trataram da afetividade, vale consultar FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*. Lisboa, Editoria Presença, 1977, Vol. II. BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. PESAVENTO, Sandra Jathahy, Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 04 febrero 2005, consultado el 29 octubre 2012. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>; DOI: 10.4000/nuevomundo. STEINBACH, Amanda Maíra. Psicanálise freudiana e história: possibilidades e limites da construção de uma história dos sentimentos. *Revista de Teoria da História* Ano 2, Número 5, junho/ 2011. SANTANNA, Luiz Alberto Sciamarella. A HISTÓRIA DO MENTAL DE LUCIEN FEBVRE: a iconografia revela a sensibilidade religiosa. *Projeto História*, São Paulo, n.37, p. 41-52, dez. 2008.

tempo que uma parte considerável dos historiadores começou a buscar compreendê-las em seus respectivos trabalhos.<sup>50</sup> Em paralelo a essa necessidade de tratar das sensibilidades de outros tempos, coloca-se uma questão teórico-metodológica sobre como compreender as sensibilidades de outros tempos. Como diz Pesavento (2008: 56), a preocupação em contar a história das sensibilidades surgiu justamente na necessidade de contar a história de gente pequena ou sem importância, o que fez emergir dentro da História cultural a vivência do sujeito. Por isso:

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para homens de uma determinada época.[...]

As sensibilidades seriam, pois as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, aparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. [...](PESAVENTO, 2008: 57).

Com isso, falar de sensibilidade é sempre falar de percepções, de *apropriações* e de *representações* que os agentes históricos estabelecem com relação às pessoas que os cercavam. Ao tratar de sentimentos ou de sensibilidade, algo não material, a questão que fica é como e o que falar desse objeto de pesquisa. Seria necessário fazer análises muito finas para apreender ações que, na verdade, deem acesso a outros significados ou a emoções. Colocado dessa forma, como recuperar as sensibilidades? Pesavento, dá uma resposta:

Mas para o historiador, é preciso encontrar a tradução externa de tais sensibilidades geradas a partir da interioridade dos indivíduos. Ou seja, mesmo a sensibilidade mais finas, as emoções e os sentimentos devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador.

[...] Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidade do espaço construído. Falam, por sua vez do real e do não-real, do sabido, e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significação construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo, que não tenha existência real ou comprovado, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidade enquanto sentimento mesmo que suas razões ou motivações, no caso não tenham consistência real. (PESAVENTO, 2008: 58)

---

<sup>50</sup> Cf BURKE, Peter. Op. Cit. 2005. P. 141.

Portanto, o historiador analisa as sensibilidades que foram materializadas em algum suporte em algum momento. Além do problema de estar atento a algo imaterial que somente muito discretamente se torna material, esse tipo de objeto exige que o historiador traduza os sentimentos do passado em problemas familiares, e ao mesmo tempo estranhos<sup>51</sup> ao presente, e, eventualmente, até que transforme sentimentos em número. No final das contas, essas emoções seriam as significações atribuídas às impressões sobre uma coisa ou especialmente pessoa. Isso seria como uma forma de apreensão dessa realidade que não necessariamente passaria pelo racional. Essa apreensão do real seria como se formam as representações sobre a realidade. Mas o que seria uma representação? Chartier dá uma definição bastante útil para o período deste trabalho,

Propomos que se tome o conceito de representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado. A sua pertinência operatória para tratar os objetos aqui analisados resulta de duas ordens de razões. Em primeiro lugar, é claro que a noção não é estranha às sociedades do Antigo Regime, pelo contrário, ocupa aí um lugar central. A este respeito oferecem-se várias observações. As definições antigas do termo (por exemplo a do dicionário de Furetière [1690]) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é. Algumas dessas imagens são bem materiais e semelhantes, como os bonecos de madeira ou de couro apelidados justamente de “representações”, que eram colocados por cima do féretro real durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses e que mostravam o que já não era visível, isto é, a dignidade imorté, a dignidade imortal perpetuada na pessoa mortal do rei. Outras, porém são pensadas num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, consiste na “representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas nas das coisas naturais(...)”. Uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado – o que não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca. (CHARTIER, 1990: 9)

Quando se trabalha esse tipo de categoria, busca-se compreender como os indivíduos, a partir

---

<sup>51</sup> Para compreender um pouco melhor esse jogo de, ao mesmo tempo, tornar algo ou algum fenômeno familiar e estranho, vale consultar o texto de MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo e VELHO, Gilberto. Observando o familiar. Ambos os textos estão em NUNES, Edson de Oliveira (Org.) *A aventura sociológica – objetividade, paixão improvisado e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

de suas experiências constroem significados para o seu mundo e para as pessoas que compartilham desse mesmo mundo. Claro deve estar que, com isso, não se quer dizer que essas emoções, esses sentimentos, esses desejos não sejam historicamente construídos ou socialmente compartilhados. Todas essas representações são marcadas pelo seu tempo. Como diz Chartier (1990, 17):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

No entanto, é fundamental, em qualquer dos casos, aquilo que Chartier fala ao citar

Lucien Febvre:

Para compreender o que, para Febvre, designa a própria noção de utensilagem mental [...] é o estado da língua, o seu léxico e na sua sintaxe, os utensílios e a linguagem científica disponíveis; e também esse “suporte sensível do pensamento” que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afectividade: “Tão próximos de nós na aparência, os contemporâneos de Rabelais estão já bem longe por todas as suas pertenças intelectuais. E a sua própria estrutura não era a nossa”. Numa dada época, o cruzamento desses vários suportes (linguísticos, conceptuais, afectivos) dirige as “maneiras de pensar e de sentir” que delineiam configurações intelectuais específicas (por exemplo, sobre os limites entre o possível e o impossível ou sobre as fronteiras entre o natural e o sobrenatural). A tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é, portanto, reencontrar essas representações antigas, na sua irreduzível especificidade, isto é, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as medir pelos padrões da utensilagem mental do século XX, entendida implicitamente como o resultado necessário de um progresso contínuo. (CHARTIER, 1990 : 37)

Nesse sentido, sentimentos podem atuar sobre comportamentos demográficos ou socioculturais muitas vezes claros, outra vezes nem tanto. Ainda como afirma Pesavento (2008, 58-9), “pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo dos indivíduos e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as nuances e forma de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos.”.

Buscar esse tipo de objeto é encontrar representações outras que não as do presente.

“É nessa medida que”, fala Pesavento (2008: 59), “o trabalho da História é sempre o de dar a ver um outro, resgatando uma diferença” e, diria eu, também as semelhanças. Com isso, enfatiza-se que neste trabalho se propõe produzir uma interpretação que articule o personagem com contexto histórico no qual está inserido. E com isso enfatiza-se o que Pesavento já afirmou,

A diversidade existe, os homens, étnica e culturalmente, apresentam distinções e, nas relações sociais, de poder e econômica, vivem e reproduzem assimetrias. Mas, em termos da História Cultural, importa resgatar como a diferença é percebida e representado pelos homens, o que implica uma outra abordagem.

A produção de identidades, no caso, é sempre dada como relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação. Proximidade e distância coexistem. Como diz Ginzburg, somos sempre estrangeiros com relação a algo ou alguém. Os outros, que marcam a diferença são múltiplos, tais como os recortes de pertencimento identitário pode ser também variados e se superpor em uma mesma pessoa.

O que importa acentuar é que essa diferença, além de ser produzida historicamente no plano das condições sociais da existência, é também construída, forjada na percepção de quem vê e enuncia o outro, descrito e avaliado pelo discurso, figurado e representado pro Imagens. Há uma produção imaginárias deste outro, que afirma a alteridade e a diferença, no tempo e no espaço. (PESAVENTO, 2008, 60)

Portanto, a própria declaração de uma emoção ou sentimento por uma pessoa pode representar a alteração desse sentimento entre o que declara e o alvo da declaração.<sup>52</sup> Pesavento afirma que;

Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplos, são realidade enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. (PESAVENTO, 2008, 58)

Claro que, com isso, não está dizendo que não existam hierarquias ou assimetrias, no entanto deve-se ter clareza de que elas são também modos de organizar uma realidade que tem apenas uma validade contingencial. Diante disso, pode-se cair em um ceticismo descabido, no entanto, para esses problemas sempre haverá as fontes e as tradições historiográficas, que só funcionam associadas. Sem esses instrumentos, a história poderia cair em interpretações

---

<sup>52</sup> Cf. BURKE, Peter. *Op. Cit.* 2005. p. 141.

anacrônicas. Tudo isso leva, como já lembrado uma vez por Pesavento, ao:

[...] fim das certezas, que repetindo, já se torna velho entre nós – é , ainda para muitos um incômodo. Há, na verdade, mesmo entre os historiadores, uma resistência à mudança, talvez relacionada com a uma crise de identidade para a História. Mas negar a mudança no caso, seria negar a própria dinâmica sobre a qual se baseia a compreensão da História. (PESAVENTO, 2008, 116)

Assim, busca-se enfatizar que é justamente a dúvida e não a certeza, a questão e não a resposta, que produzem o conhecimento.

Contribuindo com as posições de Chartier e Pesavento, mas colocando já de saída um dilema, Peter Buke afirma que, para analisar as vivências afetivas de um passado, será necessário pensar que

[...] pode-se sugerir que os historiadores das emoções enfrentam um dilema básico. Eles precisam decidir se são maximalistas ou minimalistas, em outras palavras, se acreditam na historicidade ou não-historicidade essencial das emoções. Das duas, uma ou as emoções específicas, ou o pacote inteiro de emoções em uma dada cultura (a “cultura de emoções” local, como chamam Carol e Peter Stearns) são submetidos a mudanças fundamentais ao longo do tempo. Ou ainda eles permanecem essencialmente os mesmos em diferentes períodos.

Os estudiosos que escolheram o lado “minimalista” do dilema são forçados a se limitar os estudos das atitudes conscientes com respeito às emoções. Escrevem uma história intelectual sólida, mas não se trata realmente de história das próprias emoções. Por outro lado, aqueles que preferem a opção “maximalista” são muito mais difíceis de sustentar. Em documentos antigos, é fácil encontrar evidências de atitudes consciente a respeito de raiva, medo, amor e assim por diante, mas as conclusões sobre mudanças fundamentais a longo prazo são necessariamente muito especulativa. (BURKE, 2005: 142-3)

Dado esse dilema, como buscar as emoções e os sentimentos no passado? O que é vivência afetiva? E se isso existia no passado? Em outro estudo, o próprio Peter Burke dá uma sugestão de como tratar desse dilema:

Nos últimos anos, o interesse pela história das emoções tem aumentado rapidamente[...]. Será também possível escrever uma história da esperança? [...] Tentarei argumentar que esses objetos variam não só conforme a época, mas também de lugar para lugar, e de um grupo social para outro. Diferentes tipos de pessoas têm esperança de coisas diferentes: de vida eterna, felicidade neste mundo, riqueza, segurança, amor, fama, casa própria, e assim por diante. Elas podem esperar essas coisas para si ou podem transferir suas esperanças para a próxima geração, fazendo

sacrifícios para pagar uma boa educação para seus filhos, para os quais talvez tenham “grandes expectativas”.

As pessoas também são mais esperançosas em certos momentos e em certos lugares que em outros, na medida em que estão mais ou menos conscientes das alternativas para a vida que levam. Podemos, portanto, falar de horizontes variáveis [...] Nesse sentido, a esperança tem uma história, ou mais precisamente, esperanças têm histórias. (BURKE, 2012:207)

Portanto, para Burke, as emoções, ou talvez e modo mais preciso, os sentimentos podem mudar muito de um tempo para o outro, de um lugar para o outro, ou mesmo de um grupo social para o outro. Por que, afinal são produtos da cultura. No entanto, a sugestão de Peter Burke ainda é insuficiente para o que se pretende aqui. Para isso, é necessário buscar conceitos operacionais e referências mesmo entre outras ciências e, nesse caso, é evidente que a psicologia<sup>53</sup> pode trazer *insights* interessantes para a pesquisa que se materializa aqui, apesar de algumas críticas a esse respeito<sup>54</sup>.

No entanto, inicialmente cabem algumas considerações sobre as diversas abordagens da psicologia que, na verdade, buscam a cura do homem para vários transtornos emocionais ou psicológicos. No entanto, não é isso que a História busca fazer, até porque seus “pacientes” estão mortos há muitos anos ou, mesmo, séculos<sup>55</sup>. Diferentemente de diversos críticos, acredita-se aqui que a utilização de conceitos das diversas psicologias, em especial aqueles conceitos descritivos, podem ser sim utilizados para uma compreensão comparativa das vivências afeitas no período em tela. Buscando responder a questões sobre as vantagens de se utilizar conceitos da psicologia atual para entender populações pretéritas, Lucien Febvre diz:

Quando muito, pode esta experiência fornecer-lhes tipos de comparação que lhes permitam apreender melhor as diferenças que os nossos antepassados apresentavam em relação a nós.

---

<sup>53</sup>Lucien Febvre em seu *Combates pela História*, buscando alianças e apoios, sugere a necessidade de a História buscar esses aliados entre várias ciências, mas, no caso da História das Sensibilidades, a psicologia seria uma das principais ciências a contribuir com esse campo.

<sup>54</sup>Para um resumo dessas críticas, ver: STEINBACH, Amanda Maíra. Op. Cit. 2011.

<sup>55</sup>Para compreender algumas críticas de historiadores ao uso da psicologia e da psicanálise em algumas pesquisas de cunho histórico, consultar: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Editora Edusc, 2004. (Coleção História). GINZBURG, C. Freud, o Homem dos Lobos e os Lobisomens In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 207-217.

Na realidade, nem a psicologia dos nossos psicólogos contemporâneos tem créditos possível no passado, nem a psicologia dos nossos antepassados é passível de aplicação global aos homens de hoje. Quer se trata dos “heróis” da história, das personagens históricas” conhecidas através de um maior ou menos números de documentos biográficos e de “retratos” físicos e mentais, quer das massas anónimas, de que ninguém se preocupou nem com analisar psicologicamente os elementos, nem com caracterizar globalmente as reacções – num caso como no outro, “não poderia tratar-se (para empregar os termos de Chales Blondel usava na sua *Introdução à psicologia coletiva*, p. 197) de persistir em determinar de plano maneiras universais de sentir, de pensar e de agir talvez inexistentes, em todo o caso actualmente inapreensíveis. E Blondel precisava: “Ao considerar isoladamente os grupos humanos espalhados no tempo e no espaço, o seus papel é, pelo contrário, descrever os sistemas mentais próprios de cada um e analisá-los, tanto quanto possível, preocupando-se com apreender o mecanismo da sua elaboração, o jogo do seus desenvolvimento e a natureza das relações que ligam entre si os seus elementos” (FEBVRE, 1977: 149-50)

Assim, para Paulo Dalgalarondo (Cf. 2008: 155), afetividade ou vivência afetiva poderia ser compreendida como sinónimos daquilo que dá cor e dor à vida. Porém, estes são termos genéricos, que compreendem várias modalidades de vivências afetivas, como o humor, as emoções e os sentimentos. Nesse sentido, pode-se falar de uma relação que envolve quem percebe e o que é percebido. De outra maneira, Dalgalarondo, citando Mira e López, diz:

[...] quanto mais os estímulos e os fatos ambientais afetam o indivíduo (até a intimidade do ser), mais nele aumenta a alteração e diminui a objetividade. Quanto menos a distância (real ou virtual) entre quem percebe e o que é percebido, mais o objeto da percepção se confunde com quem o percebe. Assim, vai desaparecendo a possibilidade de configurar ou formar imagens delimitadas e uma nova modalidade experiência íntima surge, experiência esta que afeta a totalidade individual e que, por isso mesmo recebe o qualificativo de afetiva. Segundo ele, “a fronteira entre a percepção e a afeição entre a sensação e o sentimento, entre o saber e o sentir é a mesma fronteira entre o Eu e o não-Eu. (DALGAIARRONDO, 2008: 155)

De outro modo, para alguns autores (BOCK, FURTADO e TRASSI, 2001: 189) “Eles [os afetos] se expressam nos desejos, sonhos, fantasias, expectativas, nas palavras, nos gestos, no que fazemos e pensamos. É o que nos faz viver.” . Portanto, os afetos também seriam indicativos de gostos, de valores e de tudo o que dá motivação ao viver.

Segundo Bock, Furtado e Trassi:

A vida afetiva, ou os afetos, abarca muitos estados pertencentes à gama prazer-desprazer, como, por exemplo, a angústia em seus diferentes aspectos — a dor, o

luto, a gratidão, a despersonalização — os afetos que sustentam o temor do aniquilamento e a afânise, isto é, o desaparecimento do desejo sexual.

Ao procurarmos compreender a vida afetiva, é importante adotarmos a terminologia adequada por tratar-se de uma área de estudo repleta de nuances. Portanto, se até o século 19 usavam-se, indiscriminadamente, termos como emoção e sentimento, hoje, no estudo da vida afetiva, já fazemos uma distinção mais precisa entre esses termos. (BOCK, FURTADO e TRASSI, 2001: 191).

Conforme Dalgalarrondo (Cf. 2008: 155-158), as vivências afetivas podem ser divididas em cinco modalidades aqui rapidamente definidas. A primeira delas é o estado de ânimo ou o seu humor. Este pode ser compreendido como “o tônus afetivo do indivíduo, o estado emocional basal e difuso em que se encontram as pessoas em determinado momento”. Portanto, ele seria como “a lente afetiva que dá às vivências dos sujeitos, a cada momento, uma cor particular, ampliando ou reduzindo o impacto das experiências reais e, muitas vezes, modificando a natureza e o sentido da experiência vivenciadas.”.

A segunda modalidade, ainda em conformidade com Dalgalarrondo (2008: 156) são as emoções que podem ser definidas como reações afetivas agudas, momentâneas desencadeadas por estímulos significativos. Assim, a emoção é um estado afetivo intenso, de curta duração, originado geralmente como a reação do indivíduo a certas excitações internas ou externas, conscientes ou inconscientes. Assim como o humor, as emoções são frequentemente acompanhadas de reações somáticas (motores, hormonais, viscerais), mais ou menos específicas. O humor e as emoções são, ao mesmo tempo, experiências psíquicas e somáticas e revelam sempre a unidade psicossomática básica do ser humano.

Os sentimentos para Dalgalarrondo (cf. 2008: 156-7) são estados afetivos estáveis, em relação às emoções, são mais atenuados em sua intensidade e menos reativos a estímulos passageiros. Os sentimentos estão comumente associados a conteúdos intelectuais, valores, representações e, em geral, não implicam concomitantes somáticos. Constituem fenômenos muito mais mentais que somáticos. Por serem associados a conteúdos intelectuais, os sentimentos dependem da existência, na língua e na cultura de cada povo, de palavras que

possam codificar este ou aquele estado afetivo. Assim, há grande variação de cultura para cultura, de um para outro universo semântico e linguístico, em relação aos diversos sentimentos que podem ser expressos e, assim, ganhar existência própria. Os diferentes idiomas apresentam, muitas vezes, sutis diferenças e nuances de um sentimento em relação a outro próximo. Pode-se classificar e ordenar os sentimentos em vários grupos. Os afetos e os sentimentos são vivenciados, de modo geral, em dois polos: agradável e desagradável, prazeroso e desprezível. Pode-se pensar nos sentimentos da esfera da tristeza: melancolia, saudade, tristeza, nostalgia, culpa, remorso, infelicidade, tédio etc.. São observáveis os sentimentos da esfera da alegria: euforia, júbilo, satisfação, confiança, gratidão, esperança, expectativa. Na esfera da agressividade: raiva, revolta, ciúme, ódio, ira, inveja, vingança. Os sentimentos relacionados à atração pelo outro: amor, atração, carinho, gratidão, amizade, apego, apreço, respeito, consideração, admiração. Os sentimentos relacionadas ao perigo: temor, receio, desamparo, abandono, rejeição. E os sentimentos de tipo narcísico: vaidade, orgulho, arrogância, onipotência, superioridade, prepotência.

A quarta modalidade são os afetos. Estes seriam, conforme define Dalgarrondo (2008: 157), a qualidade e o tônus emocional que acompanha uma ideia ou representação mental. Os afetos acoplam-se às ideias, anexando a elas um colorido afetivo. Seria, assim, o componente emocional de uma ideia. Em acepção mais ampla, usa-se também o termo afeto para designar, de modo inespecífico, qualquer estado de humor, sentimentos ou emoção. Um pouco diferente dessa definição, mas mais próximo desse último sentido, Bock, Furtado e Trassi (2001: 192-193) apresentam afeto:

O prazer e a dor são as matrizes psíquicas dos afetos, ou se constituem em afetos originários. Entre estes dois extremos encontram-se inúmeras tonalidades, intensidades de afetos, que podem ser vagos, difíceis de nomear ou discriminados.[...]

Existem dois afetos que constituem a vida afetiva: o amor e o ódio. Estão sempre presentes na vida psíquica — de modo mais ou menos integrado —, associados aos pensamentos, às fantasias, aos sonhos e se expressam de diferentes modos na conduta de cada um.[...]

Contudo, muitas vezes os afetos são enigmáticos para quem os sente. Exemplos: quando temos muitos motivos para não gostar de alguém de quem gostamos; ou quando deveríamos ser gratos a alguém de quem temos raiva. [...]

Os afetos também podem ser enigmáticos para aqueles que os supõem em nós a partir de alguma expressão, isso porque, muitas vezes, nossa reação não condiz com o que sentimos (com que o outro esperava), ou seja, nem sempre o comportamento está em conformidade com os nossos afetos, os quais não queremos (ou não podemos) demonstrar.[...] (BOCK, FURTADO e TRASSI, 2001: 191-193)

Por último, existe as paixões, sendo estas para Dalgalarrodo (cf. 2008: 157-8) um estado afetivo extremamente intenso, que domina a atividade psíquica como um todo, captando e dirigindo a atenção e o interesse do indivíduo para uma só direção; inibindo, assim os demais interesses.

Ainda segundo Dalgalarrodo (cf. 2008: 158-7), tradicionalmente o pensamento ocidental opôs emoção e razão. Segundo esse pensamento, a emoção cega o homem e o impede de pensar com clareza e sensatez. Essa concepção considera a emoção e a vida afetiva, de modo geral, como inferior à razão. No entanto, mais recentemente, vários autores, diz Dalgalarrodo, afirmam que a dimensão emocional pode contribuir (e não atrapalhar) no contato do homem com a realidade, assim o homem compreenderia também se emocionando, sentido afetivamente os fenômenos da realidade. Exemplo disso é a catatimia, segundo Dalgalarrodo, Bleuler (1942) denominou, desse modo, a importante influência que a vivência afetiva exerce sobre as demais funções psíquicas. A pesquisa psicopatológica tem identificado historicamente quão penetrante é a influência da afetividade sobre toda a vida mental. A atenção é captada, dirigida, desviada ou concentrada em função do valor afetivo de determinado estímulo; a memória é altamente detalhada ou muito pobre, dependendo do significado afetivo dos fatos ocorridos; a percepção pode se alterar em função de estados afetivos intensos, e assim por diante.

Ainda apresentando Dalgalarrodo (cf. 2008: 159-60), quando se fala de vida afetiva, fala-se também em um contexto de relações do eu com o mundo e com outras pessoas, variando de um momento para outro à medida que os eventos e as circunstâncias da vida se

sucedem. A afetividade caracteriza-se particularmente por sua dimensão de reatividade. Nesse sentido, há duas importantes dimensões da resposta ou da reação afetiva de um indivíduo. A primeira denomina-se sintonização afetiva e é a capacidade de o indivíduo ser influenciado afetivamente por estímulos externos; assim, o sujeito entristece-se com ocorrências dolorosas, alegra-se com eventos positivos, enfim entra em sintonia com o ambiente. A segunda denomina-se irradiação afetiva, por sua vez, é a capacidade que o indivíduo tem de transmitir, irradiar ou contaminar os outros com seus estados afetivos momentâneos; por meio da irradiação afetiva, faz com que os outros entrem em sintonia com ele (Giglio, 1974). Na condição de rigidez afetiva, o indivíduo não deseja, tem dificuldade ou impossibilidade tanto de sintonização como de irradiação afetiva; ele não produz reação afetiva nos outros nem reage afetivamente diante da situação existencial cambiante.

Tendo em vista as definições dadas pela psicologia a essas manifestações afetivas e a contribuição apresentada pela história das sensibilidades ou das emoções, torna-se necessário pensar esses fenômenos para o período e para a região pesquisados neste trabalho. Talvez uma primeira crítica em relação a esse trabalho seja algo como: não seria anacrônico levar categorias da psicologia do século XX para compreender o XVIII? Ou talvez essa não é uma categoria inadequada para o século XVIII, haja vista que ela está profundamente relacionada ao surgimento e à compreensão do indivíduo ou da subjetividade, e isso só ocorreu realmente no XIX? Nesses casos é possível, por incrível que pareça, que ambas as questões estão parcialmente corretas. Isso porque realmente existe um certo anacronismo em levar categorias como vivências afetivas, emoções ou sentimentos para compreender esse passado, no entanto não é porque elas não existiam nesse período, mas sim porque elas, dependendo do tempo e do espaço ou grupo social, sofrem alterações não desprezíveis, coisa que este trabalho busca demonstrar. No entanto, como lidar de maneira geral com categorias válidas para compreender as vivências afetivas estabelecidas entre pessoas criadas em meio cristão

ocidental, ainda que por vezes existam mal-entendidos, acredito que será possível tecer alguns comentários sobre essas manifestações afetivas. Sem contar que esse tipo de pesquisa nada mais é que uma tentativa de tradução de uma realidade. Ou de modo mais claro, tentativa de para que o presente possa compreender o passado.

Talvez um primeiro impulso para aqueles que buscam categorizar uma palavra é ir aos dicionários da época para ver o que ela significa. Para tirar todas as dúvidas, cabe citar como o afeto aparece nos dicionários da época em Portugal e no Brasil. Primeiramente cabe citar como o Afeto é tratado no dicionário do Padre Raphael Bluteau (1712-37):

Affecto, amor, boa vontade [...] O affecto, que vos tenho [...] O affecto que nós temos hum ao outro [...] Se me tendes algum affecto [...] Dahi naceo o affecto, que nós temos hum ao outro. [...] Ter affecto a alguém [...] Insunarse no affecto de alguém[...] Molher com com palavrinhas se insinua nos affectos.[...] A opinião, que se tem da virtude de alguém, he causa do affecto, que se lhe mostra [...] Não se mostra pouco affecto [...]  
Conservemos entre nós os affecto, que sempre tivemos.[...] Recebeo com todas as demonstrações de hum amranhavel affecto.[...] Não correspondem ao affecto, que outrem nos tem.[...] Em nenhuma occasião faltei ao affecto que tenho a vossos irmãos[...] Por isso vos peço peço a continuação do vosso affecto.[...] Se vos me tendes algum affecto, tomaio também a este lugar [...] Cartas escritas com affecto, com affectuosas expressões. [...] Affecto, Inclinação, Payxão[...] Modera a temperança todos os affectos da natureza.

E, por derivação, temos “Affectuosamente, com affecto, com amor.[...] Trata a todos mui affectuosamente. [...] Affectuoso. Aquelle, que obra com affecto [...] Discurso affectuoso, capaz para mover os affectos.”

No entanto, afeição também denota benevolência, mas sem exagero. “Affabilidade. He huma cortezãa, & branda moderação no trato civil, & político, a qual sustenta o seo decoro entre a complacência, & a contradição, sem cahir nas vilezas da lisonja, & sem escandalizar com asperezas da prosta.[.] Com afabilidade.” De um modo um pouco diferente Bluteau define afável:

Afável, Affavel. Aquele, que sem ofender o character da sua pessoa, trata cortesmente com todos, de maneira, que com os amigos he familiar com os inferiores benigno/

com os superiores obsequioso; com os velhos serio; com os moços alegres, com os meninos carinhoso, & com prudente equilíbrio sempre conserva o decoro das suas palavras, & acções entre a grosseria, & a adulação.[...] Nem he afável com niguem [...] Os que querem, que se diga Affabel, por dizermos afabilidade, não reparão, que, ainda que digamos infabilidade, não dizemos infabel, mas instável, & sem embargo de dizer Probalidade, & Improbabilidade, dizemos Provavel, [...]

Dessa forma, para esse dicionário do início do século XVIII, o afeto ou palavras dele derivadas significam, quase sempre, carinho com relação a outra pessoa, reciprocidade nesses sentimentos, indicando em alguns casos até uma certa horizontalidade na relação. No entanto, como era de se esperar, em uma sociedade como aquela, muitas vezes esse sentimento significa hierarquização da sociedade e diferenciação normatizada, pois significa demonstrar o afeto diferentemente para pessoas diferentes, interpretação facilmente identificável nos dois últimos verbetes. Poderia ser também uma forma de buscar benefício em sua sociedade que se constituía como de corte ou como fruto da transposição dos valores de antigo regime para os trópicos<sup>56</sup>.

Portanto, nessas definições, afeto não significaria somente carinho ou um sentimento bom. Por designar sentimentos ou emoções de modo vago, simbólico, imaterial não se sabe exatamente ou em que quantidade ele foi o bastante ou quando foi sufocante para si e para o outro. No final das contas, esses sentimentos que indicam afeto são negociados tendo em vista a necessidade de ambos envolvidos na relação afetiva. Pensando nisso, é fundamental compreender como ele influenciou nas ações desses agentes históricos. Tendo em mente, como já mencionado, que tempos diferentes significa ações, reações, sentimentos, pensamentos e ideias diferentes. Isso tudo, como dito anteriormente, indica representações das atitudes e dos comportamentos dos outros.

Tendo em vista essas definições e considerações, torna-se interessante identificar o

---

<sup>56</sup> Aqui é claro que faço referência a ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. E também, HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 339-349. FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista.; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001,

significado que está presente no dicionário de Antonio Moraes da Silva [1789] para a palavra afeto e palavras a ela relacionadas:

Affável, adj. Que falla bem, com bom termo, e palavras carinhosas [...] (vol 1. p.34)  
Affecto, f. m. comoção violenta da vontade, amor, propensão, ou aversão forte, em razão de sensações fortes agradáveis, ou penosas. SS F. Amoroso, ou ódio. SS t. méd. doença. (vol 1. p.34)  
Affectuosamente, adv. Com affecto, e de ordinário com amor. (vol 1. p.34)  
Affectuoso, adj. Que causa affectos. SS que tem, ou soffre de affectos. Ss Expressivo de Affectos v.g. palavras affectuosas. Ss. F. Amoroso, amorável. (vol 1. p.34)  
Afeição, F. F. o affecto amoroso, ou propensão amigável, benévola, e assim o contrario como quando julgamos sem afeição. SS Comummente se toma por afeição amigável (vol 1. p.34)  
Afeiçãoado, part. Pasl. V. afeiçãoar. Ss. It affecto que receber sensação, ou impressão qualquer. Ss informação – dada com parcialidade, parcializado Prestes 75. que lhe vendão suas verças afeiçãoadas. (vol 1. p.34)  
Afeiçãoar, v. at. Dar feição, figura algum corpo, v. g. afeição hum tronco,, Vieira. Ss F. Afeiçãoar enganar, dar-lhe cor de verdade, Arraes 10.4 SS Inspirar afeição, amor v. g. \_ a virtude,, Ss Inspirar afeição amorosa, Camoões,, conversação domestica afeição,,: afeiçãoar recada informação enfeitar, dar-lhe melhor forma, e assim o estilo castanbeda 3. 14C. 2. Ss Comover os affectos. Ss Afeiçãoar a informação, parcialisala. Ss,, afeiçãoar a vontade à virtude,, inspirar-lhe amor da virtude Paiva Serm. I. f. 337. v. Ss – se, vir a ter afeição, ficar propenso, e inclinado a alguma coisa, pessoa, exercício.

Tendo em vista o final do século XVIII e o romantismo, já presente ainda que de modo incipiente, e as mudanças ocorridas no campo das vivências afetivas, sentimentos e emoções, pode-se perceber que a hierarquização do período moderno não está tão presente nessas definições. Ao contrário, perceber-se que as emoções podem ser entendidas como “comoção violenta da vontade, do amor, da propensão, ou da aversão forte, em razão de sensações fortes agradáveis ou penosas”. Além disso, o afeto acaba denotando, nesse momento, muito mais carinho, amor, amizade, benevolência. Além é claro, da nítida compreensão dos afetos, são antes de tudo formas de “dar feição”, “figurar algum corpo”, “afeiçãoar enganar”, “dar cor de verdade”, “inspirar afeição”, amor ou virtude. Isto é, os afetos sempre vão se construir em relação de pessoas que se afetam mutuamente.

Porém, até agora, tratou-se de uma história do léxico, que sim pode significar mudanças na sociedade, mas estão longe de ser o que as pessoas realmente viviam ou sentiam nas ruas. Assim, a partir de agora apresentar-se-á, mais propriamente dito, o método que foi

utilizado para compreender as vivências afetivas do século XVIII, e mais especificamente em Minas. Então pode-se perguntar como identificar e tratar essas vivências aqui. Philippe Ariés, tratando do amor que está no casamento, mas que pode ser estendido para outros sentimentos, dá uma sugestão:

Tais testemunhos são raros: é como se os homens não gostassem de falar do sentimento que ligava os esposos, a não ser nos testamentos, onde se tornam mais frequentes.

É difícil para o historiador interpretar o silêncio que reina sobre vastos domínios da vida: ora ele significa a indiferença ou a ignorância, ora o pudor e o segredo. Existiam coisas que não se diziam: o amor conjugal era uma delas.

Às vezes esse silêncio é rompido, e isso quase sempre ocorre às vésperas da morte.[...] Aqui, no caso do duque de Saint-Simon e em alguns outros testamentos da época, a originalidade reside na manifestação pública, patética, de um sentimento cuja natureza é permanecer secreto. (ARIÉS, 1985: 158-9)

Isso posto, buscar-se-á tratar das vivências afetivas nos capítulos seguintes, como dito anteriormente, a partir dos testamentos do século XVIII da Comarca do Rio das Velhas.

## **2.4 - Sabará neste tempo**

Antes de passar a análise dos testamentos propriamente dita, vale compreender um pouco mais das dimensões políticas, econômicas e demográficas da região no período em tela. A pesquisa desenvolvida aqui se concentrou no recorte espacial da Comarca do Rio das Velhas, entre 1716 e 1780. Isso, devido à facilidade de acesso e aos custos da pesquisa, mas também devido à riqueza da documentação disponível para essa região nos arquivos próximos a Belo Horizonte. Essa Comarca se apresenta como um local privilegiado para esse estudo por ser uma das primeiras regiões auríferas a constituir povoamento com administração delineada por meio do senado da Câmara - instalada já em 1711 -, data que coincide com a criação da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará - uma das três primeiras a serem criadas em Minas. Anterior a esse marco, a tentativa de ocupação humana e a presença da Coroa já se faziam sentir na região. Entre aproximadamente 1690 e 1709, distúrbios sociais, a exemplo da

Guerra dos Emboabas e de outras querelas, requeriam mais e mais a presença de aparato oficial/administrativo *in loco*, com o objetivo de atuar de maneira mais próxima e sanar as divergências de maneira mais eficaz.

Tendo isso em vista, o marco temporal inicial - a segunda década do século XVIII - período este que se caracteriza pela tentativa da Coroa portuguesa de organizar os espaços onde a população tendia a se aglomerar com a criação das primeiras vilas e do aparato necessário para administrá-las. Sendo assim, os Senados das Câmaras, regimentos militares e outros instrumentos reguladores coincidiram com a necessidade de perenizar o elemento humano na região.

Apesar do marco temporal inicial parecer ter um caráter eminentemente “político”, ele é, também, fruto de mudanças culturais importantíssimas, pois a criação de vilas e posteriormente a criação da capitania resultam do fato de a Coroa perceber claramente demandas, necessidades e características muito específicas da população instalada na região. Acredita-se que, a esse tempo, já ocorria na região um processo de trocas culturais que levaria à formação de um *universo cultural* complexo e mestiço<sup>57</sup>.

Com a finalidade de tornar a investigação exequível, foi escolhida a década de 1770 para delinear o marco final deste estudo, pois, segundo muitos historiadores<sup>58</sup>, essa década coincide com o início do declínio final da produção aurífera e conseqüentemente com o início de mudanças na conformação do ambiente mais íntimo familiar. Um segundo motivo coincide

---

<sup>57</sup> Naturalmente, são várias as matrizes e as apropriações do conceito de mestiço, assim como de mestiçagem e outros a estes ligados; além, é claro, das diversas formas como eles vêm sendo empregados, entendidos, elaborados e reelaborados. Entre os muitos autores que trabalham com uma ou mais dessas categorias conceituais, é interessante pensar: GRUZINSKI, Serge. *Op. Cit.* 2001; PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.*, 2001; PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla M. Junho. (orgs.) *Op. Cit.*, 2002; FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*; BURKE, Peter. *Op. Cit.*, 2003; CANCLINI, Nestor García. *Op. Cit.*, 2008.

<sup>58</sup> Para maiores detalhes sobre esse marco final, ver: SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.p.30 e FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC. 1997. p.16-7. Utilizo-me desses autores, pois seus respectivos livros tratam de assuntos correlatos aos estudados ao longo do deste trabalho. Em Luciano Figueiredo, são as famílias e em Laura de Melo e Souza são os “desclassificados”, ou seja, os mestiços. Em ambos os casos, eles parecem citar: IGLESIAS, Francisco “Periodização da História de Minas Gerais”, in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 29, julho de 1970.

com um momento em que o número de testamentos registrados diminui<sup>59</sup>. Não se sabe se isso foi um movimento constante a partir de então, ou se foi algo apenas conjuntural. No entanto, com isso entende-se que é nesse momento que fica claro que o ouro está escasseando; pois ficava cada vez mais difícil a extração do ouro de aluvião. Ao que indica a diminuição dos testamentos, a região gradualmente deixa de ser um local de atração de imigrantes. Claro que, esse processo é bastante longo e só vai se completar efetivamente no século XIX. Porém, a diminuição do número de imigrantes altera as dinâmicas de mestiçagem na região. De outro modo, Laura de Melo e Souza<sup>60</sup> também aponta esse período como um momento de estabilização da sociedade nessa região. Além disso, é a partir do final da década de 1760 que se observa alteração nos valores cobrados pelas alforrias em testamentos; sugerindo, desse modo, transformações profundas nessa sociedade. Obviamente tudo isso ocorre sem, no entanto, fazer cessar as trocas culturais, porém acredita-se que essa alteração será acompanhada de mudanças na dinâmica de mesclas culturais dentro das casas. Portanto, foi adotado esse como marco final para a pesquisa.

Para compreender um pouco melhor a importância e a representatividade dessa comarca para o restante da região e inclusive para o Império Português, faz-se necessário um acompanhamento da dinâmica censitária da região, mesmo que utilizando de dados fragmentados para o período trabalhado.

Em algum momento do último quartel do século XVII, foi descoberto ouro mais ou menos nessa região e, com essa notícia, vieram para cá milhares de pessoas, às vezes por vontade própria ou compulsoriamente; primeiro os paulistas, depois os baianos, um tempo depois os portugueses, especialmente minhotos, e todos esses acompanhados de seus “escravos”, africanos ou não. Segundo Paiva (2009:68), “Quase 2.000.000 de negros entraram

---

<sup>59</sup> A quantidade de testamentos por década é a seguinte: 1710-23 testamentos, 1720-38, 1730-70, 1740-232, 1750-368, 1760-443 e 1770-327.

<sup>60</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII. In: *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII*.p. 174.

pelos portos brasileiros até o final do século XVIII, mais que o triplo das cifras dos períodos precedentes.” Além disso, segundo o mesmo autor, cerca de 1/4 ou 1/3 desses escravos tinham como destino Minas Gerais. No quadro 1 pode-se perceber a evolução da população escrava em Minas Gerais.

**Quadro 1 – Escravos registrados na região das Minas durante parte do século XVIII<sup>61</sup>**

1698	Não havia negros nessa região
1716/17	27.909
1717/18	35.094
1718/19	34.939
1719/20	31.500
1723	53.000
1728	52.000
1735	96.541
1738	101.607
1739	96.010
1749	88.286
1786	174.135

Ainda utilizando os dados de Russell-Wood, apresentados por Paiva (2009, p.69), é interessante notar os números de matrículas dos escravos encontrados para a Intendência de Sabará em 1743: entre 22.148 e 22.740, o segundo maior número para o período na capitania. Apesar de no quadro 1 serem encontradas algumas inconsistências, como diminuição da população, quando no quadro geral o que existe é uma tendência ao aumento do número de escravos, é importante levar em consideração a fala de Paiva:

Não se deve perder de vista, que a diminuição acusada poderá estar meramente refletindo as dificuldades enfrentadas, pela administração colonial, em realizar arrolamentos condizentes com a realidade. Não obstante, o empreendimento minerador enfrentava crises localizadas e é possível que elas estivessem, também, contribuindo com essas flutuações demográficas. Neste caso precisam ser

<sup>61</sup> Quadro retirado e adaptado a partir de PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.*, 2009, p. 69. Aqui Fiz uso de um quadro produzido por A.J.R. Russell-Wood baseados em fontes como os censos de 1735 e 1786 e nas declarações de pagamento do “quinto” e do “subsídio voluntário”, além de fontes secundárias e que estão no livro de Paiva (2009). No entanto, aqui apresentei os dados mais interessantes para o período estudado por mim. Aqui existe uma ideia mais precisa da presença dos escravos em Minas durante boa parte do século XVIII.

consideradas eventuais ligações com uma crise mineradora descerrada, provavelmente, ao final dos anos 30 e com a adaptação de força de trabalho disponível a outros ramos da economia, que se encontravam em pleno desenvolvimento. Daí a retomada e o aumento, relativamente rápidos, indicados posteriormente e que deve ter ocorrido a partir da década de 50 ou de 60. (PAIVA, 2009, p.70)

Outro dado bastante interessante retirado do mesmo autor (2009, p.71), dado que comprova a pujança econômica dessa comarca, é a população total da Comarca de Sabará em 1776: 99.576 habitantes, a maior da Capitania. Jacob Gorender, citado por Paiva, encontra dados populacionais para Minas bem interessantes: em 1742, Minas Gerais contava com 80.000 livres e 94.128 escravos num total de 174.128 habitantes, quando os escravos representavam 54% da população.

Toda essa população escrava aponta uma pujança econômica e mesmo cultural sem precedentes na América Portuguesa. Sobre isso Paiva comenta nos seguintes termos:

Durante todo o século XVIII, moradores das vilas e dos principais arraiais mineiros ostentaram um dos estilos de vida mais refinados do Brasil. Houve demanda constante por utensílios domésticos, de agricultura e de mineração, por adornos em metais e pedras preciosas, móveis, tecidos de inúmeros tipos, artigos alimentares do reino e de outras partes. O ambiente urbano contribuiu, decisivamente, para a incrementação da produção artística local, notadamente a pintura, a escultura e a música, além do desenvolvimento da arquitetura e técnicas construtivas. (PAIVA, 2009, p.73)

A importância econômica de Sabará era sentida devido a sua localização estratégica “entre as zonas de produção primária e as áreas mineradoras centrais, que precisavam ser abastecidas” como afirma Paiva (2009, p.74). Indicação disso é a grande população de Sabará, 76.365 habitantes, a maior população das vilas de Minas Gerais em 1808<sup>62</sup>.

Com isso, aqui se deve deixar claro a pujança econômica de Minas do Ouro ao longo do século XVIII. A população desta capitania sai de 40 mil habitantes e chega a mais de 300 mil no início do século XIX, mostrando sempre uma tendência a aumentar. Essa tendência é especialmente sentida para Sabará, que chega ao início do século XIX com a maior população

---

<sup>62</sup> Cf. PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit*, 2009, p. 75.

de Minas, cerca de 76 mil habitantes em 1808. Além, é claro, de ser, ao longo de todo o século XVIII, uma comarca estratégica no abastecimento da região mineradora e ter um dos principais desenvolvimentos urbanos da região. Por isso tudo, a comarca parece ser representativa da dinâmica econômica de Minas, o que justificaria a pesquisa aqui desenvolvida.

## **PARTE 2 - SOBRE AS VIVÊNCIAS AFETIVAS NAS FAMÍLIAS DA COMARCA DO RIO DAS VELHAS**

Nesta segunda parte, o objetivo é analisar a constituição e a manutenção de laços afetivos no seio familiar ou na casa<sup>63</sup>, marcados ou não pela mestiçagem. Sendo assim, no Capítulo 3 apresenta-se o perfil sociocultural dos testadores e o modo como ocorreu a constituição de laços afetivos entre as diversas pessoas com as quais os testadores conviviam. Posteriormente, no Capítulo 4, busca-se compreender como forjaram-se as vivências afetivas entre algumas famílias da região, enfatizando como, muitas vezes, é impossível estabelecer uma fronteira muito clara entre aquilo que é ou não é a família.

### **Capítulo 3 – O perfil sociocultural dos testadores.**

Para identificar o que se está analisando, foi elencado *corpus* documental de 230 testamentos que cobrem o período de 1716 a 1780<sup>64</sup>, vale ressaltar que os documentos utilizados neste trabalho foram fichados ou transcritos na íntegra. A cobertura geográfica desses documentos é bastante fragmentada devido à origem e ao *trânsito* dos testadores, mas é possível identificar a Comarca do Rio das Velhas como sendo a área geográfica privilegiada pela amostra.

Essa Comarca era a mais extensa da Capitania no início do século XVIII, indo, ao sul, da região de Sabará, Curral del Rey, Contagem das Abóboras e Capela Nova de Betim até, ao Norte, à região que hoje faz fronteira com o Estado da Bahia e Espírito Santo. Esse tamanho

---

<sup>63</sup> As casas serão compreendidas como espaços de convivência de diversos grupos e *universos culturais*, das diferenças e dos diferentes. Para compreender a casa desse modo, é necessário visualizá-las como espaços que se compõem da casa principal e acomodações a ela anexos, tais como senzalas e cômodos destinados a agregados ou para receber viajantes, tropeiros e comerciantes ou mesmo médicos itinerantes. Por isso, para nós, são espaços fundamentais para o estudo ora proposto.

<sup>64</sup> Devido ao reduzido número de testamentos que compõem essa amostra, optou-se por não utilizar procedimentos de tipo estatístico. Assim, todos os dados neste texto serão apresentados em termos de números de testamentos ou porcentagens, mas nunca com a intenção de estabelecer estatísticas. Ainda assim, essa iniciativa não impedirá quantificar certos tipos de dados observados, ainda que com um caráter apenas exploratório e qualitativo.

já era um problema no século XVIII, o que levou ao seu desmembramento e à criação da Comarca do Serro Frio por volta de 1720 e, posteriormente, no início do século XIX, à criação da Comarca de Paracatu. Por isso, nem todos os testamentos registrados na Comarca o eram nos cartórios de Sabará. Isso é especialmente verdade com o passar do tempo e com a criação de outros núcleos urbanos que tinham condições de fazer os registros de testamentos em locais mais próximos da moradia do testador. Por isso, para o início do período, é possível encontrar testamentos de Caeté ou de São Romão; mais para o final isso se torna mais raro. Além disso, pela origem da população presente na Comarca, não são raros os casos de testamentos citarem pessoas, testamenteiros e herdeiros, que não são residentes na região. Por tudo isso, fica praticamente impossível estabelecer um recorte geográfico muito preciso.

É importante frisar que o grupo pesquisando neste trabalho foi o das pessoas que podiam testar e que efetivamente testaram, pois muitos morreram sem fazê-lo, *abintestatum*. Em outras palavras, esta investigação foca as mudanças ocorridas principalmente nos domicílios de camadas abastadas. Porém, como afirmado no capítulo 1, este trabalho não trata somente das pessoas que acumularam bens ao longo da vida. Na verdade, aqui se pesquisam as relações nas quais os testadores estavam imersos, inclusive aquelas que eles tinham com pessoas de outras camadas sociais. Assim, justamente por causa desse perfil de agentes históricos e das informações que são possíveis de extrair das fontes aqui trabalhadas, é que se torna importante frisar as limitações dessas primeiras conclusões. Além disso, como demonstrado anteriormente, os testamentos foram feitos com propósitos muito específicos e isso tem implicações nas análises que se tecerão a partir deles. Obviamente, toda fonte traz limitações, assim como vantagens e, para os objetivos deste trabalho, esse tipo de documento será fundamental.

Aqui será apresentado primeiramente uma pequena reflexão sobre a composição dos domicílios e a constituição da vida familiar na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII.

Posteriormente, identificar-se-á mais longamente o perfil dos testadores e o de suas famílias. Buscando compreender como se constituíram as diversas famílias aqui trabalhadas, para além de explicações que privilegiam origens únicas ou tipologias que formalizam tipos puros ou ideais que em realidade nunca existiram. Dessa forma, a intenção é traçar uma análise que fuja das tipologias simplistas ou das classificações que muitas vezes falam pouco dos sentidos vividos por esses agentes históricos. A intenção é recuperar a complexidade daquela realidade, deixando claro o quanto ela é por si só fascinante.

Então, é interessante perceber que, tradicionalmente, a historiografia da família e do espaço privado se vinculam e até se confundem. No entanto, é importante estar ciente que uma coisa é o estudo da casa ou dos espaços privados e outra é o da família, especialmente a nuclear. Com isso, o que se propõe é um estudo sobre a constituição de relações afetivas em torno da família e não um estudo sobre a família nuclear ou família patriarcal<sup>65</sup>.

Nesse sentido é necessário frisar, como já apontado no capítulo 2, que família neste período significa convivência para além de laços sanguíneos. Isto é, a família nesse período inclui, além dos parentes, os criados, agregados e os escravos<sup>66</sup>. Ademais, é perfeitamente comum encontrar nos testamentos declarações como a de Dona Antonia da Silva<sup>67</sup>: “Item deicho duzentos mil reis duas mullas a hua mulatinha por nome Catharina filha de Antonio Gómez da Silva moradores no Rio das Mortes”. Neste caso, Antonio poderia ser compadre ou agregado de Dona Antonia. Outro exemplo desse tipo de relação que ultrapassa os laços sanguíneos pode ser visto no testamento de Padre Felix da Silveira<sup>68</sup>, natural do Rio Grande do Norte de Natal, quando ele deixa um escravo chamado Santo Mina forro “pelos bons serviços que tive dele, me ser muito fiel”. Um último exemplo, mas talvez mais

---

<sup>65</sup> Como pensada originalmente por FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 2006.

<sup>66</sup> A partir das reflexões que foram traçadas no capítulo 2 e das fontes que foram trabalhadas ao longo deste capítulo e do próximo, é possível perceber que família inclui todos aqueles que estão sobre responsabilidade do chefe de família. Porém, para os objetivos deste trabalho trabalha-se, principalmente, com aquelas relações que enfatizam os aspectos afetivos de sua constituição.

<sup>67</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT01(1) 195v.-200 Testamento de Dona Antonia da Silva 23/02/1722.

<sup>68</sup> APMCMS-190, Fls. 151-153v. Padre Felix da Silveira 27/01/1757.

paradigmático, pode ser visto no testamento de Thomazia de Jezus<sup>69</sup>, parda forra natural da Capitania do Espírito Santo, quando informa que possuía um mulatinho chamado Antonio, com idade de 9 anos, uma crioulinha Florência de 4 anos, ambos filhos de uma escrava chamada Thereza e que deixava ambos forros “pello muito amor que lhe tenho, e os haver criado como filhos meus e pello amor de Deos”. Poderia ser argumentado que algumas dessas expressões eram comuns no século XVIII e que os testadores, com ela, buscavam a salvação de sua alma e que isso não é exatamente uma expressão de afeto. Porém, é necessário realçar que, nos testamentos pesquisados para a comarca do Rio das Velhas, as expressões “pelo muito amor que lhe tenho” ou “por os haver criado como meus filhos” não eram nada comuns e, portanto, indicavam sim uma relação diferenciada entre aquelas duas pessoas. Caso contrário pode ser indicado por expressões como “pelo amor de Deus” que sim eram bem mais comuns e provavelmente indicariam uma tentativa de salvação da alma. Portanto, estamos falando de expressões diferentes que nem sempre apreciam juntas. Nesse ambiente existia um permanente ir e vir, uma mistura de público e privado onde se forjaram culturas distintas, por isso não se pode reduzi-lo a algo mais facilmente caracterizado como desordenado e este trabalho buscará fazer uma caracterização da família e das vivências afetivas ali estabelecidas a partir de suas próprias regras de formação, buscando, a partir disso, sua especificidade.

**Quadro 2 - Composição por gênero e condição dos testadores (1716-1780)<sup>70</sup>**

	Homens			Mulheres		
	HL	HF	HNI	ML	MF	MNI
Tot. gênero	179			51		
Tot. condição	167	10	2	15	29	7

Fontes: IBRAM/MO/CBG – CPO/LT Códices – 01(1), 02(6), 3(8), 05(11), 04(9), 06(12), 07(13), 08(16), 12(21), 20(33) e APM/CMS – Códices – 020, 190 e 200.

<sup>69</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT01(1) 82v-87. Testamento de Thomazia de Jezus (Parda Forra), 27/Nov./1719.

<sup>70</sup> Neste e nos outros quadros, HL, HF, HNI, ML, MF e MNI significam respectivamente Homens Livres, Homens Forros, Homens Não Identificados, Mulheres Livres, Mulheres Forras e Mulheres Não Identificadas.

A partir dessa pequena reflexão sobre a constituição da família e dos afetos no período em tela, é necessário analisar os padrões encontrados nos testamentos (ver quadro 2). Percebe-se que, no conjunto documental pesquisado, os homens formaram a maioria, mais de  $\frac{3}{4}$  dos testadores. Quanto à condição dos testadores, 182 indivíduos eram livres e 39 forros. Outro dado que surge é que a maior parte desses forros eram mulheres, com quase 3 vezes mais mulheres que homens. Isso faz com que estas mulheres possam ser consideradas como o segundo grupo numericamente mais importante dessa amostra, atrás somente dos homens livres.<sup>71</sup> Mas toda essa classificação se apresenta como apenas um registro dos dados encontrados no testamento, haja vista que ela é resultado do que o escrevente registrou ou pode registrar. Um exemplo disso está no testamento de Antonia Rangel de Abreu<sup>72</sup>, no qual ela declara que:

Declaro que sou natural da villa de Macacú Bispado do Ryo de Janeyro nassido e bautizado na Freguezia de São João filho de Marcelina da Costa Solteira de Pay incógnito já defunta. [Sou viúva] de Antonio de Almeida de cujo Matrimonio não tive filhos. Declaro que tenho hum filho por nome Antonio Ribeiro o qual a [esse] do Capitão Jozé Ribeyro de Carvalho.

Portanto, tratava-se de uma mulher livre, porém, quando se consulta o seu Inventário *post-mortem*<sup>73</sup>, verifica-se que ela era parda forra. Documentos como este sugerem que mestiços e/ou forros buscavam formas de apagar a “mácula” da escravidão em uma sociedade como aquela que primava pela pureza de sangue. Só foi possível identificar essa inconsistência porque se buscou consultar, dentro do possível, mais de uma fonte, para falar sobre as relações afetivas constituídas em torno da família. Essas omissões merecem, assim como outros pesquisadores já vem chamando a atenção há muito tempo,<sup>74</sup> maiores

---

<sup>71</sup> Observação feita anteriormente por PAIVA. *Op.Cit.* 2001. E PAIVA, *Op.Cit.* 2009.

<sup>72</sup> APM/CMS-190 Fl. 25v - 26v. Testamento de Antonia Rangel de Abreu 08/11/1756.

<sup>73</sup> IBRAM/MO-CBG/CSO-I (19) 163 Antonia Rangel, Sabará 1757.

<sup>74</sup> Eduardo França Paiva já vem chamando a atenção para isso há muito tempo. Esse debate foi formalizado mais

investigações, e isso poderia remodelar definitivamente a pesquisa em História Colonial. Pode-se pensar que muitos dos senhores de escravos ou testadores seriam efetivamente descendentes de escravos. Pode-se ainda pensar que parte da elite colonial foi fruto de relacionamentos de brancos e africanas, crioulas, mulatas ou pardas e de várias outras possibilidades, como filhos de pardos, negros, mulatos e índios com as mais diversas qualidades de mulheres. Seria inclusive possível pensar que parte dessa elite ou mesmo das camadas médias não eram brancos livres, mas sim livres não-brancos ou mesmo libertos.

Seguindo o exemplo de Antonia Rangel de Abreu, outro importante fenômeno presente e amplamente discutido pela produção bibliográfica mais recente, mas que ao mesmo tempo já tem certa tradição, é a que trata da autonomia das mulheres, principalmente, das libertas, fossem elas africanas, crioulas ou mestiças.<sup>75</sup> Isso, portanto, justificaria a maior proporção de mulheres forras entre os forros testadores e até em relação às mulheres livres. Exemplo desse arquétipo é Bárbara de Oliveyra, crioula forra.<sup>76</sup> Para entender um pouco melhor, cabem explicações. Afinal, dificilmente seria possível imaginar uma situação tão complexa quanto à de Bárbara. Essa ex-escrava consegue amealhar pecúlio bastante significativo, o que faz com que ela tenha muitos escravos. Porém, isso dificilmente significaria que ela trataria a todos de modo igualitário. Obviamente ela parece tratar alguns com muito carinho, como pode ser observado no trecho a seguir

hua negra de nação Courana por nome Rita dei/xo quartada em hua quarta de ouro e sua filha Marianna / Crioula em meya libra de ouro que pagará no tempo de / quatro annos em pagamentos iguais em cada hum anno que / tocar com declaração que o valor da dita crioula Marianna / que he meya libra de oiro a deixo por esmolla a minha mula/tinha por nome Jozefa, que he forra filha de Bonifacia para aju/dar

---

recentemente em: PAIVA, Eduardo França, *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012. (Tese apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil). Especialmente o último capítulo.

<sup>75</sup> FREYRE, Op.Cit. 2006; PAIVA, Op.Cit. 2001. PAIVA, Op.Cit. 2009. PRIORI, Mary del.(Org.) e BESSANEZI, Carla (Coord. de textos), Op. Cit., 1997 (2 ed.).

<sup>76</sup> APM/CMS-200. RI.03 Fl. 16-21v Testamento de Bárbara de Oliveyra 12/08/1766. Outra abordagem sobre esta personagem pode ser encontrada em PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2001. p. 151-53; e PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2009. p.141-144

cazar, e sendo que no fim do ditto tempo não de a predita meya / libra de ouro ficará a mesma filha de Roza / minha escrava que foi já defunta, a deixo quartada em preço de qua/renta oitavas de ouro dando-as logo depois do meu falecimento / sua Madrinha Nataria do Nascimento, outrem, alguém por ella / e sendo que por algum acidente, se não possa dar a dita quantia / logo que falecer nesta consideração lhe concedo cinco annos para / satisfazer a meos testamenteiros a todos os referidos [sic] / escravos que deixo quartados, passar Carta de Alforria / meo testamenteiro de poce de pago do preço de seos cortes

Ainda que tenha buscado alforriar a maior parte de seus escravos, algumas dessas alforrias ocorreram não porque os escravos mereciam, mas sim, ao que parece, devido a uma prática que pode ter raízes africanas de inserir automaticamente alguns dos escravos. Além disso, fez escravos fugirem de seu domínio, o que indica que ela não era uma senhora boa para todos os seus escravos, como sugerem os trechos a seguir:

hua crioula por nome Maria de Souza An/tonio deixo quartada em preço e quantia de cem oitavas de oiro que / pagará em tempo de tres annos os quais concedo / hum anno de que lhe faço deste modo pello amor de Deos e não porque / ella me mereça;[...] Possuo mais hum Crioulo por nome Manoel que desta Villa me fugio / para o Paracatu; e ordenando eu o Antonio Joze da Cunha [eleito] que foi no dito Arrayal mo vendesse ou mo remetesse a minha vista / me avizou por carta que tenho em meo poder em que o dezia / ficava em seo poder o dito Crioulo que the o presente / apareseo o tal crioulo e me consta estava em poder de hum / fulano Seabra, cujo avizo e noticia tive em o anno de mil sete/centos e cincoenta e nove, pello que meu / testamenteiro o mandará buscar cobrando tãobem os servissos / do dito Crioulo de quem o tiver [sic] possuído.

Além disso, é uma mulher que não hesitou em comprar brigas com quem fosse necessário para valer seus direitos. Como sugere o trecho a seguir.

seu Irmão por me patrocinar / hua demanda que eu [levava] na ouvidoria desta vila / com Antonio Joze de Almeida [Lobo], que venha na / Relação de nunca repassarão recibo entre as quais / parcellas foi hua de catorze oitavas, que por mim lhe / pagou o defunto Andre [Vergi] das Neves pella minha / conta tem dinheiro de mais os ditos em seu poder / que lhe hera devedora do dito Patrimonio que nesta instan/cia forão oito oitavas e por mim nada pagarão por con/ta da dita demanda nesta instancia nem na da Rela/ção ahonde esta a dita cauza. Item declaro que a di/ta demanda referida feita na Rellação com senten/ça a meu favor segundo noticia tenho, meu testamen/teiro fará extrahir sentença não estando ainda fora / e por ella haverá de Antonio Joze de Almeida Lobo meya / libra de ouro de mil e quinhentos vinte que nesse tempo / corria assim que nesse tem, digo que cobrou de João / Joze Vieira porduto da liberdade que dey a huma Cri/oula que foi minha por nome Pelonia por conta de / huma fiança que enganadamente foi por Faus/tina Lopes já defunta sobre que corre a mencionada / demanda como tãobem haverá todas as custas na for/ma da dita sentença.

Essas mulheres, ao que parece, de modo algum buscaram estabelecer, conscientemente pelo menos, organizações estritamente políticas para fazer frente aos homens ou mesmo para fazer frente ao livres. Elas apenas buscaram seguir com suas vidas, ainda que mobilizando referências de seu passado. Afinal, alforriar escravos de modo automático, mesmo os que não merecem, parece ter raízes em algumas sociedades africanas<sup>77</sup>, além, é claro, de ser prática já bastante arraigada na América portuguesa, onde parece ter sido continuamente reinventada. Situação semelhante ocorre quando pensamos na autonomia que essas mulheres construíram para elas mesmas. O exemplo de Bárbara nada mais é que a evidência do trânsito entre culturas, ou seja, um caminho de mudança ou de mesclas culturais que configuram as mestiçagens. Mulheres como essa parecem exemplificar a reminiscências de práticas ancestrais que, em novos lugares, ganham outros significados, sem abandonar completamente os anteriores e, ao mesmo tempo, transformando-se em algo novo.

Outra característica dessa sociedade de diferenciação normatizada é que a amizade, o compadrio e o estabelecimento de redes de sociabilidade podiam estabelecer a diferença entre os bem-sucedidos e os não tão bem sucedidos<sup>78</sup>. Bárbara de Oliveyra também é um ótimo exemplo de como se estabelecer confortavelmente nessa sociedade. Esta personagem buscou se vincular a indivíduos e a instituições que pudessem executar sua testamentaria, como sugerem os trechos a seguir: “Pesso e rogo em primeiro lugar ao Senhor Antonio Ferreira da

---

<sup>77</sup> Ver SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 81-84 e 113-114 e em outros momentos

<sup>78</sup> Para uma análise mais profunda sobre os aspectos políticos desse tipo de relação bem como de tudo isso se sobrepõe a outras esferas da vida, ver: SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira – O 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. *Varia Historia*, n. 31, Jan. 2004 pp. 97-140, RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas – o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n.31, 01/2004. p. 41-68. BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. Cit 2007. Especialmente capítulo 5. Outros textos que trabalham aspectos políticos das redes clientelares, ainda que não toquem exclusivamente nas relações de compadrio consultar: HESPANHA, António Manuel & Xavier, Ângela. Op. Cit. 1993. FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista.; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). Op. Cit. 2001. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquistas, mercês e poder local – a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. [http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02\\_forum2.pdf](http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02_forum2.pdf).

Silva e em segundo lugar ao Senhor Pedro Furtado Ribeiro”, além de juntar-se “a Irmandade dos pretos de Nossa Senhora do Rozario dos pretos desta Villa de quem sou Irmã queirão por serviço de Deos e por me fazerem mercê queirão ser meos testamenteiros” .

Porém, essa prática não era comum somente entre as mulheres autônomas, forras e mestiças dessa região. Homens também buscavam a mútua proteção, auferindo, dessa forma, melhores condições de vida na região. Exemplo disso está no testamento de Costódio Brandão Coelho reproduzido a seguir:

Rogo ao Senhor Manonoel[sic] Fereyra Neto e ao Senhor Manoel de Almeйда Pinto e ao Senhor Antonio Gomez moradorez nesta villa por servisso de Deoz e por me fazerem merçe queyram ser meuz testamenteyroz // [...] por quanto esta he minha vontade[sic] ultima pedy e roguey ao Reverendo Padre Manoel Pereyra Mendez que este por mim escrevesse o quel escre veos na forma que eu ditey eo assignasse commigo[sic] o qual eu assigney com o meu signal cus tumado pesso e rogo a justisas de sua magestade que Deoz guarde assim ecclessisasticas como secularez e cumpram e goardem e façã muyto inteyra mente cumprir e goardar assim e tão emteyramente como nelle se comtem e vay declarado sem duvida ou embargo algum e por verdade me asigno [...]sendo tes testemunhaz presentes// Domingos de Souza Santiago// Manoel Teyxeyra de Souza// Manoel de Meyrelhez de Oliveira// Manoel Manoel Frenandes Cunha Antonio Gómez// que todos asygnaraõ como dito testador e Thomaz Francizco Xavier Tabaliaô que assigney em testemunho de verdade lugar do signal publico Thomaz Francisco Xavier// Costodio Coelho Brandão// Manoel Fernandez Coimbra// Manoel de Meyrelhes de Oliveyra Manoel Teyxeyra de Sousa// Antonio Gómez// Domingoz de Souza Santiago// cuprisse he registresse<sup>79</sup>

Assim, com isso, entende-se que toda e qualquer relação nesse tipo de sociedade leva em consideração os ganhos que ambos os lados podiam ter. Porém, justamente por essas pessoas não diferenciarem o público e o privado, o profissional e o pessoal, é que se faz possível perceber relações afetivas sendo estabelecidas em conjunto com essas dimensões mais pragmáticas. Isto é, muitas dessas relações deixam entrever os afetos como elementos dessas escolhas. Ainda que em algumas delas esse cálculo fique mais explícito, como no caso da escolha dos testamenteiros ou dos padrinhos; em outras, esse cálculo se torna secundário

---

<sup>79</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 04(9) fl21 Testamento de Costódio Brandão Coelho 12/08/1741.

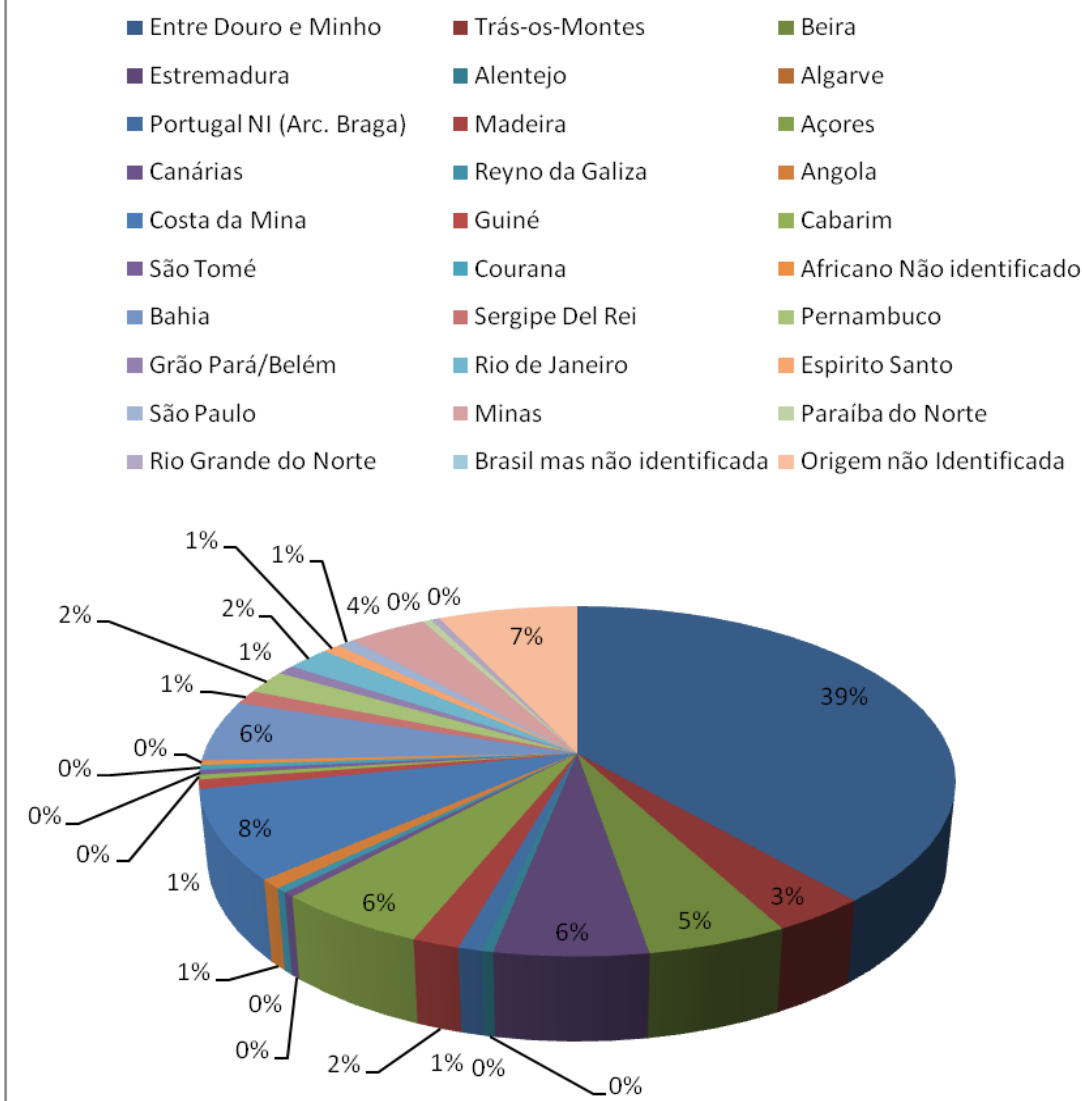
diante do afeto estabelecido entre as partes<sup>80</sup>. Além disso, mesmo as relações afetivas mais francamente estabelecidas exigem uma certa reciprocidade ainda que isso não precisasse ser lembrado a todo momento. Afinal, se alguém dá respeito, amor, carinho a alguma pessoa, é porque esse alguém espera, mesmo que inconscientemente uma retribuição do mesmo tipo. Deve-se deixar claro que essa retribuição nem sempre era material ou financeira, mas também afetiva. Esse tipo de prática, no período pesquisado, parece estar relacionado, conforme foi apresentado no capítulo 2, com as representações mútuas produzidas pela convivência íntima.

---

<sup>80</sup> Vale consultar: SILVA, Op. Cit., 2004 p. 97-140 e RAMOS, Op. Cit., 2004. p. 41-68.

**Gráfico 1 – Região de origem dos testadores (1716-1780)**

fontes: ver quadro 2.



Por outro lado, para compreender melhor o processo de mestiçagem de culturas e universos afetivos presente em Minas no século XVIII, é necessário perceber que a região era um grande ímã que atraía pessoas de várias partes do Império Português. Devido a esse *trânsito*<sup>81</sup>, ocorreram diversos encontros culturais. Acredita-se, corroborando as ideias de

<sup>81</sup> Para mais informações sobre esse conceito, ver: PAIVA, Eduardo França, Trânsito e mobilidade entre mundos: escravidão globalizada, comércio e práticas culturais. In. FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica – Europa, Américas e Áfricas. São Paul: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFGM, 2008. (Coleção Olhares).

alguns outros pesquisadores<sup>82</sup>, que aqui, na América como um todo e especialmente em Minas, se constitui um verdadeiro “cadinho cultural”. Por isso, não é gratuito haver (ver Gráfico 1) testadores oriundos de muitas partes do globo. Claro que não é possível deixar de perceber uma concentração de testadores com origem em Portugal, ultrapassando os 50%, mas isso de modo algum significou exclusividade na construção deste *universo culturalmente mestiço* mineiro; ainda que pareça surpreendente a quase ausência de baianos e de paulistas. Isso pode ser explicado, primeiramente em relação aos paulistas, pelo incidente da Guerra dos Emboabas (1709) e por toda a situação gerada pelo conflito. Agora, a origem notável de um grande número de portugueses atraídos provavelmente pela notícia da descoberta de ouro nessa região deve-se também por representarem, de certa forma, os olhos da coroa portuguesa e da ordem. Afinal, eles venceram a disputa com apoio da coroa.<sup>83</sup> Já os baianos, estes não estavam em grande número entre os testadores; ainda que estejam entre os cinco grupos mais numerosos da amostra, a situação é diferente entre os testamenteiros. Claro que ser nomeado como testamenteiro na Bahia não significa que o indivíduo seja baiano, mas indica um trânsito constante entre as duas regiões e possíveis vínculos afetivos, sanguíneos e ancestrais. Além destes casos podemos perceber um grande número de africanos e mesmo de testadores com origens em outras capitanias do Brasil. Ou dado interessante está relacionado ao grande número de testadores com origem nas ilhas do Atlântico.

---

<sup>82</sup> Entre esses historiadores, é importante citar: GRUZINSKI, Serge. *Op. Cit.* 2001; PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.* 2001; PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla M. Junho. (orgs.) *Op. Cit.* 2002; FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* 2006. BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *Op. Cit.* 2006.

<sup>83</sup> Existe uma extensa bibliografia sobre os temas tratados nesse parágrafo. Sobre os paulistas e sobre o período da história de Minas antes da Guerra dos Emboabas; consultar ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLV, p. 106-117, 2009. ROMEIRO, Adriana. As Minas antes das Minas: reflexões sobre os albores da história mineira.. Cadernos da Escola do Legislativo, v. 11, p. 7-22, 2009. ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. Saeculum (UFPB), v. 19, p. 165-181, 2008. ROMEIRO, Adriana. A construção de um mito - Antônio de Albuquerque e o levante emboaba. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 15, p. 167-188, 2010. Sobre o trânsito entre as Capitanias de Minas e Bahia vale consultar. IVO, Isnara Pereira. Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012 especialmente nos dois primeiros capítulos. MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. via bahia: a importação de escravos para minas gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. XIV Seminário sobre a Economia Mineira : anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. CD-ROM. Texto do XII Seminário – 2006. PEIXOTO, Tatiana da Cunha Peixoto. Os Mandarins do Sertão: os criadores de gado do São Francisco 1650-1750. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. (Dissetação de Mestrado).

Apesar de uma preponderância portuguesa, a partir do gráfico 1, pode-se perceber que não era raro encontrar em qualquer vila ou arraial de Minas – nesse período – uma série de línguas, de religiões, de saberes, de práticas e de vivência ainda que nem tudo fosse exposto de modo ostensivo. Dessa forma, não seria surpreendente pensar que tudo isso se fundia nos mais diversos espaços, inclusive nos domicílios. É explanado, ao longo deste trabalho, exemplos de homens e de mulheres que largaram ou perderam, no caso da escravidão, família e que aqui buscaram não só riqueza e ascensão social, mas também reconstrução afetiva de suas vidas. Ainda será possível visualizar fragmentos de *Universos Culturais* que se mesclam, às vezes harmonicamente, às vezes em tensão. Francisca Poderosa<sup>84</sup> é um ótimo exemplo para isso, já que é oriunda de uma região profundamente marcada pelos encontros culturais, entre brancos e índios, o que, provavelmente, marcaria a sua identidade, assim como de uma sociedade inteira. Isso pode ser observado no trecho a seguir.

Declaro que Sou natural da Villa de outú[Itú] comarca da Capetania de Sam Paulo filha natural de Pascoal Homem e Maxia Carrijos e baptizada na freguezia de nossa Senhora da Candelaria da dita villa de oietú com o nome de Anastacia [sic] e coando me entrei nesta villa moDej [sic] o nome de Anestacia [sic] em Francisca Declaro que fuj cazada com João Requeixo [sic] de cujo matrimonio tivemos huma filha por nome Maria Requeixo pêra cujo matrimonio me dotou meu tio o defunto Manoel homem com tres carigos [sic] Remotio, Joaquim, Joze Copé [sic] e hum bastardo por nome de Jordam os quais pretencião [sic] ao dito Meu Tio por pagar certa coantia pello dito meu marido em o livrar de vários crimes e dividas que devia depois de cazado comigo o dito defunto meu marido os pegou e me deixou ao dezamparo como a dita filha que nos ficou por [sic] hir para os sertões do queduá [?] cuja administração dos carijós me trespassou o dito meu tio para mim e meus decemdentés bocalmente<sup>85</sup>

A forte presença indígena possibilita uma leitura sobre os processos de junção de culturas que muito provavelmente pode ultrapassar um primeiro olhar. As mestiçagens, não

---

<sup>84</sup> Para ver outras análises desse personagem exemplar, consulte os trabalhos: PAIVA, Eduardo França *Op. Cit.* 2009. pp. 143-44. e 154-5. PAIVA, Eduardo França *Op. Cit.* 2001. CERCEAU NETTO, Rangel. *Op. Cit.* 2008. p. 129-30. e PAIVA, E. F. ; CERCEAU NETTO, R. . Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org.). *Pitangui colonial. História & Memória.* Pitangui colonial. História & Memória.. 1ed. Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154.

<sup>85</sup> IBRAM/MO/CBG CPO-LT (07)13 fl 90v-f195v Testamento de Francisca Poderosa 6/08/1742.

necessariamente, precisam passar pelos intercursos sexuais, e mesmo esses intercursos, muitas vezes, já são produtos dessas mesclas. Como diz um comerciante espanhol do México, citado por Serge Gruzinski e Carmen Bernard (2006, p. 9), mesmo que para outra região e tempo, “ainda que vocês, na Espanha, achem um pouco forte meu casamento com uma índia, aqui isso não é, de modo algum, uma desonra, pois a nação dos índios goza de alta estima”. Claro, o México não é o Brasil. No entanto, com esse exemplo, perceber-se que o que foi comum lá pode ter sido aqui também, ou seja, mesmo a valorização do indígena como parceiro sexual ou conjugal é um sinal das mesclas culturais entre brancos e índios, pois significa compreender o outro a partir de um olhar local, como o comerciante espanhol deixa claro em sua fala. Afinal, isso parece indicar um processo de apreensão de culturas, ainda que inconscientemente, por ambos os envolvidos. Mais à frente, percebe-se essa mescla de culturas para a Comarca do Rio das Velhas, através do testamento de Francisca:

na uzancia[sic “ausência”] do dito meu marido tive dois filhos na dita villa de outú [sic “Itú”] a saber João filho de Feleciano Coelho e Francisco filho de André dos Santos sendo estudante e para remar a vida para que o dito meu marido me não matasse me passei para as Minas sem bens alguns se não só com a minha pesoa[...] e depois d'elle falecido tive dois filhos natorais a saber Maria de a conção [sic] filha do lenceciadao Domingos Maciel Aranha Moradora neste pitangui[...] Depois[?] moradora no Pitangui cazada com Domingos Francisco do quem [ilegível] e Francisco Xavier filho de Antonio Pereira do Serro do Frio [...] <sup>86</sup>

Essa liberdade sexual pode, a princípio, surpreender. Porém, não seria essa prática, essa moral, influenciada por sua ascendência indígena, marcada por reminiscência de tempos imemoriais?<sup>87</sup> Claro que essa lembrança não poderia ser *in totum* e naquele presente ser, também profundamente marcado pelas práticas monogâmicas católicas. Ou seja, com isso haveria se constituído uma prática mestiça a tal ponto que não seria mais possível separar as

---

<sup>86</sup> IBRAM/MO/CBG CPO(LT) (07)13 fl 90v. fl. 95v Testamento de Francisca Poderosa 06/08/1742.

<sup>87</sup> Para uma ideia das práticas sexuais e de formação de família em sociedades indígenas, vale conferir RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In.: PRIORI, Mary del e BESSANEZI, Carla (Coord. de textos), *Op. Cit.* 1997.

partes. Isso visto que, afinal, qual significado poderia ter o matrimônio monogâmico católico para uma mulher mestiça? Claro que muitos, entretanto todos sempre influenciados por seu arcabouço cultural. Isso indica que esse significado poderia não ser o mesmo para uma Europa do século XVIII ou para as Minas do mesmo período. A mestiçagem é fenômeno constante em Minas, conforme demonstra o caso de Francisca Poderosa e outros estudos sobre esse processo de mesclas biológicas e culturais<sup>88</sup>.

Nesse contexto de mesclas culturais, outro elemento que se coloca é o do poder. E entende-se que aqui estão em jogo concepções diferentes de poder. Nesse tempo e espaço, mais uma vez, as vivências afetivas eram profundamente marcadas por formas de poder, especialmente nas relações familiares. Essas famílias se constituíram no *between* das tradições culturais.

Organização familiar típica desse tipo de mesclas pode ser encontrada nos trechos transcritos a seguir. Primeiro do testamento da “matriarca” Joana Fagundes de Souza<sup>89</sup>: “Declaro nomeyo e instituo por minhas Universais herdeiras de tudo que depois de pagas minha dividas, e de algum legado restar de minha fazenda as minhas filhas Antonia Maria Cardim solteira, e Ursula das Virgens de Souza cazada com Manoel Alves Ferreira e todos assistentes nesta Villa.” Portanto, Joana tinha duas filhas, uma solteira e uma casada. Nesse sentido, é interessante a justificativa que Joana dá para nomear sua filha solteira como sua primeira testamenteira: “Rogo primeiramente a minha filha Antonia Maria Cardim por ter

---

<sup>88</sup> PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit. 2001*; CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares); PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla M. Junho. (orgs.) *Op. Cit. 2002*; SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2007; ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: Saberes e Práticas Curativas nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2008. IVO, Isnara Pereira. *Op. Cit. 2012*. PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. (Orgs.). *Op. Cit. 2008*. PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. MARTINS, Ilton Cesar. (Orgs.). *Op. Cit. 2010*. Para ver outras análises dessa personagem exemplar consulte os trabalhos anteriores de: Cf. PAIVA, Eduardo França *Op. Cit. 2009*. pp. 143-44. e 154-5. PAIVA, Eduardo França *Op. Cit. 2001*. CERCEAU NETTO, Rangel. *Op. Cit. 2008*. p. 129-30. e PAIVA, E. F. ; CERCEAU NETTO, R. . Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org.). *Pitangui colonial. História & Memória*. 1ed. Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154.

<sup>89</sup> APMCMS-190 174-175v. Joana Fagundes de Souza 13/05/1768.

idade competente, e não estar debaixo de patrio poder queira ser minha Testamenteira”.

Também bastante interessante é o modo como essas pessoas moravam:

Declaro que toda a minha fazenda comsiste em hua morada de cazas nesta Villa na rua da Cadeya em que assisto de aluguel por dellas ter feito venda annos ao Doutor Joze Caetano de Oliveira por hua escriptura publica Lavrada na nota como tudo melhor há de constar da mesma escriptura, e assim mais possuo outra morada de cazas contiguas com a sobredita em que assisto da qual morada de cazas não tenho nella domínio algum mas quero somente o uso e administração por ser a propriedade de minha filha Antonia Maria Cardim que as mandou rematar para Sy pella pessoa de seu cunhado Manoel Alves Ferreira, e que me entregou o produto da arrematação dos quais pode usar e dispor como lhes paresser e suas que são.

Um domicílio, portanto, com “casas anexas”; na verdade não era isso e sim casas de vizinhas, mas eram habitadas pela mesma família. Além disso, então, haveria uma família que abria mão de ter um homem como seu chefe. No entanto, Joana não hesitou em pedir auxílio, sempre que precisasse, às pessoas mais próximas, sendo parente ou não, mas sempre sendo primordialmente homens:

Declaro que os bens que possuo moveis e sobmoventes he hua preta minha de nação angolla chamada Madalena com três crias a saber Narciza, Paulo cabrinhas, e Sebastianna crioulinha, cuja escrava Madalena com as duas crias Sebastianna, e Narciza estão obrigadas [sic] e debaixo de penhoras que nelles fes o Capitão Joze Ribeiro de Carvalho que sendo remetidas pella dita minha filha Antonia Maria Cardim as ficará dominando e possuindo por não pertenserem ao monte de que se haja de fazer por tel-las e ao Cabrinha Paulo aqui mencionado. Declaro que pertense hoje ao Tenente Bras Valentim de Oliveira por lhe haver delle feito venda há perto de três annos, pouco mais ou menos, por cujo motivo lhe está pertensendo o pleno e inteiro domínio do sobredito Cabra Paulo aqui mencionado. Declaro que os bens mais que possuo, que são aquelles de que uso em minha caza se achão todos rematados por Execussão de Felix Correya da Costa que as fes Pinhorar, e juntamente Manoel Gonçalves Coelho, e Joze Pereira da Terra, cujas execuçoens todas satisfes meo genro Manoel Alves Ferreira fazendo rematar os ditos bens pella primeira execussão de Felix Correya, e satisfazendo as outras duas, como consta do [sinao] que dellas lhe fizerão os exequentes por cujo motivo lhe fica inteiramente pertencendo todos os bens moveis do uso da minha caza, que pello referido modo forão pinhorados, e a todos o tempo que minha filha Antonia Maria Cardim lhe satisfazer o produto dos bens remata dos na execussão do dito Correa, lhe entregarão dito meu genro os ditos bens. Declaro que todas as contas que tenho tido com o dito meu genro Manoel Alves Ferreira the o presente tanto de dinheiros que por mim pagou e alguas parcelas que me emprestou se achão justas não lhe fico restando de todas as nossas contas senão tão somente cento e trinta mil duzentos e setenta e dous reis liquidos como se averiguou no ajustamento das ditas contas ficando-lhe pertencendo a crioulinha Thiodozia em preço de secenta e cinco mil reis que se lhe abaterão no que eu estava devendo ao dito meu genro, cuja crioulinha se acha pinhorada na execussão de João da Mota Campos a quem o dito meo genro por mim

pagou. Declaro que tenho varias dividas a que estou obrigada e outrossim sou credora de outras parcelas que se me deve produto da venda de pam o officio de que uzei de que tudo sabe expecificamente minha filha Antonia Maria Cardim a quem emcarrego muito por serviço de Deos como minha testamenteira e tãobem herdeira e na sua falta a meu genro Antonio Alves Ferreira fação inteiro pagamento a meos credores do que constar e ponho em boa recadação os meos bens e dividas que se me dever.

Um primeiro olhar sobre esse testamento pode indicar uma mulher pobre ou, na verdade, que vem passando por dificuldades e que, vez por outra, pede ajuda aos parentes ou às pessoas mais próximas. Esse quadro familiar, todavia, ficará mais claro a seguir com uma reprodução de trechos do testamento de Antonia Maria Cardim, filha de Joana Fagundes de Souza<sup>90</sup>:

Declaro que sou solteira e nunca fui cazada e não tenho pessoa alguma que haja de suceder em meus bens mais do dous filhos por nomes hu macho Ignacio e outra fêmea por nome Ighes, que se achão em minha companhia os quais instituo por meus Universais herdeiros de tudo o que ficar depois de pagas as minhas dividas e cumpridos os meus Legados.

Então, percebe-se que a filha solteira teve filhos fora de uma união sancionada pela igreja. Além disso, parece que ela também vinha passando por dificuldades financeiras, pois tinha muitas dívidas e, dessa maneira, nem mesmo pôde dar maiores informações sobre o seu enterro, como demonstra os trechos a seguir:

Declaro que os bens que possuo he hum escrito de venda da quantia de cento e cincoenta mil reis que fis ao Senhor Sargento Mor Joze Pereira da Cunha de todos os bens que possuía a pagamento como melhor há de constar do mesmo escrito de venda que fica em meu poder. Declaro que alem dos bens assima vendidos possuo mais huma crioula chamada Thereza a qual a coartey para sua Liberdade em preço de huma libra de ouro pello tempo estipullado no mesmo papel que lhe passei satisfeyto o dito preço meos Testamenteiros lhe passarão sua Carta de Liberdade. Declaro mais que possuo huma escrava de nação Angolla chamada Madalena a qual por execussão que me fazia meu cunhado Manoel Alves Ferreira [...]/

como Testamenteiro de minha Mãe e arrematou em praça o Capitão Bras Valentim de Oliveira, e por beneficio e favor que me quis fazer a deixou ficar em meu poder com duas crias mais tãobem rematados em execução do dito meu cunhado e outra em execução de Manoel da Costa Sequeira, cuja escrava Madalena sem embargo de pertencer ao dito Capitão Manoel Bras Vallentim de Oliveira lhe passei hum papel de quarta pella quantia de cincoenta oitavas de ouro pello muito amor que lhe tenho

---

<sup>90</sup> APM/CMS-200 Imagem 59b, 60a e 60b, e 61a Testamento de Antonia Maria Cardim 20/10/1769.

cujo papel ficará com vigor se nisso convier o dito Capitão. Declaro que sou devedor a Antonio Ferreira da Silva morador nesta Villa de vinte e huma oitavas, ou o que na verdade constar do seu acento porque fio na sua verdade que me não levara mais do que na verdade lhe dever meos testamenteiros lhe satisfarão pellos meos bens. Declaro que devo mais ao Capitão Jeronimo da Sylva Guimaraens vinte e tantas oitavas que meu testamenteiro lhe satisfarão descontando porem desta quantia vários bilhetes do dito Senhor em que porão em meu poder.[...]

Declaro que o meu enterro será na Capella de Nossa Senhora do Rozario desta Villa e feito a arbítrio de meu Testamenteiro atendendo aos poucos bens que possuo e porpoção delles e se me dirão as Missas de Corpo prezente as que puder ser tudo a arbitrio dos ditos meus testamenteiros.

Mesmo passando por dificuldades, assim como sua mãe, Antonia não deixou de se inserir em redes que pudessem lhe garantir melhores condições de vida, como indica a escolha de seus testamenteiros: “Primeiramente rogo a meu Cunhado Manoel Alves Ferreira, em seguida ao Senhor Capitão Bras Valentim de Oliveira, em terseiro ao Senhor Sargento Mor Joze Pereira da Cunha que por Serviço de Deos queirão ser meos Testamenteiros”

Portanto, o que existe, nestes casos, são mulheres que, estando sozinhas, viúvas ou não, buscaram se inserir em redes de sociabilidade que permitiram seguir com suas vidas ainda que passando por dificuldade financeira. No entanto, nesse caso, o que me pareceu estranho foi encontrar uma mulher solteira com filhos e com problemas financeiros e mesmo assim, acabou alforriando alguns de seus escravos e mesmo alguns que não eram seus escravos. A explicação está registrada no Inventário de Antonia Maria Cardim<sup>91</sup>, quando seu cunhado Manoel Alves Ferreira é chamado para prestar conta dos gastos que tem com seus sobrinhos:

o primeiro, por nome Inacio esteve muitos anos em companhia de seu pai o Capitão Brás Valentim de Oliveira que o tratava e educava como seu pai mandando-o por nos estudos e tendo idade competente se ausentou desta Vila para a cidade de Pernambuco, onde dizem se acha, ou na Bahia. A órfã Inez sempre assistiu em casa de seus padrinhos, o coronel Luiz Jose Solto e sua mulher, onde foi ela tratada e educada com toda a caridade.

Perceber-se que Antonia Cardim provavelmente reproduziu uma organização familiar

---

<sup>91</sup> IBRAM/MO-CBG/CSO-I (29) 250 Antonia Maria Cardim 1769.

pregressa. Fala-se isso, pois o nome do pai de Antonia e Úrsula não foi mencionado por Joana; no entanto, apesar de toda a dificuldade financeira, Antonia não deixa de registrar em seu testamento o desejo de: “depois de pagas as minhas dívidas do que remanescer e tocar a minha terça meos testamenteiros destrubuirão em Missas pella minha Alma e de minha May e Pay ditos ahonde muito lhe paresser aos ditos meus testamenteiros cada huma da esmolla costumada na parte honde forem ditas.” Portanto, o que se buscou enfatizar é que, apesar de nem sempre os pais dessas famílias aparecerem com esse título, a memória e muitas vezes o nome de muitos deles sempre aparece. Para Antonia, o seu pai está presente nas missas que ela pediu pela alma dele. Além disso, seu companheiro Capitão Brás Valentim de Oliveira está presente não só no seu testamento como também no de sua mãe. Assim, o que ocorreu é a constituição de uma família, ainda que não ortodoxa, com pai, mãe, filhos, netos, cunhados, agregados, vizinhos e amigos. E mais do que isso, percebe-se uma tentativa de construir algo melhor para a família e em especial para as gerações futuras, pois o pai, mesmo após a morte de sua companheira, não deixou de assumir suas responsabilidades com seu filho.

A relação dos pais com seus filhos naturais demonstra uma contradição que muitas vezes não pode nem mesmo ser sustentada ao longo do testamento. Indicação disso está no testamento de Lourenço de Mello Madureira<sup>92</sup>: “Declaro que sou solteiro[...] e nunca foi cazado nem tenho filho nem filha que sejam meus herdeiros forçados” No entanto, mais adiante ele declara

que pessuo mais sinco molatinhos tres femeyas huma por nome Maria outra por nome e Catherina outra por nome Antonia e dous macho hum por nome Furtuozo outro Gonçallo filhos de huma negra minha escrava por nome Maria de nassão Benguella e meus filhos os quais filhos e may deixo Liberttos e izentos de todos a escravidão com condição que a ditta negra Maria assistira criara e servira e acompanhara sempre em quanto viver a seus meus filhos e nenhuma pessoa de qualquer com dição que seja nem herdeiro nem sem asendente nem desendente os poder constranger ou obrigar a couza ou couza de escravidão ou sugeição mais do que meus testamentei[..]E herdeiros [ilegível] facão zellar quere criem [ilegível] e mantenha e conforme na santa ley de deos e vendo[?] honestamente como filhos de

---

<sup>92</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 214-220 Testamento de Lourenço de Mello Madureira 05/03/1722.

Benção Cujo zello deicho e peço muito emcarecidamente a meu irmão o Reverendo Padre Francisco Alvres Colheiros[?] que os tenha sem preça seu [ilegível] doutrina com a cauza se a que fação de mim

Por fim, informa que

torno a pedir a minha May por amor de Deos e por me fazerem a mim mersse e cumpra e faça cumprir pois he aminha ultima vontade// declaro que iñstituo por minha univerçal herdeira a minha May Maria de Madureira moradora em São Paulo e quero que ella seja herdeira de todos os meus bens depois de pagas minhas dividas [ilegível]feitos meus legados na forma que eu ordeno e neste meu Testamento [ilegível] elles deicho por esmolla a meus filhos naturais que são os cinco molatinhos três femeyas e dous machos saber Maria Catherina e a Antonio Furtuozo [ilegível] Furtuozo gonçallo de que asima faço menção e quero que por tais [ilegível] e aminha May em seis Testamenteiros e mais herdeiro e parente e de todos fio muito os tratem como tais e que elles gozem as primemencias[?] de meus filho a minha May faça que elles lagrimas primemncias de seus nettos//

Ao longo desse testamento, portanto, percebe-se uma preocupação do pai com os filhos e, de certa forma, uma falta de confiança em sua companheira. Talvez, por isso, uma necessidade de criar mecanismos que garantam a educação de seus filhos.

Outro exemplo que pode indicar mais até que a necessidade, mas também a obrigação de a mãe cuidar de seus filhos, está no testamento de Antonio da Rocha Roris<sup>93</sup>, natural do termo da cidade do Porto, no qual ele declara que

coarto outra negra minha escrava por nome rosa de nassam courana e me de ve o resto pera me satisfazer a a comptia em que a cortei somente corenta oitavas de outro pera o que lhe dou seis annos pera que dentro delles ajunte as ditas corenta oitavas de ouro que a esta devendo de resto de seu vallor e será obrigada a dita negra asumir e criar dois mininos seus filhos e meus a saber huma menina por nome joanna e hum menino por nome Domingos seis annos tratando dos ditos seus e meus filhos e passado os seis annos meus testamenteiros por lhe pasarra huma carta de alforria corrente sem clauzula de escravidam alguma recebendo dellas as ditas corenta oitavas de ouro se antes dos ditos seis annos a dita negra roza der as corenta oitavas de ouro meus testamenteiros lhe passara a dita carta de alforria com obrigacam que dentro nos ditos seis annos sera obrigada a tratar dos ditos seus e meus filhos e acabados elles podera hir tratar de sua vida pêra donde muito lhe pareser//

Com este exemplo, buscou-se enfatizar que muitas dessas famílias foram construídas

---

<sup>93</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 04(9) FL. 72-79v. Testamento de Antônio da Rocha Roris. 27/09/1740.

no limiar de tradições culturais. De um lado, existem homens que mobilizam suas referências familiares marcadas pela misoginia, pelo patriarcalismo e pelo paternalismo. De outro, temos mulheres mestiças as quais buscaram constituir suas famílias por meio de seus valores que contribuíram para a construção de vidas mais autônomas. Sendo assim, percebemos a constituição de famílias e de vivências afetivas *sui generis*, pois estavam relacionadas à fusão de valores análogos, mas, ao mesmo tempo, contraditórios. Isso ficará mais claro ao longo do texto.

Outro exemplo desse tipo de família para essa região pode ser encontrado no testamento de Antonia Rangel de Abreu<sup>94</sup>, natural da Vila de Macacu, Bispoado do Rio de Janeiro, onde informa que é “filho[a] de Marcelina da Costa Solteira de Pay incógnito já defunta. [Sou viúva] de Antonio de Almeida de cujo Matrimonio não tive filhos. Declaro que tenho hum filho por nome Antonio Ribeiro o qual a [esse] do Capitão Jozé Ribeyro de Carvalho (lembrando que este nome é citado nos testamentos do exemplo anterior).” No mesmo testamento pede: “ao senhor Capitão Jozé Ribeyro de Carvalho em primeyro lugar e ao Senhor seu Irmão Manoel Ribeiro de Miranda em segundo lugar a ao Senhor Manoel Coelho dos Santos clérigo imminoribus todos moradores nesta Villa que por Servisso e por me fazerem esmola queirão aceitar serem meus testamenteyros”. A partir dessas citações, pode-se entender que Antonia sentia completamente à vontade para nomear o pai de seu filho em seu testamento; mais do que isso, sentia-se à vontade para solicitar que seu companheiro e mesmo seu “cunhado” fossem seus testamenteiros. Logo, compreendo que o que se constituiu aqui foi uma família em toda a sua plenitude, haja vista a tranquilidade com que a testadora solicita ajuda a seu companheiro e aos parentes dele.

Posteriormente observa-se, no inventário de Antonia<sup>95</sup>, que o Capitão Jozé Ribeyro de Carvalho já tratava de seu filho, inclusive incentivando-o a aprender um ofício, mesmo antes

---

<sup>94</sup> APM/CMS-190 Fl. Antonia Rangel de Abreu 1756.

<sup>95</sup> IBRAM/MO- CBG/CSO-I (19) 163 Antonia Rangel de Abreu 1757.

de Antonia falecer. Alguns anos mais tarde, no Inventário do Capitão Jozé Ribeyro de Carvalho<sup>96</sup>, descobre-se que, desde o falecimento de Antonia, o capitão havia contraído núpcias com dona Quitéria Maria de Barros. Além disso, o Capitão teve um primeiro casamento que havia-lhe deixado dois filhos. Porém, o mais importante é que o filho de Antonia com Jozé havia se tornado capitão e nessa altura já estava com 26 anos.

Outro modo de organização familiar, essa de caráter mais popular, está demonstrado no testamento de Joanna Luiza do Valle<sup>97</sup>, natural da Costa da Mina, no qual informa:

que sou natural da Costa da Mina, e sou cazada com Thomas Ri/beiro da Cunha, preto forro, do qual matrimonio não temos filhos, e os que tenho são havidos antes, e são Manoel Luis, e Joze Luis, ambos crioulls, e Maria Luiza parda, os quaes são meus herdeiros necessários das suas par/tes da minha fazenda, e por taes os nomeyo, declaro, e instituo.

Nesse trecho, Joana informa que está casada com um liberto que teve relacionamento com pelo menos outras duas pessoas. Afinal, os dois Irmãos são crioulos e Maria Luiza parda. Porém, apesar de ter filhos de outros relacionamentos, Joanna confia tanto em seu esposo que acaba por nomeá-lo em primeiro lugar como seu testamenteiro e, só posteriormente, seus filhos homens. Além disso, Joana indica um projeto familiar ao informar que comprou por 160 oitavas de ouro a liberdade de seus filhos homens, porém, neste caso, o valor das alforrias deveria ser descontado da legítima parte deles, como um dote, justamente para que a outra herdeira não ficasse prejudicada. Pelo que se percebe, a escolha por uma união, provavelmente já no final da vida ou pelo menos na maturidade, dificultando desse modo a geração de herdeiros, indica uma escolha de companhia para cuidado e para ajuda mútua. Nesse sentido, a figura de Thomas Ribeiro da Cunha tenderia a desaparecer da vida dos filhos de Joanna. Todavia, não é isso que ocorre. No testamento de Maria Luiza do Valle<sup>98</sup>, a testadora nomeia, ainda que em “terceiro lugar”, seu padrasto. Portanto, Thomas Ribeiro não

<sup>96</sup> IBRAM/MO-CBG/CSO-I (31) 257 José Ribeiro de Carvalho 1769.

<sup>97</sup> APM/CMS-200 Fls 104-105 Testamento de Joanna Luiza do Valle 20/05/1777.

<sup>98</sup> APM/CMS-200 Fls. 114v-115. Testamento de D. Maria Luiza do Valle. 1778

possuía a confiança apenas de sua esposa, mas também de sua enteada. Isso parece ser reflexo do papel exercido por Thomas naquela família, significando, muito provavelmente, a única figura paterna que esses três irmãos conheceram. Percebe-se uma união, um sentimento de família<sup>99</sup> muito forte, quando Maria Luiza nomeia seus meios-irmãos e padrasto como seus testamentários e, em paralelo a isso, indica as dívidas que tem com aqueles. Assim, mesmo em camadas mais populares, houve algumas vezes a necessidade de se enquadrar em um formato familiar reconhecido pelo casamento, pela igreja e pela sociedade, mas também repleto de confiança, carinho e cuidado.

Parece, contudo, que essa tentativa de se enquadrar no modelo de uma família legitimamente estabelecida não funcionou para as gerações seguintes e mais uma vez Maria Luiza do Valle informa que “nunca fui cazada, e no estado de solteira tenho hum filho chamado Felipe que esta em minha companhia”. Não obstante neste caso Felipe estivesse em sua companhia, parece que isso não duraria muito tempo; pois o pai, se ainda estivesse por perto, buscá-lo-ia para terminar sua educação. Infelizmente, nesse caso, mesmo com o cruzamento desses testamentos, não foi possível identificar o pai de Felipe. Porém, a leitura dos testamentos indica que, provavelmente, se o pai estivesse por perto, ele realmente teria reconhecido seu filho, ainda que isso não precisasse ser formalizado. Afinal se observam vários senhores beneficiarem suas escravas e seus filhos com a liberdade, mas essa questão é vista mais cuidadosamente no próximo capítulo.

Em vista disso, o que se apresenta com esses exemplos não é uma organização patriarcal que se impôs a uma estrutura domiciliar matrifocal. Na verdade, se enfatizam essas situações como uma mescla de tradições que significaram várias coisas. A primeira delas é a manutenção de uma família que tinha projetos para o engrandecimento de sua casa, porém isso também significava oferecer mais espaço para as mulheres, em especial aquela que não

---

<sup>99</sup>Como Áries já apresentava em: ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

podia coabitar com seus companheiros. Essas mulheres, ativas como eram, parecem ter percebido logo que não seriam bem-sucedidas em suas vidas se não se inserissem no sistema que existia. E, em paralelo a isso tudo, há a constituição de conforto afetivo e financeiro para homens e mulheres. Conclui-se disso uma mescla de tradições que poderiam mutuamente se adaptar.

Seguindo a análise, mas mudando um pouco o foco (ver ainda Gráfico 1), pode-se notar que a maior parte desses testadores veio, mais propriamente, do Norte de Portugal. Obviamente, como já foi tratado por Donald Ramos<sup>100</sup>, essa origem marcaria profundamente a sociedade mineira. No entanto, aqui se discorda, ainda que não totalmente, desse autor, pois a ênfase que ele dá ao papel da mulher de origem minhota não parece se sustentar pelas fontes aqui trabalhadas.

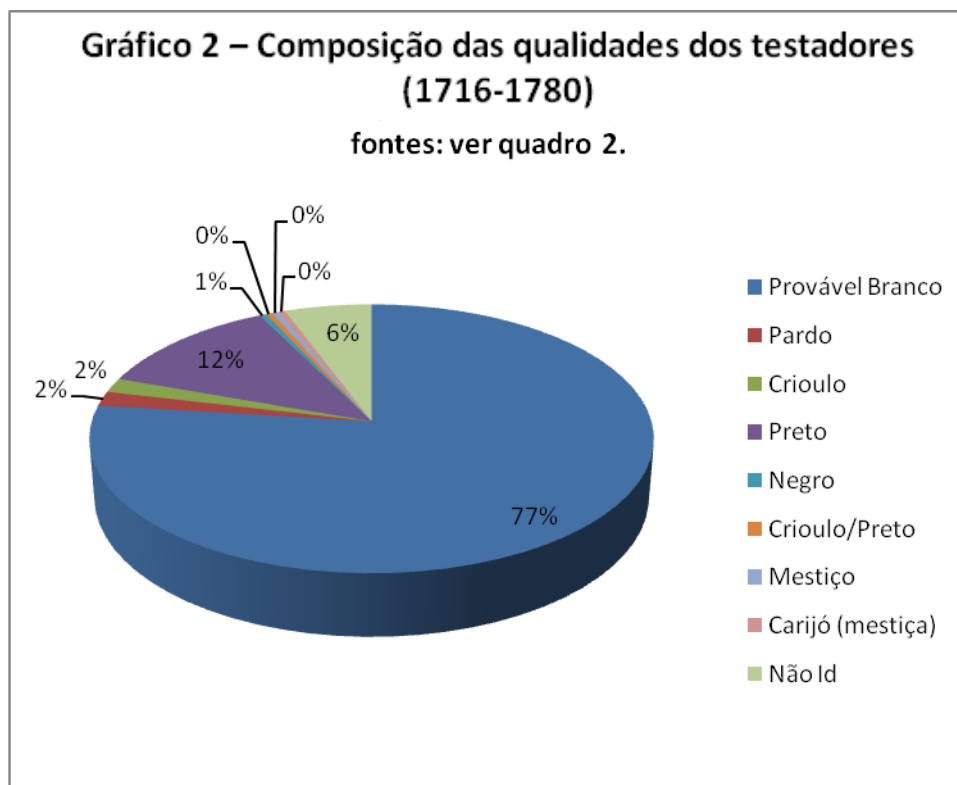
De maneira geral, Ramos argumenta em seu artigo que "a emigração para Minas Gerais, iniciada no período colonial, especialmente a oriunda da região norte de Portugal, reproduziu na América portuguesa padrões familiares semelhantes aos da origem."<sup>101</sup>. Resumidamente, para esse historiador, uma parte significativa das características da sociedade mineira deve-se ao papel exercido pelas mulheres no norte de Portugal. Isso ocorreu porque esses imigrantes trouxeram consigo, em sua bagagem cultural, a estrutura domiciliar tradicional do Norte de Portugal; contribuindo, assim, com a construção da sociedade mineira. Detalhando o argumento, isso só foi possível porque se constitui em Minas uma "predominância demográfica de mulheres livres, uma grande proporção de famílias chefiadas por mulheres; de baixas taxas de casamento e de idade ao se casar mais tardiamente que o esperado; de uma tendência entre as mulheres solteiras de estabelecerem em domicílios independentes; de altas taxas de ilegitimidade e de abandono infantil; e de baixas quantidades de famílias nucleares sacramentadas pelo matrimônio. Os mesmos indicadores também são

---

<sup>100</sup> RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 44. vol.1. p.132-153, 2008.

<sup>101</sup> RAMOS, Donald. Op. Cit. 2008. p. 133.

encontrados no Minho e no Douro."<sup>102</sup>



No entanto, as reflexões desse estudo se opõem a isso porque não foi essa mulher que migrou para Minas, mas sim os homens dessa região, como sugerem os gráficos 1 e 2 e o quadro 2. Ainda que seja possível, verificar que boa parte dos testadores sejam reinóis. Neste sentido, é claro que provavelmente esses homens tinham uma compreensão do papel da mulher e justamente por isso, em um primeiro olhar, as mulheres de Minas se comportaram como as do norte de Portugal. No entanto, como também é possível perceber nos gráficos 1 e 2 e no quadro 2, a maior parte das mulheres testadoras do período não tem sua ascendência em Portugal, mas sim mestiças, criolas ou africanas. Claro que isso não significa que não pudessem adotar formas de organização familiar como matrifocalidade comuns na sociedade portuguesa e nas sociedades Novo Mundo. Além disso, boa parte dos herdeiros dos homens

<sup>102</sup> RAMOS, Donald. Op. Cit. 2008.p. 148.

que declaram ter filhos fora do matrimônio eram, em geral, mestiços. Somem-se a isso o pequeno número de mulheres brancas presentes na região nesse período e a regra geral de casamento entre pares.<sup>103</sup> Nesse sentido, é que se sabe da realidade de poucos casamentos e de muitas relações ilícitas.<sup>104</sup> E, por último, a isso vincule-se o papel de centralidade e de independência das mulheres em algumas sociedades africanas.<sup>105</sup> Tudo essa situação sugere modos como essas famílias foram efetivamente constituída. Isto é, pelas forjas de tradições que eram muito diferentes, mas que, com valores análogos, acabaram por se amalgamarem<sup>106</sup>.

O que se tem na verdade são mulheres com origens diversas comportando-se como suas avós e como suas mães, quer-se dizer, traziam consigo toda a sua bagagem cultural e isso agradava aos homens com quem tinham relacionamentos. Ademais, por outro lado, existem homens do norte de Portugal que aqui assumiram papel de chefes de família como verdadeiros patriarcas, mas na verdade isso havia mudado em um ambiente urbano com vários matizes culturais. Ambos se compreendiam conforme suas vivências. Talvez por essa razão, historiadores do século XX compreenderam essas mulheres como senhoras minhotas, mas na verdade elas traziam consigo tradições outras.

Nessa altura do texto, poderia ser pensado que se está apresentando argumentos contraditórios; afinal, como conciliar uma realidade de muitos homens formados em uma sociedade portuguesa patriarcal e misógina e uma autonomia da mulher com outra origem? No entanto, é importante salientar que se procurou demonstrar que a família constituída aqui foi profundamente mestiçada e, conciliava, por vezes, uma estruturação domiciliar matrifocal

---

<sup>103</sup> Ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. Cit. 1997. LOTT, Mirian Moura. Op. Cit. 2008.

<sup>104</sup> Ver: CAMPOS, Adalgisa Arantes. Op. Cit. 1994. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. Cit. 1997. CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

<sup>105</sup> Cf. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2001. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. especialmente capítulos sobre Angola, o prefácio e a Escravidão entre os africanos.

<sup>106</sup> Por valores análogos, compreendem-se caminhos de mesclas que são facilitados pela virtual similitude dos elementos. Para maiores detalhes, vale consultar BURKE, Peter. Op. Cit. 2003, que comenta isso entre as páginas 23 e 36 e CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002, entre as páginas 109 e 142.

mesmo que em uma sociedade liderada por homens com valores patriarcais. Ou seja, na verdade, o que se busca demonstrar é o fato de essa família fundir tradições. Ela se tornou uma família mestiça<sup>107</sup>. Por que, como e em que condições isso foi possível? São essas questões que se tentará responder a seguir.

O que se percebe, com os exemplos trabalhados anteriormente, é que parece ter havido uma conjugação da autonomia das mulheres em sociedades africanas e as reminiscências disso sobre as mentes de suas descendentes com o papel que a mulher exercia no norte de Portugal e, portanto, nas mentes dos homens que vieram para cá. Tudo isso se mesclou de modo tão complexo e profundo que deixou características fundamentais nessa sociedade.

A primeira dessas características parece ser a tendência das mulheres mestiças tornarem-se autônomas e, com isso, chefiarem um domicílio como demonstra o grande número de testadoras forras; também é o que sugere Ramos<sup>108</sup>. No entanto, este trabalho defende que o que parece ser tributário unicamente das tradições africanas, na verdade, surgiu da interseção disso com a experiência que os homens do norte de Portugal, que viam muitas mulheres com seus filhos naturais chefiando seus domicílios. É fundamental enfatizar que a autonomia das mulheres em Minas não pode ser considerada tributária de somente uma tradição cultural, mas sim de muitas, sendo elas minhotas, africanas ou indígenas.

A segunda é a tendência de muitos desses homens reconhecerem ter tido filhos/herdeiros com mulheres, escravas e ex-escravas, muitas vezes africanas, com o estabelecimento de relacionamentos curtos ou duradouros, ainda que fora do matrimônio lícito<sup>109</sup>. Ora, mais uma vez se percebe uma tradição portuguesa que se mescla a outras e cria

---

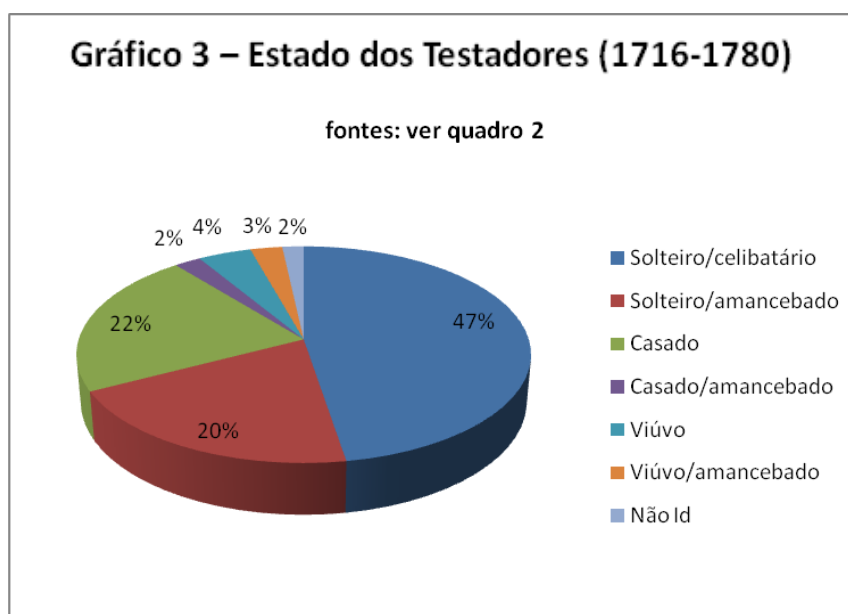
<sup>107</sup> Como já sugeriu CERCEAU NETTO, Rangel. *Op. Cit.* .2008. e em \_\_\_\_\_, População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. MARTINS, Ilton Cesar. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

<sup>108</sup> Como já foi indicado por PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.* 2001. E para o século XIX o que RODARTE, Mario M. S. *Op. Cit.* 2008. Informa especialmente no capítulo 7.

<sup>109</sup> Cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Op. Cit.* 1997. PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.* 2009, especialmente capítulos 2 e 3. PAIVA, Eduardo França. *Op. Cit.* 2001, especialmente capítulo 2. CERCEAU NETTO, Rangel. *Op. Cit.* 2008. Especialmente no capítulo 3.

algo *sui generis*. Por meio da argumentação do Donald Ramos, é possível perceber que o índice de ilegitimidade no norte de Portugal foi bastante significativo. Nesse sentido, o que parece ter ocorrido é uma espécie de migração dessa tradição do Minho à Minas. Tudo isso é produto das dinâmicas de mestiçagens<sup>110</sup> ocorridas em terras mineiras.

A terceira, relacionada à anterior, é a dificuldade de em Minas serem constituídas famílias baseadas no sagrado matrimônio, mesmo entre personagens extremamente religiosos<sup>111</sup>. Isso é possível porque era prática comum nas uniões do norte de Portugal. Além disso, deve-se levar em conta a opinião da mulher que poderia não dar muita importância aos ritos de uma religião que, em alguns casos, lhe foi imposta. Sem contar que é necessário perguntar se seria tão importante para essa mulher autônoma, comerciante, por exemplo, ter um homem como cabeça de casal, ainda que por vezes precisasse de sua ajuda.



<sup>110</sup> PAIVA, Eduardo França, *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012. (Tese, apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil).

<sup>111</sup> Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Op. Cit.* 1994. Pp. 27-33, e reconhecida para o século XIX por LOTT, Mirian Moura. *Op. Cit.* 2008. P. 21 e 91-94. BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Op. Cit.* 2007.

Nesse sentido, o padrão de uniões existentes em Minas como aponta o gráfico 3, é bastante interessante. Pode-se perceber que são relativamente poucos os testadores que estiveram uma vez casados no período. Somando todas as categorias, há 71 indivíduos entre os testadores, ou seja, 31% dos indivíduos, incluindo aqueles que admitiram ter, em algum momento, relacionamentos ilícitos. De outro lado, 109 indivíduos, ou praticamente metade, que permaneceram solteiros até a feitura dos seus testamentos e também que não admitiram qualquer relacionamento que gerassem herdeiros. No entanto, isso não quer dizer que esses herdeiros/filhos não existissem.

Organizações familiares com um homem que é filho de um legítimo matrimônio, mas que, ao chegar à América Portuguesa, assume relacionamentos à margem do casamento, são muito comuns. Um exemplo disso pode ser encontrado no testamento de Manoel Maciel<sup>112</sup>, natural da Vila de Viana aqui informa que:

sou Solteiro e tenho três filhos/ naturais filhos de huma negra por no/ Tereza de Jezus os quais três filhos/ São Marcella Maciel viúva que ficou/ de Antonio dias vieyra e Paulla/ Romana de São Joze e Suteria/ de Nazaré ambas Recolhidas no Reco/ lhimento de Nossa Senhora da/ Conceipção dos Macaubas Item/ Declaro que tenho mais sinco filhos/ natural de huma negra por nome/ Luzia da Conceipção a Saber [?]uas femeas Romana Domingas Asey/ tentes por popilhas no Recolhimento/ das Macaubas o cujo pormeti assistir/ com o sustento e o vestuário pardas/ ditas duas popilas, e Maria cuja es/ ta criandosse em caza de Simião/ de Souza romi[?] e os dous machos/ Carlos[sic] e Joseph// Item declaro que/ tenho mais huma filha natural/ filha de huma negra por nome Maria/ cuja filha se chama Rita da conceip/ ção Recolhida com dote de três mil/ cruzados que dei ao Recolhimento das/ Macaubas [?] Item declaro que todos/ os filhos e filhas asima ditos sam/ forro isentos de toda a escravidãoe os/ ins[??] tuo livres e por meos universais e for/ çados erdeiros depois de pagas as minhas/ dividas e satisfeitos os meus legados

Esse testador registrou que teve relacionamentos mais ou menos estáveis com pelo menos três negras. Deste modo, percebe-se que a estabilidade de alguns relacionamentos não deve em nada a qualquer casamento do período. Com essa passagem, percebe-se que, mesmo homens poderosos, muitas vezes estabeleceram relacionamento, ainda que sobre a sombra da bastardia, muito tranquilos com seus filhos. Nesse caso, o testador buscou garantir que, no

---

<sup>112</sup>IBRAM/MO-CBG/CPO-LT8(16) f. 361v.-369 Testamento Manoel Maciel 23/08/1750.

caso das herdeiras, até que se mantivessem em estado puro no Recolhimento de Macaúbas para um futuro casamento.

Outro exemplo disso, um tanto quanto ambíguo, é verdade, está no testamento de Domingos Pereira de Costa, natural do Minho,<sup>113</sup> que nomeia como testamenteiro em quinto lugar Manoel Pereyra da Costa, homem pardo, criado e nascido em sua casa. Além disso, Manoel Pereyra da Costa também seria seu universal herdeiro. Casos como esse impossibilitam afirmar categoricamente que Manoel era realmente filho de Domingos, mas não reconhecer como filho em testamentos não quer dizer perda dos direitos e que eles não se tratassem como pai e filho no dia a dia. Esta é outra diferença entre o norte de Portugal e Minas: aqui o grande número de solteiros/celibatário ocorria entre os homens e não entre as mulheres como no Minho. Obviamente, isso ocorria porque aqui eles estavam em maior número e, no Minho, a situação se invertia. Além disso, e talvez mais significativo, é o fato de que 57 indivíduos, praticamente ¼ dos testadores, admitiram ter tido um relacionamento que não o casamento lícito, incluindo os que viveram, em algum momento, matrimônios lícitos.

Percebe-se, com isso, uma continuidade ou conexão de práticas culturais entre as duas margens do Atlântico, mas isso vale tanto para os referenciais culturais do Minho quanto da África. Isso porque era bastante comum a ilegitimidade e, portanto, o concubinato no norte de Portugal e em Minas<sup>114</sup>. De outro modo, que significado poderia ter o matrimônio segundo o Concílio Tridentino para essa mulher, muitas vezes mestiça ou com alguma ascendência africana? Claro que muitos, mas sempre passando pelas suas memórias e pelos seus valores que, de alguma forma, reinventaram o matrimônio aqui. Por isso, é importante enfatizar que a escolha pelo concubinato poderia ser não somente uma obra do homem, normalmente branco, mas também da mulher. Assim, os relacionamentos estabelecidos normalmente entre brancos e mulheres quase sempre mestiças ou com algumas ascendência em África, escravas ou não,

---

<sup>113</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 3(8) 127-131 Testamento do Domingos Pereira de Costa 11/08/1740.

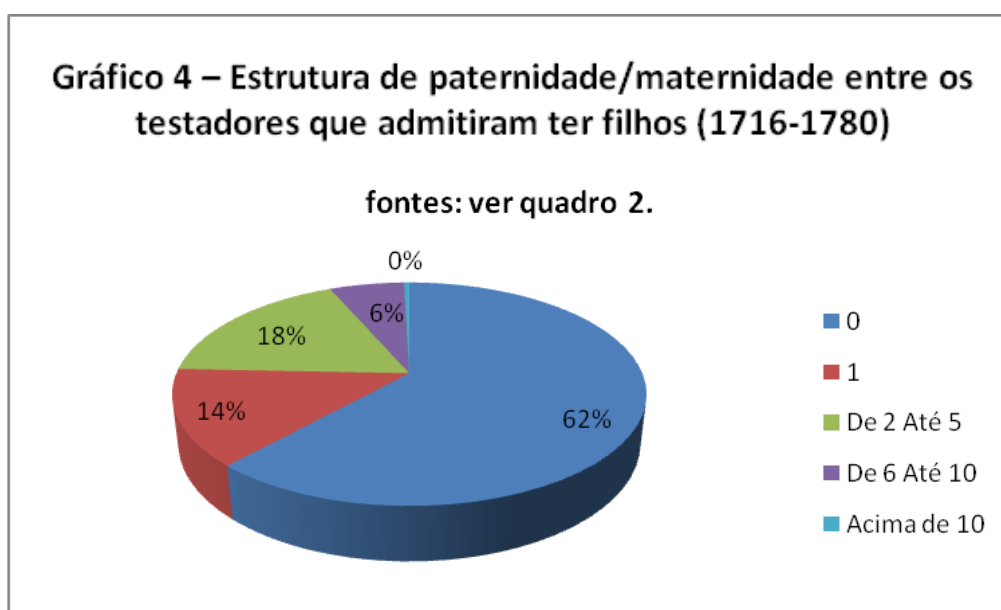
<sup>114</sup> Cf. RAMOS, Donald. Op. Cit. 2008, 133-153.

influenciaram as práticas mineiras. Essas mulheres ficariam responsáveis pela educação, ao menos inicial, dessas crianças que certamente receberiam, ainda que transformados, fragmentos de suas referências culturais. Portanto, essas relações afetivas que se materializaram por meio dos filhos naturais, como foram admitidos por uma série de homens desse período<sup>115</sup>, tornaram, em parte, mais complexos os processos de fusão de culturas que aqui ocorreram no século XVIII.

**Quadro 3 - Média de filhos/herdeiros entre os testadores (1716-1780)**

Total de testadores com filhos	88
Nº de filhos/herdeiros	260
Média simples	2,95...

Fontes: Ver quadro 2.



Outro aspecto dessas uniões é a surpreendente baixa média de filhos por testador que admitiu ter herdeiros descendentes como demonstra o quadro 3. Claro que isso está relacionado não só com um quadro de alta natalidade, mas também de alta mortalidade

<sup>115</sup> Só para citar o caso de dois testamentos trabalhados aqui: IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 04(9) FL. 72-79v. Testamento de Antônio da Rocha Roris. 27/09/1740. e IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 02(06), f. 2- 5v - Testamento de Luis da Rocha Barboza – 11/02/173?.

infantil<sup>116</sup>. Percebe-se isso quando alguns testadores admitiram ter outros filhos, mas, no momento da feitura do testamento, apenas alguns eram vivos. Também não deixa de ser surpreendente, entretanto, (ver gráfico 4) que apenas 15 testadores ou cerca de 6% da amostra tenham reconhecido que tinham seis ou mais filhos. Além disso, também é interessante que a maior parte dos testadores que tiveram filhos, 73 indivíduos, declararam ter entre um e cinco filhos. E talvez o mais importante é o fato de que 142 indivíduos declararam não terem filhos.

Entende-se que essa tendência se deve, em parte também, a um quadro de um pequeno número de casamentos lícitos e, conseqüentemente, a grande número de celibatários. Porém, com a estabilização da sociedade mineira em algum ponto da segunda metade do século XVIII, parece que essa situação irá se modificar. Assim, na segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, o número de casamentos aumentará. No século XIX, ainda será possível observar o hábito de as mulheres mestiças, crioulas ou africanas manterem sua autonomia em relação a um homem.<sup>117</sup>

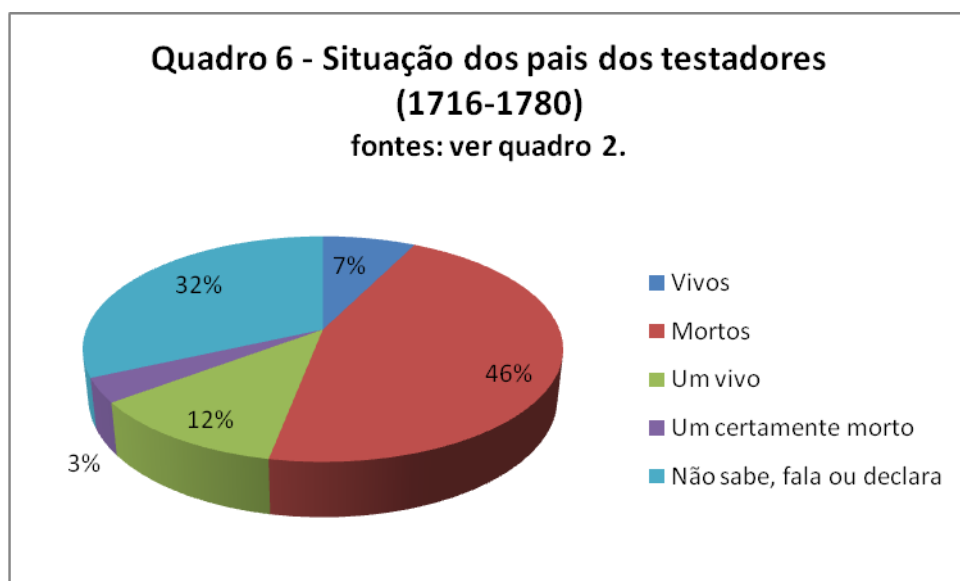
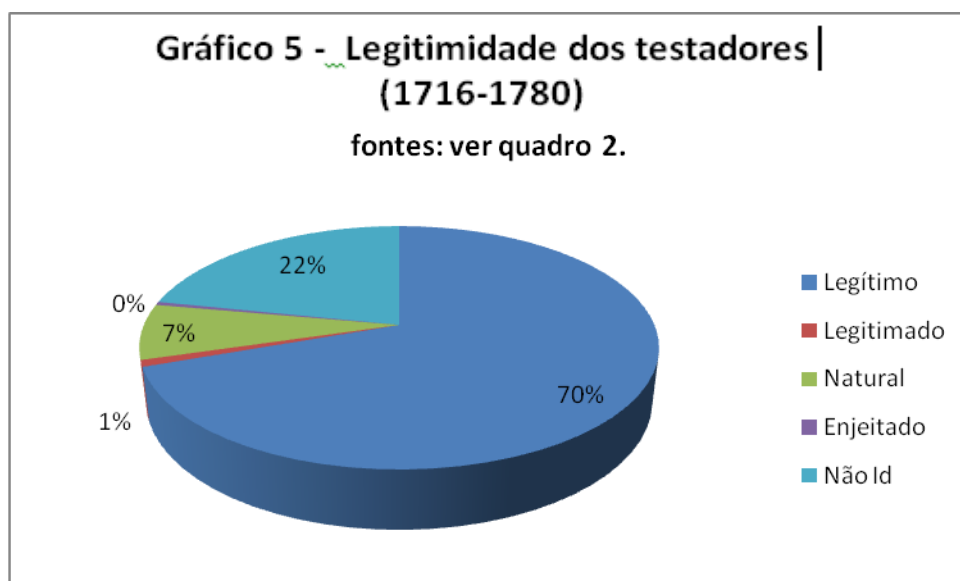
Apesar de este trabalho ter pretendido responder algumas indagações sobre a constituição da família e dos laços afetivos na Comarca do Rio das Velhas, ainda que seja importante frisar as limitações das fontes e da amostra aqui estabelecida, outras questões ficam em aberto. O que esses homens e mulheres trouxeram de suas organizações familiares pregressas que influenciaram suas famílias? Quais foram as tradições abandonadas e em que condições isso ocorreu? O que essas referências culturais produziram em Minas? Por isso, é interessante analisar a legitimidade (gráfico 5) dos testadores aqui trabalhados. A leitura deste quadro indica que a maior parte dos testadores se declarou como filho legítimo de seus pais. Outra questão, então, se coloca: porque 162 filhos legítimos, ou seja, mais de 2/3 dos indivíduos, entre os quais é possível encontrar mulheres forras, tiveram aqui em Minas filhos

---

<sup>116</sup>Aqui se utiliza o conceito de mortalidade infantil da Demografia histórica. Porém, aqui se busca enfatizar tão somente a alta taxa de mortalidade gerada pelas péssimas condições de higiene, da gestação, do parto e da alimentação das crianças. Ainda compreende-se que talvez infância e infantil não traduza muito bem as situações vividas pelos agentes históricos.

<sup>117</sup> Cf. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2001. e RODARTE, Mario M. S. Op. Cit. 2008. Cap. 7.

ilegítimos, conviveram com essa prática ou permaneceram sem filhos?



Compreende-se que, em parte, esse tipo de prática provavelmente se deve ao afastamento dos testadores de suas famílias em uma situação completamente nova, a colonização do sertão da América portuguesa. A migração de milhares de pessoas para essa região esfacelou famílias. Essas pessoas ficaram afastadas de suas terras, de seus amigos, de seus familiares e acabaram por transferir suas cargas afetivas para alguém. Para ter uma ideia

(ver gráfico 6), 81 testadores, ou seja, pouco mais de 1/3, não dão qualquer informação de pelo menos um de seus pais. Além disso, 105 indivíduos, ou quase metade da amostra, têm seus dois pais mortos no momento da feitura do testamento.

Quando se detectou a tendência que, em geral, indica que essas pessoas vieram para cá e ficaram longe de sua família, isso significa muito mais a regra. No entanto, houve espaço para casos atípicos, que, na verdade, confirmam a regra sobre as necessidades afetivas dos migrantes que estavam distantes de seus entes queridos. Muitos dos que vieram sozinhos, assim que possível, trouxeram seus entes queridos, indicando uma saudade, ou uma preocupação com seus parentes. Mesmo com a presença de alguns de seus familiares, a organização domiciliar não poderia, entretanto, ser a mesma que no velho continente. No testamento de Francisco Xavier da Costa<sup>118</sup>, natural da cidade de Lisboa, nota-se a necessidade que ele tinha de construir uma família bem estável:

Declaro que [...] filho legitimo de Domingos da Costa já defunto e Dona Catharina Maria de Moura que transportando-se da dita cidade a estas Minas para a minha companhia nella se conservou sempre athe o presente com a minha assistência em que dezejar sempre mostrar satisfeyta a obediência a obrigação de filho. Declaro que sou solteyro e que nunca fuy cazado nem tenho outro algum herdeiro mais do que a dita minha May a qual nomeyo e instituo por minha universal herdeyra e testamenteyra a quem rogo queira aceitar esta testamentaria

A partir desse trecho, infere-se que Francisco trouxe sua mãe a qual, provavelmente, acabara de se tornar viúva. Francisco, filho único, ao que parece, sempre deixou satisfeita sua mãe pela obediência que a ela oferecia. No entanto, o quadro se torna um pouco estranho quando Francisco<sup>119</sup> informa

que possuho huma escrava por nome Antonia que pellos bons servisos deixo forra e livre e izenta de captiveiro a qual tem hua filha por nome a Anna a quem passei Carta de alforria e novamente a declaro forra para que com hua e outra se não entenda e na minha terça tomo o valor dellas e rogo a dita minha herdeira e

<sup>118</sup> APM/CMS-020. Fls. 35v-36. Testamento de Francisco Xavier da Costa 12/06/1749.

<sup>119</sup> APM/CMS-020. Fls. 35v-36. Testamento de Francisco Xavier da Costa 12/06/1749. Para outra abordagem desse personagem, ver: PAIVA, Eduardo F. Op. Cit, 2009. p. 124-5.

testamenteira[sua mãe] conserve em sua companhia a dita mulatinha Anna alimentando-a do necessário, como eu fizera se vivo fosse fazendo-lhe por esmolla todo o bem que for sua vontade, o que se não entenderá legado obrigatório mas rogos de filho.

Mais uma vez, este é um caso ambíguo, para o qual jamais será possível afirmar categoricamente que Anna é realmente filha de Francisco. Esse caso sai, contudo, dos padrões, mesmo para os casos em que senhores alforriam uma escrava e seu filho. Nesse momento se percebe um tratamento especial dado pelo testador e por sua mãe a Antonia e sua filha Anna. Será que se está diante de mais uma família ilícita que acabou por utilizar de subterfúgios para manter a estabilidade e o amor das relações? Parte dessa dúvida pode ser respondida com os trechos do testamento de dona Catharina Maria de Moura<sup>120</sup>, natural de Lisboa e mãe de Francisco, no qual ela

nomeyo e instituo por minha Erdeyra, e Testamenteyra a Antonia Xavier da Costa, pelos bons serviços que me tem feyto com a obrigação de dar cumprimento a todas as verbas deste testamento, assim do meu funeral, como dos meus legados, e pagamento de minhas dividas, e dar conta do testamento do dito meu filho de quem fuy testamenteyra, e athe o presente não dei conta da dita testamentaria, no cazo que ao tempo do meu falecimento a não tenha dado.

Além disso, Dona Catharina ainda lega alguns bens à filha de sua herdeira e testamenteira.

Declaro que hua mulatinha filha da dita minha Erdeyra, e testamenteyra a criei e me tem feyto bons servisos, e boa assistência, e He minha vontade deixar-lhe hua esmolla para se alimentar, e tomar estado; a qual mulatinha se chama Anna Maria Xavier Evangelista, a qual deixo que sua May, e minha ErdeyRa, e testamenteyra conservará em sua companhia, educando-a, e dando-lhe o necessário, e dando-lhe o estado quando ella estiver em termos de o tomar fazendo-lhe seu dote com o que eu lhe deixo der lugar, o que muito lhe recomendo, e deixo por legado, e para dar expediente as verbas deste meu testamento concedo a minha testamenteyra quatro annos dentro dos quais não será obrigada a dar contas em Juizo. - E rogo a dita minha testamenteyra queyra aceytar esta testamentária.

Claro que muitos desses sentimentos podem não ter sido construídos na situação ideal e, por conseguinte, não poderiam ser escancarados. Mas o que justifica nesse momento dona

---

<sup>120</sup> APM/CMS-020, Fls. 133v - 134. Testamento de Donna Catharina Maria de Moura 30/07/1753

Catharina deixar como herdeira uma ex-escrava ao invés da filha dessa escrava, talvez sua neta? Pode-se aventar que isso passa, provavelmente, pelo sentimento de confiança, de carinho e de amor que estavam presentes nessa família.

Um último exemplo que também indica as distâncias que essas famílias tiveram de driblar para demonstrar seus afetos está no testamento de Manoel de Oliveira Dias<sup>121</sup>, “natural do Reconcavo da Cidade da Bahia”, que, “em Signal do amor”, deixa a sua mãe 50\$000.

O relacionamento entre parentes, quando estavam muito próximos, sempre foi um momento profícuo para o estabelecimento de cuidado, do querer bem. Exemplo disso está no testamento de Luis da Rocha Barboza<sup>122</sup>, natural da comarca de Guimarães, quando ele lega a seu sobrinho, Manoel da Rocha, algumas roupas, um par de pistolas, uma sela, “pello amor de Deos e pella boa companhia que me tem feito”

Espera-se que, com a apresentação desses personagens, seja possível compreender que as relações afetivas estabelecidas nesse ambiente familiar eram, por vezes violentas, marcadas por um poder excessivo do chefe de família, mas que nunca deixaram de existir espaços para a constituição de relações de carinho, de confiança e de amor. Muitos são os motivos, mas todos eles devem passar pela reciprocidade que foi estabelecida entre as duas partes.

A título de uma primeira conclusão, mesmo que a amostra apresente limitações, pode-se perceber que homens e mulheres oriundos de várias partes do Império Português, muitas vezes sem família e sem a segurança do lar, marcados pela saudade de seus entes querido e pela distância de sua terra, quando se estabeleceram em Minas, buscaram conforto afetivo nas pessoas que estavam mais próximas, e estas nem sempre eram os seus pares. O grande número de solteiros/celibatários, o grande número de filhos naturais e conseqüentemente de concubinatos bem como os poucos herdeiros que cada um dos testadores teve demonstram um

---

<sup>121</sup> IBRAM/MO-CBG LT(CPO) 01(1) 180- 186v. Testamento de Manoel de Oliveira Dias 30/03/1722.

<sup>122</sup> IBRAM/MO-CBG-LT(CPO) 02(06), f. 2- 5v - Testamento de Luis da Rocha Barboza – 11/02/1737.

caminho de forjas bastante interessante. Isso porque, com a diminuição da família (casas com solteiros/celibatários e o pequeno número de filhos por casal), ocorreu uma concentração da afetividade em pessoas, conforme Ariés (1982: 513-14) já havia apontado. Assim, dentro deste contexto as casas dos testadores acabaram por se transformar em espaços privilegiados para amálgama de culturas mediadas pelas relações afetivas.

Obviamente, deve-se deixar claro que se pretendeu neste texto até aqui é demonstrar que as emoções/sentimentos são produtos da cultura e que esses aspectos se fundiram aqui do século XVIII. Além disso, mostrou-se que se isso ocorreu, em parte e inicialmente, pela forte presença de imigrantes e que parte disso gerou mal-entendidos, afinal amor é uma ideia do ocidente cristão e talvez, pelo menos como se pensa, pode não estar presente do mesmo modo em outras culturas. Porém, com isso, de modo algum excluem-se outros processos pelos quais se concretizaram as mestiçagens.

#### **Capítulo 4 - Família escrava, família livre: uma dicotomia necessária?**

Neste quarto capítulo, tendo em vista os caminhos de mesclas de pessoas, de culturas e de sentimentos que ocorreram no seio familiar e que foram apresentados no capítulo anterior, cabe agora analisar a relação estabelecida entre os testadores e aqueles que, talvez, mais tinham acesso ao interior das casas, os escravos. Muitas vezes estes eram tratados como se fossem, ou talvez eram efetivamente, membros da família. Assim, este capítulo visa deixar claro que muitas vezes fica praticamente impossível estabelecer uma fronteira muito nítida entre a família livre e os escravos que estavam mais próximos. Claro que isso se deve, em parte, aos casos em que muitos desses escravos eram realmente parentes do testador, mas isso não quer dizer que todos os casos seguiam esta regra.

Outro aspecto que é ressaltado, antes de analisar as relações microscopicamente, é a

importância de se entender o significado desse *trânsito*<sup>123</sup> entre mundos tão diferentes. Nesse sentido, alguns historiadores<sup>124</sup> observaram a necessidade de se fazer uma reavaliação do estudo sobre a escravidão na América a partir do olhar africano. É importante entender as diversas culturas africanas e a migração de fragmentos destas para Minas. Assim, deve ser destacada a importância dos estudos sobre conexões atlânticas, inclusive as africanas, para o entendimento dos processos de formação do Brasil. Esse tipo de trabalho leva a perceber que a história colonial brasileira ultrapassa os seus próprios limites territoriais. Então, percebendo a necessidade de diminuir a distância entre as histórias da África, do Brasil, da Europa, e de outros continentes, é que será possível desvelar várias outras dimensões da formação do Brasil.

#### **4.1- A estrutura de posse dos senhores e o perfil sociocultural da escravaria.**

Para reavaliar melhor a história do Brasil e dos escravos, este trabalho apresenta uma análise da escravaria e das relações que se estabeleceram entre senhores e seus escravos. Afinal, muitos destes, quando não moravam nas mesmas casas, dividiam estes espaços com seus senhores a maior parte do tempo.

Para isso, é importante compreender a casa como espaço para a manutenção e/ou recriação de normas que pautavam os modos de fazer, de pensar e de sentir na Comarca do Rio das Velhas. Por isso, é importante ter em mente a migração de milhões de africanos para todas as Américas. Esses escravos chegaram à América com seus valores e com seus entendimentos sobre seu papel na sociedade. Certamente, esses *universos culturais* nem

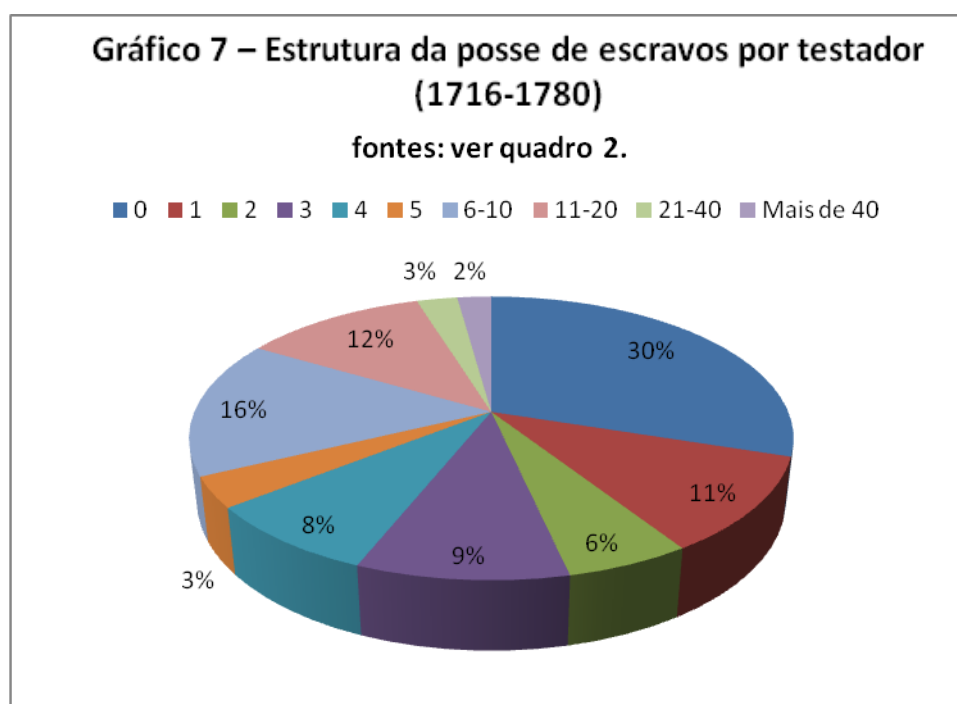
---

<sup>123</sup> Para mais informações sobre esse conceito, ver: PAIVA, Eduardo França, *Trânsito e mobilidade entre mundos: escravidão globalizada, comércio e práticas culturais*. In. FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica – Europa, Américas e Áfricas*. São Paul: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFGM, 2008. (Coleção Olhares).

<sup>124</sup> Cf. ALENCASTRO, Luis Felipe de. Op. Cit. 2000. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Por meio de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial*. Tempo, Rio de Janeiro, n12, pp.11-50.

sempre foram acessíveis ao poder senhorial<sup>125</sup>.

Nesse sentido, a descoberta do ouro e o afluxo de pessoas para Minas transformaram a região em autêntico crisol de experiências e de possibilidades. Nesse ambiente, forjaram realidades distintas, com dinâmica e dimensão desconhecidas, até então, não só para a América como também para várias outras partes do mundo. A contribuição de africanos de diversas origens, de brancos europeus e dos nativos da terra americana foi indispensável para forjar uma sociedade *sui generis*. Por esse viés, é importante pensar os cativos e os seus senhores de outra forma, ou seja, para além dos esquemas anacrônicos ou simplistas que classificam ou desclassificam, incluem ou excluem e polarizam esses agentes<sup>126</sup>. Portanto, aqui cabe identificar a estrutura de posse de escravos e a origem desses escravos para o período privilegiado por este estudo.



<sup>125</sup> SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. 2007. p. 147-8.

<sup>126</sup> Entre alguns historiadores que pensaram essas relações dessa forma equivocada, estão: GENOVESE, Eugene D. Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo: Global, 1983. GUIMARÃES, Carlos Magno. Op. Cit. 1989. p. 28-37; SOUZA, Laura de Mello e. Op. Cit. 2004.

Pode-se perceber, a partir gráfico 7, que, na Comarca do Rio das Velhas, predominaram os pequenos proprietários de escravos. Porém, o que são pequenos proprietários? Para esse estudo, um plantel pode ser considerado pequeno quando ele tem até cerca de 10 escravos, afinal essa parece ser a média de escravos por proprietário. Neste sentido 53% dos testadores têm até 10 escravos. Assim, para essa amostra com 230 testamentos, há 1452 escravos arrolado. Se se fizesse uma simples divisão desse número de escravos pelo número de testadores, encontrar-se-ia uma média aproximada de 6,31 escravos por testador. No entanto, essa não é exatamente uma média muito real. Como se observa no quadro 4, 69 testadores não mencionam seus escravos ou realmente não tinham escravos no momento da feitura do testamento ou ainda os venderam em razão da proximidade da morte. Nesse caso, numa simples divisão dos 1452 escravos pelos 161 testadores que tinham escravos no momento da feitura do testamento, encontra-se uma média de 9,01 escravos por testador. Esta sim é uma média mais compatível com a encontrada por outros historiadores<sup>127</sup> para esse período.

---

<sup>127</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In. LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 200. e PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.p. 123. Nesses textos, os autores encontram médias bem próximas das que encontrei trabalhando com a Comarca do Rio das Velhas. Tarcísio Rodrigues Botelho chega a uma média em 1725 para a Região de Catas Altas do Mato, dentro de 8,58 escravos por proprietário, e Eduardo França Paiva encontra uma média de 9,8 escravos por senhor, analisando também a Comarca do Rio das Velhas entre 1716 e 1784.

**Quadro 4 - Estrutura da posse de escravos por sexo e condição do testador (1716-1780)**

Estrutura de posse	Sexo/ Condição do testador						Tot. Parc.
	HL	HF	HNI	ML	MF	MNI	
0 <sup>128</sup>	55	2	2	5	4	1	69
1	16	4		1	2	2	25
2	11				2		13
3	14			2	5	1	22
4	10	1		3	4	1	19
5	5	1		1	1		8
<b>Total de 1-5</b>	<b>56</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>87</b>
6-10	22	2		1	10	1	36
11-20	24			2	1		27
21-40	5					1	6
Mais de 40	5						5
<b>Total de 6 ou mais</b>	<b>56</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>74</b>
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>230</b>

Fontes: ver quadro 2.

Porém, é claro, nem todos os grupos possuíam escravos da mesma forma (ver quadro 4). Talvez o primeiro dado que salta aos olhos é o grande número de escravos possuídos pelos homens, de maneira geral, bastante superior ao das mulheres, mas, quando se estabeleceu uma média simples, foi possível perceber uma diferença já significativa. Isso porque os homens ficam com cerca de 7,1 escravos e as mulheres com cerca de 4,4. No entanto, isso ainda é lançar um olhar muito apressado, pois, quando se refina a análise e cria-se uma média qualificada<sup>129</sup>, os 118 homens livres que tinham escravos ficam com cerca de 10,6, e as 41 mulheres que admitiram ter escravos ficam com cerca de 5,73. Refinando um pouco mais a análise, percebe-se que o número médio de escravos aumenta em todas as categorias, mas a de homens livres é a mais afetada. Já a segunda maior média qualificada fica no grupo das

<sup>128</sup> Pelo demonstrado, nem todos os testadores que não declaram escravos em seu testamento realmente não tinham escravos, pois alguns deles informam que seus bens estão registrados em outros documentos e que, por isso, não declararíamos todos nos testamentos. Além disso, alguns desses testadores declararam que não tinham escravos, mas que já tinham vendido todos os seus bens, normalmente ao cônjuge ou parente próximo. Portanto, essas observações enfatizam o caráter efêmero da vida do testador.

<sup>129</sup> Aqui uma média qualificada é estabelecida quando se desconsideram os testadores que não informaram qualquer escravo. Faz-se isso, pois o que nos interessa é a realidade íntima dos domicílios que tinham escravos. Além disso, entre os testadores que não informaram qualquer escravo, existem aqueles que tiveram escravos, mas, no momento da feitura do testamento, não os tinham mais e aqueles que em realidade os tinham em seu domicílio, mas não deram maiores informações por vários motivos.

mulheres livres. Porém, não deixa de ser surpreendente que, bem próximo dessa média “qualificada”, estão as posses de homens e de mulheres forras. De qualquer modo, apesar do número de escravos concentrar-se nas mãos dos homens livre, percebe-se que a média de escravos por senhor é bastante pequena.

**Quadro 5 - Total de escravos arrolados por condição de seus Senhores e as médias de posse (1716-1780)**

<b>Gênero/condição</b>	<b>HL</b>	<b>HF</b>	<b>HNI</b>	<b>ML</b>	<b>MF</b>	<b>MNI</b>
Total de testadores	<b>167</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>29</b>	<b>7</b>
Total de escravos	1187	30	0	55	127	53
média simples	7,1	3	0	3,67	4,38	7,57
média “qualificada”	10,6	3,75	0	5,5	5,08	8,83
Tots por gênero	1217			235		

Fontes: ver quadro 2.

Sendo assim, verifica-se que a realidade da propriedade escrava para a Comarca do Rio das Velhas se compunha de vários pequenos proprietários. Em parte, isso se deve a uma sociedade que se formava em uma grande malha urbana, com uma ampla camada média, marcada pela posse de escravos domésticos ou por prestadores de serviços típicos da urbe. Todavia isso, de modo algum, significa que a escravidão foi uma instituição exatamente democrática (ver quadro 4) ou que, em Minas do século XVIII, existia uma sociedade mais justa, que distribuía a sua riqueza por várias camadas da sociedade. Apesar de predominar entre os testadores os de pequenas posses, até 10 escravos, constata-se que a maior parte dos escravos estavam concentrados nas mãos de poucos senhores com médias e grandes posses (acima de 10 escravos).

No entanto, para compreender os sentidos embutidos nas relações estabelecidas entre senhores e escravos, é necessário ir além da média de escravos por senhor. Quando se faz isso, fica fácil entender por que se estabeleceram relações afetivas entre esses agentes. Como dito anteriormente, homens e mulheres oriundos de várias partes do Império Português, muitas vezes sem família e sem a segurança do lar, buscaram conforto afetivo nas pessoas que

estavam mais próximas, e essas eram muitas vezes os seus escravos e, é claro, os escravos, muitas vezes, retribuíram esses comportamentos. A proposta de interpretação se enquadra em um momento de transformação da família, em especial a que está sendo privilegiada nesse estudo, das camadas abastadas compostas, sobretudo por comerciantes, por profissionais ligados às artes liberais e por homens que viviam de seus vários negócios. Essa casa vai paulatinamente diminuir em número de filhos, como dito no capítulo anterior, e em número de escravos/criados. Com isso, enfatiza-se que é possível perceber que os testadores muitas vezes estabeleceram relacionamentos profundamente “afetivizados” com aqueles que estavam mais próximos; sendo eles livres, libertos, libertandos ou seus escravos, pois, como já foi apontado por Ariés para o contexto francês, isto está relacionado com a diminuição dos integrantes das casas ou das famílias burguesas<sup>130</sup>. Porém, diferentemente, neste contexto de multiplicidade cultural, as casas se transformaram também em espaços profícuos para amálgama de culturas por meio das vivências afetivas. Em outro sentido, também é possível observar esse mesmo movimento nas casas com maior número de escravos. No entanto, nesse ambiente parece que os escravos que acabaram por viver mais intensamente essas relações afetivas com seus senhores foram os escravos domésticos. É claro que, para a maioria dos escravos nessas casas, o senhor não passava de uma figura vista a distância. Pode-se perceber isso no testamento de Gracia Maria da Luz preta forra<sup>131</sup>, natural da costa da Mina, que informa: “foi escrava do mestre de Campo Sebastiam Pereira de Aguillar já defunto ao qual Sendo livre dey o presso de minha alforria” Por outro lado, quando se consulta o testamento de Sebastião Pereira de Aguillar<sup>132</sup> percebe-se que não existe qualquer registro de uma escrava Gracia Mina. Pelo que é possível perceber, alguns escravos, quando amealhavam algum pecúlio, faziam a proposta de sua autocompra e, em muitos casos, os senhores concediam a liberdade. Nesses planteis maiores, o tratamento dado ao processo de autocompra parece ser, em muitos

---

<sup>130</sup> Cf. ARIES, 1982, *Op. Cit* pg. 514.

<sup>131</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06, f. 91v-97v Testamento de Gracia Maria da Luz preta forra - 19/12/1738.

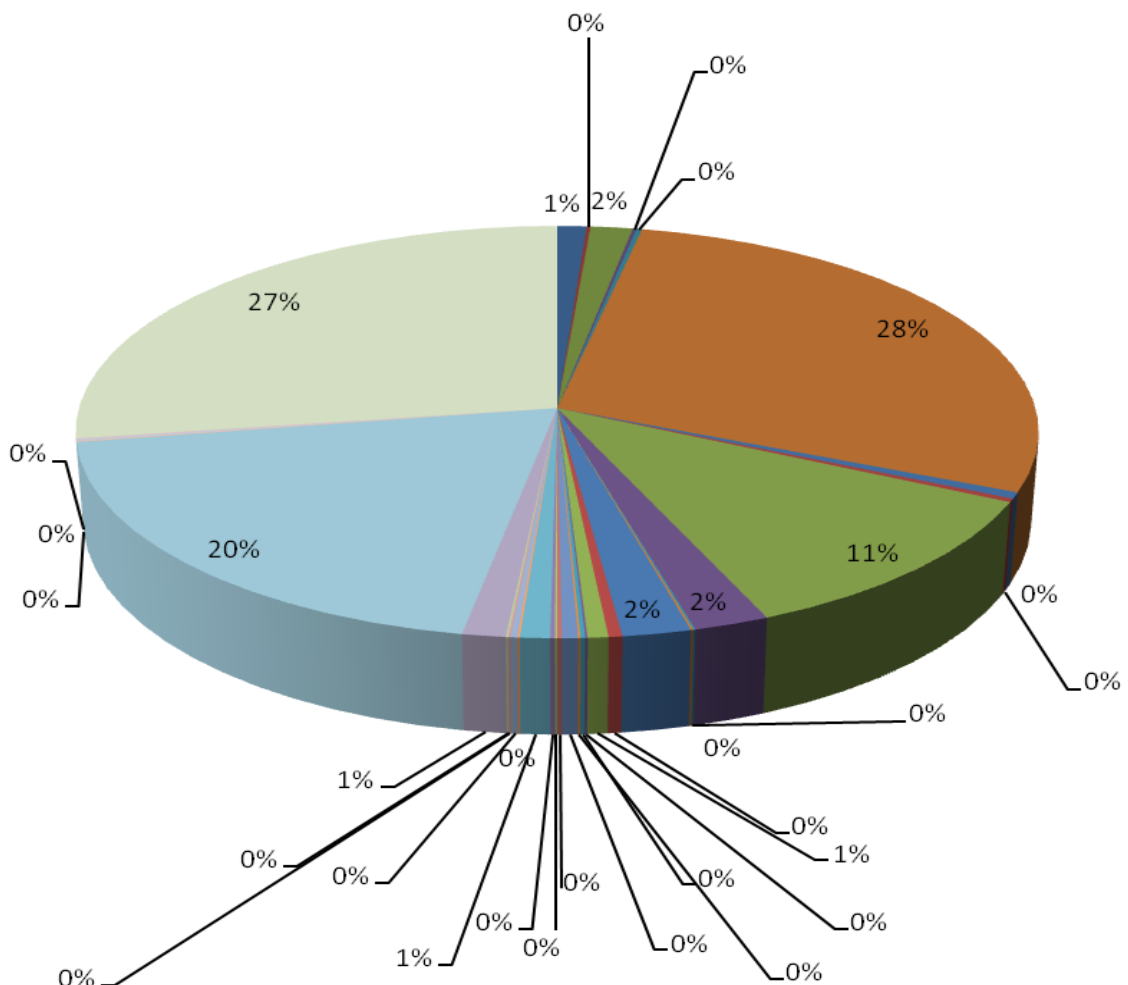
<sup>132</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) fl. 12v -32v Testamento de Sebastião Pereira de Aguillar, 26/10/1716.

casos, um tanto quanto pessoal ou estritamente comercial.

**Gráfico 8 – Origem dos escravos pertencente aos testadores arrolados (1716-1780)**

fontes: ver quadro 2.

- |                     |              |                  |                 |
|---------------------|--------------|------------------|-----------------|
| ■ Cabo Verde        | ■ Carabary   | ■ Coruano        | ■ Fon           |
| ■ Guiné             | ■ Mina       | ■ Nagô           | ■ Sabará/Sabaru |
| ■ Angola            | ■ Benguella  | ■ Cabinda        | ■ Caconda       |
| ■ Congo             | ■ Massangano | ■ Monjolos       | ■ Rebolo        |
| ■ São Tomé          | ■ Ganguela   | ■ Moçambique     | ■ Bagre         |
| ■ Calunda           | ■ Coravi     | ■ Cobu/Covu      | ■ Sudano        |
| ■ Lada              | ■ Canarim    | ■ Bangu          | ■ Africano NI   |
| ■ Brasil            | ■ Mameluco   | ■ Gento da Terra | ■ Mestiço       |
| ■ Não Identificados |              |                  |                 |



Avançando na análise e reforçando a ideia de ímã, cabe observar a origem da escravidão possuída por estes testadores (Gráfico 8), para entender essas relações a partir do prisma africano e tentar compreender como deve ter ocorrido a mescla de culturas nessas terras. No gráfico 8, percebe-se que a maior parte dos escravos identificada tinha origem em África, isso sem considerar os quase 400 escravos que não tiveram sua origem precisada nos testamentos e que, entre os quais, provavelmente haveria muitos escravos africanos. Além disso, percebe-se que os dois principais grupos de escravos identificados (576 indivíduos) vêm da Costa de Mina e Angola<sup>133</sup>. Obviamente, isso se deve à dinâmica dada pelo tráfico que acabou por desvalorizar a reprodução natural dos escravos e privilegiar os escravos trazidos dessas duas regiões para o período em tela.

Como ocorreram as mesclas ou as permanências dessas culturas ou desses fragmentos de culturas em Minas durante esse período? Para responder essa questão, é necessário apresentar um trecho bastante significativo do testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima, crioula forra<sup>134</sup>:

---

<sup>133</sup> Sabe-se que essas informações dizem muito pouco sobre o universo cultural mais específico dos africanos que aqui chegaram, mas por hora isso é o suficiente para entender as construções gerais, especialmente sobre a organização familiar. Para uma pequena dose sobre o debate sobre as nações africanas no Brasil e América e como elas interagiram, vale consultar: MAMIGONIAN, Beatriz. África no Brasileira: mapa de uma área em expansão. Topoi, n. 9, v. 5, p. 33-53, 2004. MATORY, Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismos. Mana. 1999, v.5, n. 1, pp. 57-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/vn1a03.pdf> www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/vn1a03.pdf SILVEIRA, Renato. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. Afro-Ásia, n. 38, p. 245-301, 2008. PARÉS, N. Entre duas costas: nações, etnias, portos e tráfico. In: A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. GURAN, Milton. Os brasileiro do Benim. In: Agudás, os brasileiro do Benim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 1-167. Agora sobre os grupos e como eles interagiram caber olhar: THORNTON, John. Grupos Culturais africanos no mundo Atlântico. In: *A África e os africanos no Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. p. 253-311. VANHEE, Hein. Central African popular christianity and the making of the haitian voodoo religion. In.: HEYWOOD, Linda M. Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora Cambridge: Cambridge University Press. 2002. SWEET, James. Os Recriar África: cultura, parentesco, e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007, p. 29-48, 225-271, 273-78, 309. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. Tempo, Rio de Janeiro, n12, pp.11-50. Outra posição sobre este debate pode ser encontrada em SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. SLENES, Robert, *Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>134</sup> Esse testamento, em especial esse trecho, já foi exaustivamente trabalhado por Eduardo França Paiva em trabalhos anteriores. Ver por exemplo PAIVA, Eduardo França, Op. Cit. 2001. p. 219-23.

Item Declaro que os bens que pössuo sam os seguintes a Saber dois cordoens de ouro que todos pezam cento e huma oytava de ouro hum se acha empenhado na mão de Thereza de Jezus Molher de Antonio Alves por vinte oytavas de ouro e tres na mão de Joze Ferreira Brazaõ donde se achaõ Dous Cordons emmendados que fazem hum em corenta oytavas de ouro, e na verdade for e hum cordão com huma Águia, hum pente, hua estrella, hua argolla solta, e hum coração tudo de ouro esta empenhado na mão do dito Joze Ferreira Brazaõ. Item possuo mais hum cordão de ouro com o peso que se acha e hum feitio de hum menino Jezus de ouro que peza cinco sytavas de ouro, possuo huas argolinhas de ouro que pezam coatro oytavas huma senhora ou feitio de nossa senhora da conceição que peza tres oytavas e meya de ouro huns brincos de aljôfar e huns butoens de ouro, com o pezo que se achar huás argolinha de ouro, pequenoz com o pezo que se achar, huá bolla de âmbar e hua bolta[sic “volta”] de corais em grazados em ouro hum coral gran de em emcastoado em ouro com huá figa dependuarada<sup>135</sup>

Esta personagem lista uma série de cordões com uma águia, um coração em ouro, um menino Jesus, uma Nossa Senhora da Conceição, uns brincos de aljôfar, uma bola de âmbar, uma volta de corais e um coral grande e uma figa. Que significado pode ter esses itens para essa ex-escrava? Crê-se que muitos, porém, todos passando pela sua bagagem cultural : “filha Legitima de Antonio Benguella e de sua molher Maria Gomes do gentio Mina”<sup>136</sup>. Para compreender melhor os processos de mesclas culturais, cabe citar Paiva (2001) ao discutir o mesmo testamento:

Mas o conjunto de pequenos bens materiais listado pela testadora é o que chama a atenção. Tratava-se, em boa medida, dos componentes de uma penca de balangandãs que encontravam-se espalhados, empenhados na mão de algumas pessoas próximas de Bárbara. Entretanto, em momento algum houve referência ao objeto original. Comuns entre as negras escravas e forras na Bahia, essas penca de pequenos amuletos eram muito menos usadas nas Minas, e pode estar aí um dos motivos que obrigaram Bárbara a fragmentar a que possuía. De toda forma é claro o desejo de fazer com que todos os berloques reintegrassem a penca após a sua morte[...] (PAIVA, 2001, p.220)

Anteriormente em seu texto, Paiva expressa de modo convincente sobre os significados de pequenos bens como esses:

Ornamentos corporais femininos, tecidos coloridos e diferentes tipos de penteados são legítimos objetos historiográficos, e uma maior atenção dispensada a eles ajuda-

<sup>135</sup> IBRAM/MO/CBG CPO-LT 06(02) Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima 12/07/1735.

<sup>136</sup> IBRAM/MO/CBG CPO-LT 06(02) Testamento de Francisco de Araújo Castro 07/08/1745.

nos a melhor compreender o passado e o presente. Sabia disso o argucioso protestante Thomas Ewbank, viajante norte-americano que visitou o Rio de Janeiro no século XIX. Quando anotou suas observações sobre as jóias—amuletos usados pelas mulheres na capital do Império, não hesitou em pronunciar: “Pode haver uma sugestão filosófica no brinco.” Ele tinha razão. E estava certo, também, quando afirmava sobre os amuletos em questão: “O melhor trabalho dessa espécie vem da Bahia.”[...]A Bahia, sobretudo Salvador, assim como Pernambuco, havia transformado-se em importantes centros receptores de heranças e práticas culturais africanas, que chegavam com milhares e milhares de escravos traficados de um lado para o outro do Atlântico. Centros receptores, mas também produtores e exportadores de cultura, uma vez que dali os cativos eram transferidos para várias regiões da Colônia. Durante o século XVIII boa parcela desse tráfico interno foi direcionada para a região das Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com as maiores populações escrava e liberta da Colônia. [...] A mobilidade física e cultural constituiu-se, a partir daí, em característica basilar dessa sociedade. O encontro de tradições culturais muito diferentes ocorreu intensamente e assumiu dimensões extraordinárias. A população mestiça era grande, e o hibridismo cultural atingiu todos os grupos sociais, embora a impermeabilidade de certos costumes também se fizesse presente, ainda que camuflada. Enfim, formara-se nas Minas setecentista um quadro social propício à efervescência cultural, à formação de pecúlio pelos escravos, à compra da alforria e até mesmo a ascensão econômica de forros e forras mais perspicazes e com mais sorte. E essa situação existiu desde as primeiras décadas de ocupação. (PAIVA, 2001, p.218-219)

Com isso, fica cada vez mais evidente o processo de mestiçagem desencadeado nestas Minas. O significado de um Menino Jesus ou Nossa Senhora da Conceição não pode ser o mesmo, por exemplo, para uma pessoa que só tem estes e outra pessoa que tem uma bola de âmbar, talvez datada de um tempo anterior à chegada de seus pais em terras americanas. A intenção com esse exemplo é compreender como objetos ou ações poderiam ter significados diferentes para pessoas diferentes. Nesse sentido, esses penduricalhos aqui se mesclaram com outras crenças (con)formando, assim, um *universo culturalmente* mestiço.<sup>137</sup>

Exemplo tão surpreendente quanto o de Bárbara está no testamento de Gracia Maria da Luz, preta forra<sup>138</sup>, transcrito abaixo: “[ã] Irmandades deicho de esmolla a Irmandade de nossa Senhora do roزاری dos Brancos.... nossa Senhora do Rozario dos pretos vinte oytavas de ouro Irmandades - minha Irmandade de nossa Senhora do Rozario dos pretos de que sou irman e filha”. Por que será que uma escrava deixaria esmola para Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos e dos Pretos? Isso ocorre porque escravos incorporaram

---

<sup>137</sup> Para uma análise mais pormenorizada das ressignificações e conformações culturais estabelecidas pelos habitantes dessas Minas, ver: PAIVA, Eduardo F. *Op. Cit.* 2001, p. 219-231.

<sup>138</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 02(06) Testamento de Gracia Maria da Luz preta forra 19/12/1738.

valores brancos e, em certo sentido, o inverso ocorreu com os brancos que aqui se estabeleceram. Claro que essa apropriação muitas vezes ocorreu inconscientemente. Na verdade, ambos os agentes modificaram suas ações, suas práticas, seus valores sem o terem percebido.

Agora, atentando mais sobre as relações entre senhores e escravos, vale citar um trecho do testamento de Francisco de Araújo Castro, trecho que muito provavelmente lançará luz sobre outras tantas questões acerca desse processo de mestiçagem:

declaro que deixo a minha liberta Felipa mulata este cítio e caza e movis della roupa que[?] terá a serventia da caza com o bancos e bofete e todos os mais traste que nella ouver e o citio que foy de Domingo da Silva de Andrade... Declaro que deixo a Narcizo Feraz de Aguiar meo liberto hum negro por nome Manoel Nação mina e o sem mais hum negro João Sabarú[?] como comdição de serem sua casa sua[sic] irmans Líbertas Siprianna Silvana Eterna... Declaro que deixo ao mesmo meu liberto Narcizo sincoenta oitavas de ouro que lhe dera meo testamenteiro depois desse acomodar sua irmã Felipa... Declaro que deixo ao mesmo liberto todos os vestidos de meu uso e se na caza como da Rua... Declaro que pello [todos] estas minhas crias filhos da minha escrava que foy por nome Antonia já defunta que são os segundos Felipa mulata Izabel mulata Cipriana preta Silvana preta Elena preta a todas tenho passa carta de alforria e por esta minhá verba lhes trago denovo e pesso as justisa de sua magestade lhe fassam comprir e guardar...<sup>139</sup>

Essa passagem possibilita uma leitura sobre os processos de junção de cultura, que podem, à primeira vista, passar despercebidos. Os encontros culturais não precisam passar, necessariamente, pelos intercursos sexuais, que muitas vezes já são produtos das mesclas de Cultura . Isso ocorre, pois a valorização de alguns aspectos da cultura do outro a partir de seu próprio olhar pode indicar a mestiçagem cultural entre europeus e africanos, entre muitos outros universos culturais presentes nessa região e, conseqüentemente, nas casas. Será que, mais que somente uma necessidade ou uma obrigação de uma das partes, não será esse processo uma apreensão de culturas, mesmo que inconscientemente, por ambos os envolvidos? Será que isso seria uma família mestiça? Acredita-se que sim, porém em outros termos, como mais à frente é possível perceber:

---

<sup>139</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 06(12) Testamento de Francisco de Araújo Castro – 07/08/1745.

Declaro que esta propriedade que deixo a minha liberta Felipa a hey por emposada delles pella achar com capacidade capas de se poder reger Governar sua irmam Izabel sem que nem hum juízo se possa intermeter[?] que por esta verba ahy prem poso digo a hey por [ilegível] emmancipada[sic].. Declaro que o que restar doz meos bens pagas as minhas dividas com Pedor[?] meos legados o deizo por esmola as minhas ditas libertas Felipa e Izabel em igual parte cuja deixa lhe entregara meo testamenteiro despois de cazados sendo a fa [ilegível] que não sendo assim será tudo pêra a minha herdeyra dispostos os arbítrio de meo testamenteiro.<sup>140</sup>

A autonomia feminina tão característica dessas mulheres pode ter contribuído para o crescimento dos homens que as cercavam, pois muitas vezes estes, precisavam de mulheres independentes que pudessem tocar com os negócios em sua ausência. Neste sentido estas mulheres, devido a sua autonomia, ocuparam lacunas existentes dentro do contexto de colonização do sertão da América portuguesa.

E, para finalizar a análise desse testamento, cabe registrar que Luiz Francisco de Araújo Castro<sup>141</sup> registrou em seu testamento, como seu testamenteiro em primeiro lugar, Narcizo Ferraz de Aguiar, seu liberto, além de lhe legar diversos bens, como dito anteriormente. Sem sombra de dúvida, a alforria era a etapa mais importante na trajetória dos escravos. No entanto, essa alforria não necessariamente significava ruptura definitiva com os proprietários, como demonstra o caso de Luis e Narcizo, pois a manutenção de laços seria vantajosa para os ex-escravos, é claro, mas também para o seu senhor.

Pode-se achar que isso seria um caso isolado e que muito provavelmente mascarava um pai que não teve coragem de reconhecer seu filho. No entanto, tal fato justificaria beneficiar todas as irmãs de Narciso que certamente não eram filhas desse senhor, pois tinham qualidades diferentes? Além disso, esse não é o único caso de ex-escravos que assumiram a testamentaria de seus ex-senhores. Um exemplo disso está no testamento de Roza de São

---

<sup>140</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 06(12) Testamento de Francisco de Araújo Castro – 07/08/1745.

<sup>141</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 06(12) Testamento de Luiz Francisco de Araújo Castro – 07/08/1745.

Payo<sup>142</sup>, natural da cidade do Rio de Janeiro, o qual diz o seguinte:

Declaro que nunca digo / que nunca fui cazada nem tenho herdeiros al/guns forçados e porque o dito Raymundo Ribeyro de São/Payo meus primeiro testamenteiro foi nascido de / huma escrava minha por nome Jozefa Cruz / com muito amor mandando ovende[aprender] officio / de valeiro na mayoridade lhe dei liberdade e / passei Carta de Alforria e com bem e licito meio / se acha cazado com [Marcella Alves ...// [...]] de ferro cazado me tem sempre tido obediência / e amizade afectuozza mayormente nesta minha enfermi/dade reconhecendo sempre o beneficio que lhe fiz. Declaro que / o mesmo Raymundo Ribeyro de São Payo o instituo por meu / universal Erdeyro digo por meu Erdeyro Universal e testa/menteyro por não ter Erdeiros assidentes nem descendentes / e de cujo amor e afecto espero e confio que ordennará o meu / testamenteiro e mandará fazer os sufrágios pella minha / Alma que espero, e porque o mesmo Raymundo Ribeyro de / SãoPayo tinha comunicado os particulares cons/ciência e outras dispozições que novamente lhe declaro em huma Carta, que achada que seja por minha morte delle / abrirá e mais ninguém por esse motivo não faço despoziçoens / alguma por não querer que os meus particulares segredos / passem a outras pessoas, e por este motivo torno a declarar por / meu testamenteiro Univerçal Erdeiro.

Com isso, o que se almeja demonstrar é o fato de as relações entre senhores e escravos serem por vezes conturbadas, é verdade, mas nunca deixarem de existir espaços para a constituição de relações afetivas solidamente estabelecidas. E isso não vale somente para as relações entre os senhores e suas eventuais concubinas, mas também entre outros escravos de seu plantel.

Claro que essas relações de confiança davam segurança aos senhores ao permitirem que alguns de seus escravos tivessem relativa autonomia e, de certa forma, espaços, e isso pode ser observado claramente nos testamentos a seguir. Em seu testamento, Domingos Gomes da Silva<sup>143</sup> declara que tem “mais hum Rancho de Capim em que vivo a quatro; cenzallas em que morão os meus negros complanttas da megona [mamona] partte e do outro do rio de Banaeiras e de feijão e milho e Manduim [amendoim] pertencem aos meus escravos”. Outro exemplo dessa relação de proximidade está no testamento de Francisco Marques Azevedo<sup>144</sup>, no qual declara “que pessuo huá vacamanssa[?] que ficou em caza em

---

<sup>142</sup> APM/CMS-200. Img.71<sup>a</sup>-73 Testamento de Roza de SãoPayo 23/01/1766. Para outra abordagem desse personagem ver PAIVA, Eduardo França. op. Cit. 2001.p. 77; PAIVA, Eduardo França.Op. Cit. 2009. p. 79.

<sup>143</sup> IBRAM/MO/CBG LT(CPO) 01(1) Testamento de Domingos de Oliveira Crus , 1716.

<sup>144</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 06(12) Testamento de Francisco de Araújo Castro – 07/08/1745.

parte dos meus escravos”. Por último, e o mais surpreendente exemplo, está no testamento de Sebastião Pereira de Aguillar<sup>145</sup>:

Declaro mais que em o monte de meus escravos se acha dous que não contei atrás, a saber pedro Congo e Miguel Machado os quais pertensem a hum e hum escravo que for de caza crioulo e de digo Crioulo e depois forro por nome Antonio, que sendo vívio se lhe entregarão os tais escravos e sendo mortto passarão a seus herrdeiros com trezentas e secenta e quatro oitavas de ouro que na conciencia lhe devo satisfazer pellos servissos dos dittos escravos digo ditos seus negros;/

Mais adiante ele informa sobre outras de suas medidas com relação a seus escravos:

Declaro que digo divo nestas minas a Antonio Fernandes Ribeirão duzentas oitavas de ouro prosedidas de mantimentos com que adestio aos meus escravos no serro frio;[...]Declaro que Domingos Pereira[...] lhe fassa doação esmola do negro Matheus por me ter servido em algumas[?] couzas de minhas utelidade; elle darão das minha armas huma aquelle digo, a que o ditto Domingos Pereira quizer escolher Declaro que tão bem a Jozephe Pereira lhe darão huma das minhas armas de escolha do ditto[...]Declaro que entre os escravos que tenho, possuo hum por nome Andre trombetteiro, aos qual dei licença pêra adquirir seus bens possuillos e admenistrallos em quanto eu estivesse nas minas, e deixando as lhe prometeria a motado dos bens que tivessem para viver com sua molhe com quem he cazada sendo minha a outra a metade dos dittos bens assim mais entre os dittos meus escravos Meus escravos tenho outros que são Custódio e Antonio Mina aos quais tão bem prometi que adqui[?] rissem os bens que possuem na mêsmo forma e com a mesma condissão com que dei licença ao André Trombetta asima nomeado, comtenção e anime de cazar ao que não fosse cazado, pormetinho lhe a metade dos bens por viverem neste estando e atendendo ao grande numero das minhas devidas, e o com he cento e que os ditos escravos tem adquirido pêra cedo e totalmente do que deixarão de me dar desternais, e ouro que me tiraram das minas lavras, ordeno a meus testamenteiros que nesta me teria obrem assim segurde a minha tenção e vontade que tenho declarado, eu como melhor for justiça pra desencargo de minha consciência[...]Declaro que tenho um escravo por nome Pedro que comprei com obrigação de o forrar dando me o ouro de seu vallor e pêra o ajustar devo semente vinte e sinco oitavas por que o mais o tenho recebido do lhe[?] e assim pesso aos meus testamenteiro que em dando o ditto negro as vinte e sinco oitavas que desta para se compar lhe dassem a sua carta de alforria e declaro aos dittos meus testamenteiro que este negro esta nomiado no nuado[?] dos que decalro no meu testamento/[...]Declaro que comprei huá negra por nome Luiza a Antonio Alures da Crus a qual inda não tenho pago a sevin do da ou se entregará a seu dono que donde me fazer mercê de aseitar

Exemplos como esses três citados anulam qualquer tipo de interpretação reificante daquela sociedade que ainda possa ter restado, apesar desses últimos quase 30 anos de revisão historiográfica sobre o período colonial brasileiro e sobre a escravidão. É obvio que sempre

---

<sup>145</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) Testamento de Sebastião Pereira de Aguillar, 26/10/1716.

existiram espaços de negociação entre senhores e escravos. E mais do que essa obviedade, defende-se também que existiram espaços de construção de afetividades verdadeiramente estabelecidas. Senhores e escravos e todas as outras possibilidades de existência entre diferentes presentes nessa sociedade; senhores de escravos negros e escravos que compraram escravos; escravos que têm a sua casa e guardam os animais dos seus senhores; os escravos senhores de suas roças; os africanos e seus descendentes que mantiveram boas relações com brancos ricos e pobres negros que legaram dinheiro a irmandades de brancos e negros; entre outros inúmeros casos que possam ter existido mantiveram relações muitas vezes ruins, é claro, mas também mantiveram relações de cuidado e carinho. Afinal, para obterem esses privilégios tiveram de construir boas relações com seus senhores, e os senhores tiveram de reconhecer esses bons trabalhos, caso entendessem que seus escravos estavam no bom caminho.

#### **4.2 - Das relações afetivas nas Alforrias**

A prática das alforrias parece ter acompanhado todas as sociedades em que algum momento se utilizaram da mão de obra cativa. O momento de alforriar um escravo possibilita entrever as relações que foram construídas entre senhores e seus cativos. Ao longo dessa seção, analisa-se alguns dados referentes às práticas de libertação dos cativos para a região no período em tela. No entanto, antes de tudo, deve-se frisar que a visão que este trabalho confere às alforrias é bastante limitada. Isso ocorre porque a amostra aqui trabalhada é, provavelmente, representativa apenas dos testadores que eram pequenos proprietários. Haja vista os poucos grandes proprietários que necessariamente possuíam o maior número de escravos, presentes nesta amostra. Além disso, é interessante notar que essas alforrias só mostram aqueles escravos que foram alforriados no ato da feitura do testamento e não todos os escravos que foram alforriados ao longo da vida do testador, ainda que seja possível

aventar, a partir de uma leitura mais atenta dos testamentos, as condições nas quais alguns desses escravos foram alforriados.

**Quadro 6 - Escravos libertados, por condição social dos testadores (1716-1780)**

	Total de testadores	Total de escravos possuídos	Total de testadores que alforriaram	Porcentagem de testadores que alforriaram	Total de Escravos possuídos pelos testadores que alforriaram	Total de Liberdades	Porcentagem geral de escravos libertados	Porcentagem qualificada de escravos libertados
<b>HL</b>	<b>167</b>	1187	30	17,96%	372	66	<b>5,56%</b>	<b>17,74%</b>
<b>HF</b>	<b>10</b>	30	4	40%	24	20	<b>66,66%</b>	<b>83,33%</b>
<b>HNI</b>	<b>2</b>	0	0	0%	0	0	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>ML</b>	<b>15</b>	55	3	20%	24	10	<b>18,18%</b>	<b>41,66%</b>
<b>MF</b>	<b>29</b>	127	16	55,17%	92	43	<b>33,85%</b>	<b>46,73%</b>
<b>MNI</b>	<b>7</b>	53	1	14,28%	1	1	<b>1,88%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Totais</b>	<b>230</b>	<b>1452</b>	<b>54</b>	<b>24,56%</b>	<b>513</b>	<b>140</b>	<b>9,64%</b>	<b>27,29%</b>

Fontes: ver quadro 2.

A partir da leitura do quadro 6, nota-se que 54 indivíduos, ou praticamente  $\frac{1}{4}$  dos 230 testadores, registraram algum tipo de liberdade a seus escravos em suas últimas vontades. Porém, isso é uma leitura que não leva em conta os 69 testadores que não registraram escravos em seus testamentos. Então, na verdade, 54 testadores entre 161 proprietários de escravos, ou seja, cerca  $\frac{1}{3}$  dos senhores de escravos alforriaram seus cativos em seus testamentos. Isso indica uma prática muito comum especialmente se for levado em conta que essa é apenas uma dentre as várias formas de se alforriar escravos. No entanto, o que parece ter sido comum entre os senhores atingiu apenas 140 escravos dos 1452 cativos declarados nos Testamentos. Do mesmo modo, isso é uma leitura equivocada quando se busca compreender as relações pessoais das quais as alforrias emerge, pois, para compreender o sentido das libertações, é preciso analisá-las a partir do contexto mais micro. Portanto, é importante compreender que esses 140 estavam, na verdade, no universo de 513 cativos possuídos pelos testadores que alforriaram. Assim, pouco mais de  $\frac{1}{4}$  dos escravos foram beneficiados com a liberdade.

Tendo em mente estas proporções, é importante também analisar o valor pago pelas alforrias. Percebe-se, então, a partir de Antonil<sup>146</sup> e dos dados retirados dos testamentos, que os preços dos escravos haviam se estabilizado em algum momento do primeiro quartel do século XVIII em Minas. Assim, para o período, o preço médio da alforria está em cerca 90 oitavas de ouro ou cerca de 135\$000 réis<sup>147</sup>. Para essa média, o preço mínimo era de 12 oitavas ou 18\$000 réis por uma negra Nagô, mãe de uma escrava muito querida pela testadora livre; e, como preço máximo, 266 oitavas ou 399\$000 réis, por um negro Angola, escravo de uma testadora livre, natural da Paraíba do Norte. Em qualquer dos casos, os preços encontrados são muito inferiores aos apontados por Antonil<sup>148</sup> por volta do ano de 1703. Para isso, existem várias explicações, obviamente não excludentes, e sim muito mais complementares. A primeira delas se deve à construção de uma estrutura mínima para estabilização da sociedade e de sua economia nesse período. Perceber-se nesse momento uma estabilização no fornecimento de escravos, em especial, pelo caminho da Bahia e, com isso, a diminuição dos preços pelo aumento da oferta do produto. Isso dificilmente teria ocorrido devido a uma diminuição da demanda, haja vista a informações populacionais que discutiu-se no capítulo 1. Assim ocorre, em parte, pelo aumento da população e dos escravos como apresentado no capítulo 1. Uma segunda explicação está relacionada ao contexto de concessão dessa alforria: proximidade da morte e piedade do testador, motivo pelo qual as alforrias teriam valores mais baixos. Pode-se considerar também que a diminuição do preço da alforria nas últimas vontades pode estar relacionado à uma forma de garantir o pagamento da mesma. E, por fim, a pequena amostra com a qual este trabalho lida, pois, nas 140 alforrias registradas, foi possível identificar o valor de apenas 73 escravos, isto é, esta é uma amostra

---

<sup>146</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Texto proveniente de: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>.

<sup>147</sup> Segundo PAIVA, Eduardo França, *Op. Cit.* 2009. p. 213. Para chegar a essa média em réis, multiplicou-se o valor em oitavas de ouro pela cotação em réis na data da feitura do testamento.

<sup>148</sup> Cf. ANTONIL, Andre João, *Op. Citi* 1982. **Texto proveniente de:** A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> p. 80.

muito pequena dada a realidade das alforrias em Minas Gerais.

Agora, voltando às alforrias registradas nos testamentos, deve-se deixar claro que foram vários os valores ilegíveis ou não declarados, mas também é grande o número de alforrias gratuitas ou condicionais registradas nos testamentos. Além disso, muitos dos valores das alforrias foram registrados para mais de um escravo. Caso típico dessa situação é quando o testador estabelece um valor para alforria de uma sua escrava e de seus respectivos filhos. Então, a partir dessas considerações e da leitura das fontes, identifica-se que os preços médios pagos pelas alforrias registradas para o período giram entre 64 oitavas de ouro e 128 oitavas de ouro ou 96\$000 e 192\$000, ou também, como era muito comum para época, ½ libra de ouro e 1 libra de ouro.

A partir do estabelecimento do preço médio ou de mercado pago pelo escravo por sua autocompra, talvez o mais interessante é compreender como as alforrias gratuitas ou condicionais sem valor monetário, ou mesmo manumissões pagas com valores simbólicos, revelam o afeto e a gratidão devida aos escravos por parte de seus senhores. Isso é especialmente significativo quando se percebe que, dos 140 escravos alforriados, apenas 73 pagaram algum valor pela sua autocompra. Muitos dos demais, excetuando aqueles casos em que não foi possível identificar o valor cobrado, obtiveram sua alforria porque, em geral, fizeram jus às representações que seus senhores faziam deles. Claro que muitas vezes essas ações são, em parte, estratégias pragmáticas, mas nem sempre, pois muitas vezes não havia um ganho social real com tal prática, pois a alforria não significava ruptura dos laços. Ou seja, é relativamente comum os libertos continuarem presentes nos testamentos ou mesmo manterem vínculos com seus senhores. Além disso, claro que muitas dessas alforrias ou manifestações de afeto com alguns escravos poderia indicar uma filiação não admitida ou mesmo uma família realmente estabelecida, mas que não poderia aparecer para não cair nas garras das visitas ou gerar uma situação bastante desconfortável com os demais parentes.

No entanto, mesmo essa dificuldade de estabelecer uma fronteira entre o que é uma família ou apenas uma relação entre senhor e escravo demonstra que essa diferença não fazia muito sentido para aquela sociedade.

Um exemplo desse tipo de relação está no testamento de João Tavares da Rocha<sup>149</sup>, natural de Vila do Chão, quando informa que

uma molatinha ditto por nome Hortencia pella criar e pello amor de Deos a deicho forra livre izenta de toda a servidão e a tomo na minha terça semdo nesessario e lhe deicho cem oitavas de ouro de esmolla as quais separão [ilegível] athe o tempo que lhe for capaz de as receber e cazo que faleça antes deste tempo lhe não deicho couza alguma e do Rendimento das dittas cem oitavas se hera a limenten do em quanto for menor arecomedo muito a meus Testamenteiros a facão muito pella cazar//

Outro exemplo, mas que nem sempre pode indicar uma filiação direta, porém sim um parentesco ritual, ao menos, está no testamento de João Barboza de Araújo<sup>150</sup>, natural da Vila dos Arcos de Valdevez, e informa “que tenho huma afillhada por nome Maria mullatinha filha de huma escrava de meu Irmão Balthazar por nome Luiza procedendo a ditta mullatinha haven[??] mente lhe deicho para ajuda do seu dotte cem oittavas de ouro que meus testamenteiros lhe darão na forma asima ditta”.

Outro exemplo de alforria está no testamento de João da Silva Geres<sup>151</sup>, natural do termo de Monte Alegre, no qual informa que tem três escravos, a saber: Anttonio masangano, Miguello Angola e o crioulo Anttonio. Porém, este último o deixaria forro “pello amor que tenho de criação”

Outro exemplo entre tantos está no de Balthazar Marques de Oliveira<sup>152</sup>, natural do Bispado do Porto, em que ele pede a seu sobrinho Pedro Marques Ribeiro para ser seu testamenteiro “pello amor que sempre lhe tiver”. Mas, diante desse tipo de relação, o que falar disto expresso pelo testador em relação a sua escrava:

<sup>149</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 189-195 Testamento de João Tavares da Rocha 03/06/1722.

<sup>150</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 166-172 Testamento de João Barboza de Araújo 03/03/1721.

<sup>151</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 77v-82. Testamento de João da Silva Geres, 11/Abr./1720.

<sup>152</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 230v.-235 Testamento de Balthazar Marques de Oliveira 06/08/1722.

Declaro que a minha escrava Maria pello bem que me tem servido quero que depois da minha morte fique forra e livra, e por ter adquerido com a sua agência as duas negras Luzia e Joanna lhe hei por bem dar para que seja propriamente suas pois demito de mim todo o poder e domínio que nellas possa ter cõn tanto que este se intenda depois de minha morte//

Este é um exemplo da confiança estabelecida entre senhor e escrava que pode ter surgido a partir de ações que ambos fizeram uns aos outros.

Outro exemplo está no testamento Monica Moreira<sup>153</sup>, pode-se citar a seguinte alforria: “Declaro que a minha crioulinha por nome Ignacia filha da dita minha escrava Leonor a deixo forra e livre de toda a escravidão e meos testamenteiros lhe passarão Carta de Alforria”. Nesse testamento, pode-se argumentar que ambas, testadora e escrava, têm algo em comum, elas têm um passado como escravas, mas não deixa de ser surpreendente, ainda que a prática integrativa fosse algo comum em África, que uma ex-escrava dê a alforria gratuita para uma cria da casa. Então, se esse exemplo pode ser entendido como uma relação entre iguais, afinal ambas têm um passado como escravas, o que dizer do que está registrado no testamento de Maria da Encarnação<sup>154</sup>, mulher nascida nas Canárias, que parece ter um ótimo relacionamento com sua escrava Jozepha e com o filho desta, Valentim, como deixa registrado em seu testamento:

huma escrava de nome Jozepha mina a qual de idade e declaro que pro mim he forra dando ella huma livra de ouro fique forra livre e izenta de toda a escravidam e cativoiro e seo filho Valentim[?] e declaro por forro[?] no batismo, e tem sua carta nas notas de villa nova da Rainha

Neste exemplo percebemos que Maria da encarnação parece estar cobrando uma valor abaixo do preço de mercado para a alforria de dois escravos, mãe e filho.

---

<sup>153</sup> APM/CMS- 190, f. 134v-136v Testamento de Monica Moreira (preta forra), 08/11/1743.

<sup>154</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 02(6) f. 26-29v Testamento de Maria da Encarnação, 11/02/1737.

Caso um pouco diferente parece ser o de João de Sarges de Alvoquereque<sup>155</sup>, natural da cidade do Pará; em seu testamento ele informa que

posso assim mais hua crioulla por nome Mariana a qual deixo cortada em cem ojtavas de ouro que dando a dita quantia se lhe passará sua carta de alforria por ser esta minha comadre Declaro assim mais que em meu puder assistio huma molatinha pro nome Micahella filha da dita Mariana a qual he forra por carta que lhe pasej e faço esta declaração para que meos testa menteiros dem comprimento item deixo todas os meus trates[sic] que em minha caza se acharem que se dem a dita minha afilhada micahella por esmolla que lhe faço pro a ter criado

Neste testamento podemos observar que a alforria parece ter surgido de um parentesco ritual e de uma relação afetiva bem estabelecida entre João e sua afilhada Micaela, pois caso contrário ela não receberia, além da alforria, os utensílios de casa.

Outro exemplo dessas relações está no testamento de Costódio Brandão Coelho:

Declaro que entre os mais benz que possuo he Huma negra por nome rita atraz declarada com huma crya por nome Joachim a qual negra pelloz benz[bons] servissos que della tenho recebido e me ajudar adquyrir a minha fazenenda[sic] e me assistir as minhaz doenssaz[sic: doenças] com muyto zello e lealdade a forro com a dita cria por me[sic] Joachim, e oz hey por forros depoiz de meu falecimento para o que oz tomo na minha terça para maiz segurança de tudo por ser minha ventade[vontade] lhe fazer esta esmolla pello amor de Deoz como também em remuneraçã do que a sima[?] digo e depois de meu falle cimento posso [sic] hir para onde quizer tratar de sua vida com o dyto seu filho forroz e livrez como se tais nascecem// Declaro que tenho recebido da dita negra Rita meya livra[livra] de ouro que me deu a conta de sua alforria e de seu filho o quando o não chegue a minha terça para a sua alforria se lhe levara[sic] em conta a dita meya livra[livra] de ouro pella ter recebydo para sua Alforria<sup>156</sup>

Outro exemplo é encontrado no testamento feito em 1717 por Antonio Reiz [Rodrigues] de Souza<sup>157</sup>, natural do Norte de Portugal, no qual declara: “Deicho forra a minha negra Caethana pello amor de Deos e pellos serviços que della tenho recebido e lhe deicho de esmolla a criacam[?] que se acha no meu citio assim de porcos como de galinhas.”

<sup>155</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 07(13) f. 99v-104v João de Sarges de Alvoquereque 1744.

<sup>156</sup> IBRAM/MO/ CBG CPO-LT 04(9) Testamento de Costódio Brandão Coelho, 12/08./1741.

<sup>157</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT01(1) fl.115v-118v. Testamento de Antonio Reiz [Rodrigues] de Souza, 18/05/1717.

Também se observa um outro tipo de alforria nos testamentos que nos permite afirmar que nem todas as relações entre senhores e escravos ensejavam relações sexuais. Exemplo dessa prática está no testamento de Roza Maria de Almeйда<sup>158</sup>, natural da Vila de Barcellos, no qual ela afirma que “tenho mais hua mulatinha por nome Anna filha da crioula Filicianna a qual mulatinha deixo forra pello amor de Deos”. Algo similar pode ser encontrado no testamento de Thomazia de Jezus<sup>159</sup>, parda forra natural da Capitania do Espirito Santo, no qual ela declara:

Declaro que pessuo hum mollatinho por nome Anttonio que temdo idade anno e meio, e assim mais huma crioullinha por nome Florência ambosfilhos de huma minha negra pro nome Thereza os quais ambos pello muito amor que lhe tenho, e os haver criado como filhos meus e pello amor de Deos, por minha mortte os deixo forros e [?]zentos de servidão e cattiveiro e por ser nestta parte minha ultima vonttade

Um exemplo um pouco diferente, principalmente por ser uma relação entre um senhor e seus escravo adulto, está no testamento de Padre Felix da Silveira<sup>160</sup>, natural do Rio Grande do Norte de Natal, no qual informa que deixa um escravo chamado Santo Mina forro “pelos bons serviços que tive delle, e me ser muito fiel, e ser esta minha ultima vontade”.

Ao longo dessas pesquisas, constatou-se que a alforria nem sempre significou a ruptura definitiva na relação senhor-escravo. Pode-se perceber isso nos trechos reproduzidos a seguir do testamento de Manoel Ribeiro Marinho<sup>161</sup>, natural do Bispado do porto, no qual ele informa “devo a minha Anica de caza que hoje he forra trezentas oitavas de ouro procedidas de duas negras que mandou vir da Bahia pello Cappittão Manoel Pereira Botelho as quais eu lhe vendi e me vallido ouro.” Ainda referente a Anica Manoel informa que “Deicho a minha pretta Aneica forra que me servio em caza toda a Roupa Branca com a Roupa della tachos e Bacias e todos os mais aprestos de caza o que tudo lhe deicho pello amor de Deos atendendo

---

<sup>158</sup> APM/CMS-020. RI.03 Fl. 132-133v Testamento de Roza Maria de Almeйда 18/04/1753.

<sup>159</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 82v-87. Testamento de Thomazia de Jezus (Parda Forra), 27/11/1719.

<sup>160</sup> APMCMS-190, Fls. 151-153v. Padre Felix da Silveira 27/01/1757.

<sup>161</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 235v-244 Testamento de Manoel Ribeiro Marinho 04/12/1722.

o bom zello com que me servio” No mesmo testamento Manoel expõe que

o que me Resta lequido e desse Restante Liquido Deicho a minha Terça a dou molatinhas que me nasserão me caza huma por nome Tereza[...]outro por nome Maria filhas de huma preta por nome Anna a qual foi minha Captiva e hoje he forra assim ella como suas filhas conforme consta de sua Cartas de alforrias e de pois de tira da a minha terça pêra as dittas mulatinhas que partirão pello meyo em Igual parte o que Restar de todos os meus Bens fora da minha terça quero que meus Testamenteiros o Remetão ao meu legitimo herdeiro que he meu Pay Manoel ribeiro e no Cazo que este seja falecido em falta delle já eu nomei ao principio minha alma por minha herdeira e sendo a minha alma herdeira em falta de meu Pay quero que meus Testamenteiros desponhão de meus bens na forma seguinte// Deicho sempre a terça as duas molatinhas dos ma beñs quero que meus Testamenteiros depois de arecadarem e dispoem tudo na melhor forma que poderem ponhão a juro na minha freguezia

Obviamente, esta alforria parece indicar uam relação ilícia. Porém, nem toda alforria parecia ser fruto de uma relação ilícita, mesmo sendo entre o senhor e sua escrava. Esse parece ser o caso de Pedro de Silveira Camacho<sup>162</sup>, natural da Vila Nova de São Roque no Arcebispado da Cidade de Angra, em que alforriou sua escrava chamada Roza, por meia libra de ouro, devido aos “bons serviços que della tenho recebidos e [ilegível] assistencia na minha doença”. Ou seja, parece que a relação entre ele foi estabelecida somente após ou durante a doença de Pedro.

Mariana de Olivejra<sup>163</sup>, natural de Panamirim, próximo à Cidade da Bahia, filha legítima de Jorge Atexo e de sua Molher Anna Nogueira e viúva de Manoel de Souza Pereira acaba deixando “a quatro mulatinhas de casa por nomes Antonica; Roriza; Mosta; e Francisca Sincoenta Mil reis a cada hua pêra ajuda dos seus dotes e não se cazando se me mandarão dizer em missias [ilegível] minha alma?”. Depois informa que

Declaro [ilegível/ ve] Rezas eus huaõ Criouli/ nhá por nome Micaella o qua filho/ Muinto amor que lhe tenho decriação e/ por lhe fazer esta esmola e pello amor/ de Deos a Forro e hej pro forra de hoje pêra/ todo o sempre [ilegível] do Cativeiro al/ guñs e como tal poder fazer de sy o que/ lhe parecer certo [ilegível]/ ca de meus bens pêra que como legado/ pio seja a primeiro a que se de com/ primento e por minha Morte se entre/ gara a dita Crioulinha a Maria de/ Souza pêra a Criar e educar

<sup>162</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 07(13), fl.7-10v Testamento de Pedro de Silveira Camacho 27/07/1741.

<sup>163</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 07(13), fl.10v-15 Testamento de Mariana de Olivejra 19/04/1741.

como/ sou filha e sendo que a dita Criou/ linha depois de ser casas de tomar es/ tado se case lhe deixo pêra ajuda de seu/ dote cem Mil Reis de esmola e não/ se cazando se mandarão dizer em/ Missas pellas almas [ilegível] do pruga/ tório

Como se observa, as alforrias gratuitas ou condicionais são justificadas das mais diferentes maneiras, contudo, em certo sentido, estão sempre relacionadas a sentimentos do senhor com o escravo ou com sua família. Claro que isso tem a ver com uma reciprocidade nesse tipo de relacionamento. Aqui normalmente encontramos como justificativa a lealdade, a fidelidade ou a criação dos filhos da escrava como seus filhos, pelo amor de Deus, pelo amor que lhe tenho, mas que parece ser muito mais o amor do senhor. Obviamente, os senhores esperavam algum tipo de comportamento desses escravos alforriados e parece que, pelo menos nestes casos, foram contemplados nessa expectativa. Claro também deve estar que se deve relativizar esses discursos, pois eles são, também, prontos, modelares e pragmáticos. Claro que os senhores estão também tentando garantir a salvação de suas almas, mas algumas dessas falas são muito específicas, e isso indica, pelo menos em alguns casos, que houve a construção verdadeira desses sentimentos.

De outro modo, obviamente a opção pela alforria gratuita ou condicional era feita pelo senhor. No entanto, isso não significa que o escravo não tenha qualquer participação nessa escolha, pois foi graças à sua atuação no dia a dia que conseguiu essa alforria gratuita. Nesse sentido, uma maior afeição por um escravo pode ter incentivado manumissões sem ônus para ele e para outros membros de sua família, enquanto, no mesmo plantel, simultaneamente, outros escravos poderiam permanecer cativos.

Voltando, mais uma vez, para a leitura do quadro 6, perceber-se que a prática da alforria era mais comum entre os testadores forros. Todavia, o mesmo fato não ocorre entre os testadores livres. É possível aventar-se que isso pode estar intimamente relacionado à prática africana de absorver, como membros da sociedade, os escravos e seus descendentes. Mas qual é a diferença?

Talvez surpreendentemente algo de continuidade é percebido nas práticas de alforrias presentes entre os testadores no quadro 6, mas também algo de transformação, ou talvez mais verdadeiramente de mesclas entre práticas análogas. Ao que parece, a alforria entre os africanos e seus descendentes era quase uma obrigação. Já entre os livres, isso era muito mais um ato de benevolência do senhor. Na verdade, isso normalmente se dava em um contexto de expressão, por parte do senhor (livre), de carinho com os seus escravos favoritos ou com aqueles que faziam melhor o seu trabalho, como elucidado anteriormente. Observa-se, por outro lado, uma situação na qual a alforria parece ser concedida mesmo que o escravo não mereça. Isso ocorre no testamento feito em 1766 de Bárbara de Oliveyra, crioula forra, filha de uma preta mina. Quando está alforriando praticamente todos os seus escravos, ela declara que possuía: “hua crioula por nome Maria de Souza Antonio deixo quartada em preço e quantia de cem oitavas de oiro que pagará em tempo de tres annos os quais concedo hum anno de que lhe faço deste modo pello amor de Deos e não porque ella me mereça;”.

Houve ganhos em ambas as partes, assim como leituras diferentes das situações foram processadas por escravos, por proprietários e por libertos. Importante lembrar que apenas treze dos 29 escravos libertados tiveram o valor de sua alforria expresso. Porém, acreditamos não ser mais possível desconsiderar as concepções que os próprios escravos tinham da escravidão. Nesse sentido cabe citar Alberto da Costa e Silva (2002: 369-370) ao tratar do Congo:

Na maior parte do país, a escravidão seria do tipo doméstico. Já se escreveu, por isso, que não havia uma classe escrava no Congo, antes da chegada dos portugueses, mas, sim, um grupo servil transitório – gente de origem estrangeira, capturada na guerra ou em razias, criminosos proscritos ou retirado da sociedade, pessoas que tinham perdido a proteção dos seus ou incorrido em fortes dívidas. Eram “escravos”, mas os seus filhos ou netos tinham por destino ser absorvidos na sociedade, ainda que de modo parcial, pois formariam um ramo inferior, de ex-escravos, da linhagem do antigo dono.[...] Embora circulasse dentro do sistema de tributo e redistribuição que prevalecia no Congo, provavelmente não o passavam adiante, depois que se juntava a uma família. Sendo assim, só se vendiam, em princípio, os recém-aprisionados.

Claro que, com isso, não se está dizendo que os africanos foram escravizados, pois se

adaptariam melhor à escravidão que já existia em suas terras, mas não se deve deixar de analisar esta instituição, colocando de lado o *universo cultural* daqueles que melhor a conheceram, como foi dito por Alencastro e apresentado anteriormente.

Contribuindo com a análise, Gwendolyn Midlo Hall (2003: 145-6), citando uma série de autores, inclusive Costa e Silva, diz o seguinte:

Josephe Inikori e Nicola Ngou-Mve negaram que a escravidão existia na África Central Ocidental antes dos Portugueses chegarem. Inikori argumenta que a escravidão na África antes do tráfico atlântico era mais parecida com o feudalismo na Europa medieval que gosta de escravidão nas Américas - uma opinião anteriormente expressada por John Thornton no que diz respeito ao reino do Kongo. Jan Vasina explica que, inicialmente, "dependentes" do reino do Kongo foram vendidos. Eles eram estranhos que vivam dentro das famílias e aldeias com uma distinção social clara baseada na linhagem e descendência de acordo com o princípio de que as pessoas que viveram juntas deve estar relacionadas umas com as outras. Costa e Silva descreve um grupo transitório servil, as pessoas de origem estrangeira capturados em guerras ou invasões, os criminosos alienados ou removido sociedade forma, as pessoas que perderam a proteção de seu próprio povo. Os seus descendentes foram destinados a serem absorvidos pela sociedade. Assim, vários historiadores de prestígio têm argumentado que na África Central Ocidental não tinha nenhuma experiência com a escravidão hereditária ou a exportação de escravos antes dos Portugueses chegarem.<sup>164</sup>

Todas essas declarações permitem analisar relações estabelecidas, às vezes de modo pragmático, às vezes nem tanto, entre pessoas oriundas de diferentes partes do mundo por meio dos testamentos, o que constitui uma maneira de descortinar o dia a dia, nos seus diversos aspectos. Contudo, como diz Paiva:

Acordos, mobilidades, afetos sinceros ou teatrais não amenizam, nem idilizam os rigores das vidas dos escravos e liberto na Colônia. Ao contrário. A relativa autonomia e os pequenos poderes experimentados por eles, particularmente nas

---

<sup>164</sup> Tradução própria deste trecho: Josephe Inikori and Nicolá Ngou-Mve deny that slavery existed in West Central Africa before the Portuguese arrived. Inikori argues that slavery in Africa before the Atlantic slave trade was more like feudalism in medieval Europe that like African slavery in the Americas – an opinion previously expressed by John Thornton with regard to the kingdom of Kongo. Jan Vasina explains that initially “dependents” in the kingdom of Kongo were sold. They were outsiders living in families and villages where clear-cut social distinction were made based on lineage and descent in accordance with the principle that “people who lived together ought to be related to one-another”. Costa e Silva describes a transitory servile group, people of foreign origin captured in wars or raids, criminals alienated or removed from society, persons who had lost the protection of their own people. The descendants were destined to be absorbed by the society. Thus several prestigious historians have argued that West Central Africa had no experience with hereditary slavery or the export of slaves before the Portuguese arrived. (Hall, 2003: 145-6)

áreas urbanas, devem impedir que, a posteriori, esses homens e mulheres sejam eleitos vítimas indefesas de um sistema cruel. Versões simplórias como essa desconsideram as várias e cotidianas maneiras que eles próprios desenvolveram de gerenciar suas vidas dentro do sistema escravista desenvolvido na Colônia portuguesa do Novo Mundo. Insistir na ação absoluta de vitimar é retirar da escravidão a história e é, também, considerar o tema em perspectiva anacrônica. (PAIVA, 2001: 239 )

Com isso, não se quer idilizar a vida dos escravos que certamente era muito dura<sup>165</sup>. No entanto, busca-se indicar que a própria escravidão pode ter sido uma instituição, pelo menos em alguma medida, que mesclou ou conectou valores e significados que tinham origens bem distintas, mas que aqui se fundiram. Claro que as citações que foram extraídas desses autores tratam da escravidão em uma região muito específica, mas que, segundo Hall (2003:144), contribui com cerca de 40 ou 45% dos escravos trazidos à América, ainda que, para a amostra trabalhada aqui, esses escravos representassem cerca de 17% do plantel. Porém, Costa e Silva aponta a existência de práticas integrativas para outras partes da África<sup>166</sup>. Portanto, é possível aventar que existe uma prática africana, suficientemente influente para contribuir para a conformação desta sociedade, ainda que aqui tenha sido encarada como uma simples prática da alforria. No entanto, como sugere o quadro 7, a origem dos escravos alforriados estava concentrada em algumas regiões.

---

<sup>165</sup> Mais uma vez, deve-se deixar claro que o trabalho escravo era realmente duro e que compartilhamos as críticas expostas por Alberto da Costa e Silva (2002: 82-83). Porém, também não se deve deixar de lado a oportunidade de compreender a escravidão a partir do olhar do próprio escravo ou ex-escravo.

<sup>166</sup> Cf. SILVA, Alberto da Costa. Op. Cit. 2002. nas pg. 81-84 e 113-114 entre outras passagens.

**Quadro 7 - Origem dos escravos alforriados pertencente aos testadores arrolados por gênero e condição social de seu senhor (1716-1780)**

Região Africana	Nação	Nº de Escravos						Total	Tot. P/ região africana
		HL	HF	HNI	ML	MF	MNI		
África Ocidental	Coruano	1	2			2		5	39
	Mina	13	1		1	16		31	
	Nagô				2			2	
	Sabará/Sabaru	1						1	
África Central Ocidental	Angola	3			1			4	6
	Congo		1					1	
	Ganguela	1						1	
Grupos não identificados	Sudano		1					1	1
Brasil	Africano NI	1						1	1
	Crioulo	23	14		3	15	1	57	78
	Mulato	13			1	2		16	
	Cabra				2	3		4	
	Pardo	1						1	
	Não Identificados	9	1			5		15	15
	Total Parcial	66	20	0	10	43	1	140	140
	Total Geral	140							

Fontes: ver quadro 2.

Em uma simples comparação, verifica-se que os escravos oriundos da África Central Ocidente, África Ocidental e os brasileiros foram os mais beneficiados com as práticas das alforrias. Mesmo que seja fundamental nessa análise buscar compreender porque, entre os escravos alforriados, os escravos africanos foram os menos beneficiados, antes, porém, é necessário compreender que tipo de relação pode indicar esse menor número alforrias. Claro que muitas vezes a barreira da língua pode ser um dos motivos. No entanto, isso não impediu que escravos estrangeiros tivessem uma boa relação com seus senhores, como indica a permissão que os pais da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima obtiveram para o seu casamento<sup>167</sup>. Ou a alforria concedida pelo Padre Felix da Silveira ao escravo Santo Mina<sup>168</sup>. Além disso, a alforria nem sempre foi um bom negócio, especialmente para o “estrangeiro”

<sup>167</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06 86v-91v Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima 12/07/1735.

<sup>168</sup> APM/CMS-190, Fls. 151-153v. Padre Felix da Silveira 27/01/1757.

naquela sociedade que se caracterizava, também, pelo estabelecimento de redes de relações pessoais que podiam diferenciar os bem-sucedidos dos não tão bem-sucedidos.

Continuando a análise, não deixa de ser interessante para a África Ocidental o fato de cerca de 8% dos escravos serem alforriados e, entre os nacionais, 27,46%. Percebe-se que existe algum diferencial entre os dois primeiros grupos (ver quadro 3). Claro que, entre outros aspectos, não se pode deixar de considerar a importância desses grupos dentro do contexto do tráfico e da reprodução da escravaria, ou seja, quanto maior o número de escravos de um grupo, maior será o número de alforriados, e isso é evidente entre os escravos naturais do “Brasil” e os da África Ocidental. Contudo, também é muito importante pensar na origem dos testadores que mais alforriaram esses grupos. Nesse sentido, não deixa de ser surpreendente que 21 dos 39 escravos alforriados oriundos da África Ocidental foram libertados por homens e por mulheres forras que tinham sua origem principalmente na África Ocidental (ver quadro 3). Além disso, parece consistente a tendência que os testadores livres tinham em alforriarem seus escravos dessa região; indicando, portanto, a possibilidade de uma continuidade da prática integrativa africana em terras mineiras.

Todavia, mais surpreende é o grande número de escravos naturais do Brasil que conseguiram a alforria. Em parte, isso é explicado com apoio na alforria de africanos, pois muitos eram filhos das escravas da África com seus senhores ou outros homens e, ao alforriarem, estavam certamente reconhecendo, em muitos casos, essas relações. Logo, nessas situações, mãe e seus filhos recebiam esse benefício juntos. Um exemplo desse tipo de relação está no Testamento de Monica Moreira, preta forra natural do gentio de Guiné, a qual alforriou sua escrava Leonor Mina com sua filha ainda de peito, Domingas como deixa registrado:

Declaro que a minha negra por no/me Leonor com hua cria por nome Domingas a quarto em / cento e quarenta oitavas de ouro com condição de dar cada três me/zes vinte oitavas de ouro, e nos últimos dous e seis mezes a trinta / que faz a soma das

cento e quarenta oitavas porque corto e de/pois de ter dado a dita quantia lhes passarão meos testamenteiros / Carta de Alforria.

Corroborando mais uma vez essa posição, é importante a análise do testamento do Padre João de Sarges de Alvoquerque:

Item Declaro que possuo assim mais hua crioulla por nome Mariana a qual deixo cortada em cem oitavas de ouro que dando a dita quantia se lhe passará sua carta de alforria por ser esta minha comadre[...]Declaro que concedo hum anno a dita minha comadre Marianna pêra dentro deste tempo poder satisfazer a coantia de cem oitavas de ouro porque he pro fim cortada[sic] como digo como dito fica neste meu testamento e outro sem [sic] de claro que fato [sic] cazo que meu testamenteiro cuja carece de mais alguns mezes [1 ilegível] a dita minha comadre pêra melhor puder satisfazer o resto das ditas cem oitavas lhe concederá mais sinco mezes para dentro delles e co[ilegível] de satisfazer<sup>169</sup>

Além disso, se for possível perceber que essas alforrias surgiram muitas vezes das relações de proximidade e de afetos estabelecidos entre senhores e escravos, compreende-se porque eram os escravos criolos ou mestiços os mais beneficiados com a liberdade. Isso ocorreu porque eram esses escravos e tinham mais trânsito nessa sociedade, tinham maior proximidade com seus senhores até porque era fácil a língua e muitas vezes porque eram os escravos preferidos para desempenhar os serviços domésticos. Eram justamente estes que mais compartilhavam os espaços íntimos com seus senhores.

Assim, mais uma vez, é importante ter claro que esses homens e mulheres, quando deixaram tudo, sendo escravos ou não, aqui iniciaram uma nova vida, e isso significa inclusive constituir uma nova família, embora longe dos moldes das que haviam experimentado anteriormente. Mas isso não quer dizer que eles as construíram sem trazer consigo sua bagagem cultural, como foi dito no capítulo 2.

Por último e talvez de modo fora do comum, é possível encontrar casos como o do

---

<sup>169</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 07(13) Testamento de João de Sarges de Alvoquerque, 18/02/ 1744.

Capitão José Tavares Pereira<sup>170</sup>, bastante interessante por ser tratar de testador que é grande proprietário de mais de 100 escravos e que mantém em seu plantel vários indivíduos “cegos”, “aleijados” e “velhos”. É possível compreender isso de duas formas não necessariamente excludentes. Se de um lado a manutenção desses escravos pode ser muito onerosa, pois provavelmente eles não produziram tantos quantos os demais, a permanência deles poderia indicar uma estabilidade até mesmo estratégica na relação entre o senhor e o seu plantel. De outro lado, certamente seria muito mais difícil a venda de escravos não tão produtivos, no entanto é claro que tudo isso também não impediria o estabelecimento desses escravos mais velhos como verdadeiro membros da família. Isso porque estariam na propriedade por muito tempo. No limite, pode-se imaginar que, nesses casos, havia a preocupação por parte do senhor em continuar dando assistência aos escravos, mesmo estes não sendo mais tão produtivos.

Assim se percebe que, se houve violência na relação estabelecida entre alguns senhores e seus escravos, também nunca deixaram de haver afeto, confiança e cuidado em outras tantas relações estabelecidas entre essas duas figuras, por vezes pintadas como antagônicas. A intenção nesses casos é sempre manter uma estabilidade que permitisse o estabelecimento nas relações de confiança que permitissem ambientes favoráveis de trabalho. Claro que essa afetividade, é verdade, se materializou por meio dos filhos naturais, ou legítimos, mas essas relações de afetos e confiança não podem ser confundidas somente com as relações sexuais. Existiam estas e aquelas que nem sempre passavam pelos intercursos sexuais.

Claro que não só os senhores demonstravam boas relações com seus escravos por meio de alforrias gratuitas ou simbólicas e mercês em geral. Ex-escravos também estabeleciam boas relações com pessoas brancas, nem sempre de olho em um favor imediato,

---

<sup>170</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 08(16) Testamento do Capitão José Tavares Pereira, 1749

como demonstra o trecho a seguir do testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima: “Roupa branca que se achar e das duas sayas de seda preta se dara huma dellas a Thomazia molher branca e velha pello amor de Deos e Será a saya preta que não tem crespo e as outras sayas que se acharem de meu uzo se daram a alguma pobre necessitada”<sup>171</sup>

Outro exemplo que indica esse movimento que, a princípio, pode parecer inverso está no Testamento de Gracia Maria da Luz preta forra<sup>172</sup>.

Item declaro que Deixo[?] de Esmolla hua orpha filha mais velha e em falta desta a seguinte sessenta e coatro oytavas de ouro, declaro que esta orpha que digo a quem tenho[?] esta esmolla He filha de defunto Thomas Luis Moreira// Item declaro que deicho de Esmola a outra orpha recolhida no covento das recolhidas por nome por nome Micaella da costa filha de defunto o Alferes Antonio da Costa Sincoenta oytavas de ouro//

Poderia ser argumentado que essas ações seriam, na verdade, esmolos muito mais com a intenção de salvar a alma do testador. Mas dizer isso significa não compreender que essa sociedade mal diferenciava as esferas do sagrado e do profano, como já argumentado ao longo do primeiro capítulo. Ainda que seja possível identificar o interesse do testador em salvar sua alma, dificilmente seria possível indicar que o testamento teria somente este fim. Além disso, quase sempre os beneficiados nos testamentos eram os entes mais próximos e queridos.

Dessa forma, acredito que foi possível caminhar sobre algumas das possibilidades de leituras dessas fontes; demonstrando, assim, a riqueza desse *corpus* documental. Enfim, pode-se inferir, a partir das leituras aqui apresentadas, que Minas era um grande crisol de culturas, pois possibilitou, com os movimentos migratórios, uma (con)vivência sem precedentes na história da colônia e mesmo do império português. Enfim, houve uma experiência única nessas terras.

Essa convergência cultural pode indicar um caminho de forja pouco pensado até agora. Afinal, essa ancestralidade africana e até essa europeia provavelmente se confundiram, ou

---

<sup>171</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06 86v – 91v- Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima 12/07/1735.

<sup>172</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT (02)06 91v- 97v- Testamento de Gracia Maria da Luz preta forra 19/12/1738

melhor, fundiram-se nas Minas setecentista. E talvez, por isso, não seja completamente incomum ver escravos tendo relações tão próximas com seus senhores. Pensando nisso, é bastante interessante o que Peter Burke diz:

Duas questões gerais surgem com particular clareza da discussão das imagens híbridas embora elas tenham uma relevância muito mais ampla. Em primeiro lugar, há a importância dos estereótipos ou esquemas culturais na estruturação da percepção e na interpretação do mundo. No nível micro-cósmico, o esquema tem uma função semelhante à visão de mundo ou ao estado de coisas característico de uma determinada cultura.

Em segundo lugar, há a importância do que poderiam ser chamadas de “afinidades” ou “convergências” entre imagens oriundas de diferentes tradições. Por exemplo, a razão para que Virgem Maria pudesse ter sido assimilada com aparente facilidade a outras deusas, como Kuan Yin na China ou Tonantzin no México, é que ela representava um papel essencialmente semelhante. (BURKE, 2003, p.26-27)

Mais adiante Burke se expressa de modo sintético:

[...] Em outras palavras, como no caso das imagens das deusas discutido acima, a hibridização musical pode ser analisada em termo de afinidades ou convergências. A atração que o exótico exerce, pelo menos em alguns casos parece estar em uma combinação peculiar de semelhança e diferença e não apenas na diferença. (BURKE, 2003, p.30)

Com isso, é possível indicar que, em um momento de mesclas de cultura, especialmente quando pode haver uma convergência de sentidos, a tentativa de indicar os elementos que a conformam pode ser bastante frustrante. A realidade que se formou em Minas, que tem como referências a família europeia, como definida nos dicionários dos séculos XVII e XVIII, e a organização familiar em África, apresentada por autores como Hall e Silva (2003 e 2002), indicam que não há como estabelecer dicotomias muito claras entre essas duas estruturas domiciliares.

Por isso, muitos estudiosos das mais diversas correntes historiográficas<sup>173</sup> afirmam

---

<sup>173</sup> Para entender a relações costumeiras entre senhores e escravos esses autores e livros, são essenciais FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 2006; CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. Cit. 1987. e 1982.; GUIMARÃES, Carlos Magno. Op. Cit. 1989, p. 28-37. LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit. 1984.; LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit. 1988. PAIVA, Op. Cit. 2001. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit. 2009; SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. 1988. SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. 2007 Para entender as relações costumeiras presentes na sociedade mineira do

que, apesar de a lei prever uma determinada ação com relação aos escravos, o costume mudou de tal forma que não foram raros os casos em que os senhores buscaram beneficiar seus escravos com favores, com privilégios. Claro que as relações entre os senhores e os cativos foram caracterizadas, também, por diversos subterfúgios para que ambos conseguissem privilégios que, como busquei apresentar, ultrapassam os ganhos financeiros. Se a formação da família escrava, por exemplo, foi explorada pelos senhores para obterem melhores resultados de seus cativos, o que falar de famílias que surgiram da interseção de escravos e livres, negros e brancos? Será que esta organização familiar que conjuga elementos de diversas culturas foi simplesmente cooptada pelos senhores para obterem melhores resultados de seus escravos? Como se cuidou de deixar claro ao longo deste trabalho, famílias que foram formadas neste *universo cultural* mestiço dificilmente poderiam ser interpretadas como formadas exclusivamente para satisfazer os prazeres dos senhores. Afinal, existem vários interesse na formação dessas famílias.

#### **4.2 - As dores afetivas**

Quando se trata de vivência afetiva, não se pode deixar enganar pela sua primeira aparência de concordia que algumas das suas manifestações podem apresentar. Ao longo dessas pesquisas, percebeu-se a existência de sentimentos menos nobres e até destrutivos manifestados nos testamentos aqui trabalhados. Obviamente, com isso, não se está dizendo que as pessoas detentoras desses sentimentos eram immanentemente ruins. Antes disso, deve-se deixar claro que estas eram manifestações de acordos tácitos não cumpridos, ou de desejos

---

século XVIII, com ênfase nas relações entre oficiais mecânicos, ver MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade – a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FAFICH/ UFMG, vol. 23, n. 37, p.167-183, jan/jun 2007.; e finalmente, para pensar essas relações baseadas no costume, recomenda-se a leitura de BERNAND, Carmen. e GRUZINSKI, Serge.Op. Cit. 2006.

não correspondidos ou mesmo da própria condição humana de incompletude. Afinal, de que se gosta no outro é, em certo sentido, si mesmo; mas, quando se enxerga que o outro tem suas próprias vontades, os desacordos começam. Dessa maneira, veem-se, ao longo deste trabalho, que histórias bem-sucedidas nem sempre eram a realidade de todas as famílias.

Iniciando com um caso menos grave que em certo sentido indica que a vida nem sempre se transcorre como se quer. O testamento de Amaro Joam da Rocha<sup>174</sup>, natural, ao que parece, do Bispado do Porto, informa que é solteiro, mas nesse estado: “Tenho huma filha natoral chamada Roza Maria da Rocha Cuja filha [?] de Joanna da Rocha minha escrava que foi a qual dita Minha filha se acha ali cazada a facea de Igreja com Manoel Alves dos Santos e he morador nesta villa do Sabara a qual he minha herdejra forsada.” Pelo que se mostra, o pai parece ter feio o possível para que sua filha contraísse um matrimônio legítimo.

O que parece ter sido, entretanto, um início promissor acabou gerando um afastamento posterior. No testamento, Joanna da Rocha<sup>175</sup>, preta forra, natural de São Thome, o nome de Amaro João da Rocha aparece somente por ter sido ex-senhor, de quem ela comprou a sua alforria por duas libras de ouro. Mesmo passados cerca de 17 anos desde o falecimento de Amaro e a admissão de ser ele pai de Roza, Joana nem assim o menciona como seu companheiro ou mesmo pai de sua filha. Claro que esse tempo todo pode ter sido suficiente para ter aplacado os sentimentos envolvidos nessa relação. Aqui é importante levar em conta que essa sociedade, posto que não tinha problemas em lidar com os filhos naturais, não aceitava muito bem os relacionamentos ilícitos. Talvez por isso a vergonha de Joanna tocar nesse assunto. Ou talvez se pode pensar que a obrigação de assumir o filho era do pai e não cabia à mãe impor a paternidade. Mas, em todo caso, Amaro acabou assumindo seu papel. Mais adiante em seu testamento, Joanna, quando nomeia sua herdeira, não consegue dar muitas informações:

---

<sup>174</sup>IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 07 (13) 1-7 Testamento de Amaro Joam da Rocha 09/11/1741.

<sup>175</sup>APM/CMS-190 Fls. 48- 49 Testamento de Joanna da Rocha preta forra 30/06/1758.

Declaro nomeyo e instituo por minha Erdeyra Universal de tudo o que depoiz de pagas as minha dividas restar de minha fazenda a minha filha Roza Maria da Rocha cazada com Manoel Alves dos Sanctos moradora na Boa Morte desta Comarca e caso ella seja falecida no tempo de minha morte lhe substituo a meus Netos filhos do legítimo matrimonio da dita minha filha e genro acima nomeado digo acima mencionados.

Pelo que se pode entender dessa passagem, Joanna não tinha contato com sua filha há bastante tempo, pois não sabe dizer, com certeza, se estava viva. Porém, Joanna sabia que já tinha netos, ainda que não informe os seus nomes. Por outro lado, Amaro Joam parecia não saber disso em 1741, ou seja, os netos devem ter nascido após o falecimento do avô, e, foi neste meio tempo que avó, filha e netos perderam contato. Obviamente esse afastamento não significou um abandono propriamente dito. Ao que parece, Joana pode não ter acompanhado sua filha por já ter negócios ou uma vida já estabelecida Sabará, como indica o trecho de seu testamento reproduzido:

posso mais hum negro por nome Benedicto de nascão Minna ate quarenta annos de idade pouco mais ou menos o qual [...]todas as vezes que der a meus testamenteiros huma lebra de ouro meus testamenteiros lhe passarão Carta de Alforria e emquanto não der pagar jornal de huma oytava por semana. Declaro que possuo mais dous tachos grandes que se acha na mão de João Alves Pereyra mais huma bacia de cobre de fazer dosce, mais hum tacho pequeno e huma [amofaris] de latão, huma baica de agoá as mãos, e hum [coco] de cobre e alguma miudeza de caza como pratos, possuo mais huns brincos de [reviel] e de diamantes ordinários que tenho em meu poder e huns brincos de [aljotriz], e humas continhas de prata junto com huma imagem pequena de Nossa Senhora da Conceyção de ouro, pessuo mais cinco oytavas e meya de ouro lavrado velho, e tambem vinte e nove oytavas de prata velha e mais huma imagem pequena de Nossa Senhora da Conceição, e outra de Nosso Senhor Crucificado pequena, mais três toalhas huma de algodão medianna e outra de bertanha de duas varas, e outra já uzada, possua mais huma saya de pano com galves de ouro, panno de cobrir dous côvados que dá Saia e por isso se entregue a Antonio da Rocha Barboza por mão de Joze Gonçalves Villarinho para ma vender no Certam por minha conta e risco, e mais hum guardapé de seda já uzado huma saya de riscado nova, e huma cólera nova de fulió, e dous [ca...] uzados e quatro camizas em meyo uzo. Declaro que Thereza Teixeira me deu dezanove oitavas de ouro por hum credito que para na mão de Joze Gonçalves Villarinho. Declaro que as ditas cazas que acima fiz menção estar alugadas pello meu Procurador João Alves Pereira e meus testamenteiros estarão pella conta dele. Declaro que devo a Luis Nunes da Cunha com o mostrador de hum credito meu de luto de hua escrava por nome Anna de nação Mina setenta e sete mil e seiscentos reis. Declaro que devo mais a Bento Vas da Sylva cinco oitavas de ouro e meia ou o que elle lhe disser do seu Livro.

Esse trecho indica que Joana recebia jornais de seus escravos, além de buscar vender seus

produtos, como indica a propriedade de tachos de fazer doce ou os utensílios de casa e cozinha. Além disso, Joana tinha diversos débitos e créditos na praça. De modo geral, o que se visou a enfatizar com essa situação é que nem todos os relacionamentos são tão bem-sucedidos. E isso pode ocorrer nem tanto pelos erros cometidos por uma parte, mas sim pela compreensão de que a vida pode aproximar as pessoas em alguns momentos e ,em outros, pode afastá-las.

Outro exemplo paradigmático de destruição de relações afetivas francamente estabelecidas está no testamento de Pedro da Costa<sup>176</sup>, nascido na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, pardo forro:

Declaro que sou [...] filho natural de Maria da Costa, preta forra da Costa da Mina já defunta. Declaro que a dita minha May no dia em que faleceo estando em seo Juizo perfeito me disse que para dezembargo de sua consciência que meu Pay hera Manoel da Costa Barreto que me tivera quando della hera sua cativa, e que depois ella se forrara pelo seo vallor que lhe dera, e tãobem a dita minha May me forrou a mim sendo piqueno por meya Libra de ouro que a dita deu ao dito Manoel da Costa meu Pay

Como demonstra esse trecho reproduzido acima, Pedro parece ter ficado sabendo que seu pai era o ex-senhor de sua mãe e também seu. Porém, parece que o testador ficou muito sentido e surpreso com os acontecimentos que se sucederam ao falecimento de sua mãe:

sendo eu seu sugeito, e nunca me tratara, nem trata por filho porque mostrando eu sempre obediência de Filho para Pay, e elle o não quis, nem quer admetir emposto que a benção botama mas não admitindo-me por seu filho, mas como a defunta minha May se desengarregou como comfição que fes diante de algumas pessoas

Porém, de toda essa história, o que foi mais surpreendente foi a cilada que Pedro armou para o seu pai diante do que foi argumentado anteriormente:

eu na mesma conformidade digo dezemcarrego que sendo de Justiça divina e

---

<sup>176</sup> APM/CMS-190, Fl. 122v-124v. Testamento de Pedro da Costa pardo forro 10/11/1744. Outra abordagem sobre este mesmo personagem pode ser encontrada em PAIVA, *Op.Cit.* 2009.p. 65.

humana o dito meu Pay ser meu herdeiro o Instituo no que por direito lhe tocar depois de pagas minhas dividas, e gastos funerais, e sendo o cazo que visto o que tenho d'elle e o dito por seu filho me não ter admitido, e não lhe pertença herdar nada de meos bens antão instituo a minha alma por minha Universal herdeira de todos os meos bens que serão destribuidos por meu testamenteiro na forma que neste ordeno

Pedro atrevidamente arma uma cilada argumentativa que forçaria seu pai assumi-lo como filho ou perder sua legítima parte na herança. O desfecho dessa história não foi encontrado, mas com ela se percebem algumas características das vivências afetivas daquela sociedade. A primeira é que, a partir do momento que um homem tem um filho, mesmo que natural, este deve “obediência” ao seu pai. A partir do momento em que o filho tem respeito ao seu pai, aquele espera ser reconhecido como filho e, eventualmente, herdeiro. Ou seja, com isso se percebe que a expressão de um afeto de carinho exige uma contrapartida. Porém, isso nem sempre ocorreu e essa não ocorrência levou essas relações para o conflito aberto.

Claro que esse é um caso atípico, pois o que está em jogo é justamente a herança que o filho deixou ao pai. Porém, o mais comum era os filhos naturais herdarem os bens dos pais. E nesse sentido, como discutido anteriormente, houve um significativo número de pais que reconhecerem seus filhos naturais como seus legítimos herdeiros. Como apresentado no capítulo 3, percebe-se que 25% dos testadores admitiram ter filhos ou relacionamentos não sancionados pela igreja. Com isso, compreende-se que, para essa sociedade, era relativamente comum e até esperado ou recomendado que homens solteiros reconhecessem os filhos que tiveram com uma ou mais mulheres, sem necessariamente terem se casado com elas. E mais do que isso, esses homens mais que reconheceram, eles criaram e amaram esses filhos.

No entanto, essa realidade faz suspeitar de uma série, tão significativa quanto esta, de casos em que os pais não reconheceram seus filhos. Normalmente, é possível aventar, que isso ocorreu quando havia outros interesses em jogo, como a existência de herdeiros nascidos de

uniões legítimas ou a não permissão do cônjuge para que os filhos naturais herdassem.<sup>177</sup>

Em paralelo à situação de filhos naturais não reconhecidos, existem os vários exemplos de escravos que fugiram do domínio de seus senhores. Exemplo disso está no testamento de Bárbara de Oliveyra<sup>178</sup>, crioula forra, no qual informa que,

Possuo mais hum Crioulo por nome Manoel que desta Villa me fugio / para o Paracatu; e ordenando eu o Antonio Joze da Cunha [eleito] que foi no dito Arrayal mo vendesse ou mo remetesse a minha vista / me avizou por carta que tenho em meo poder em que o dezia / ficava em seo poder o dito Crioulo que the o presente / apareseo o tal crioulo e me consta estava em poder de hum / fulano Seabra, cujo avizo e noticia tive em o anno de mil sete/centos e cincoenta e nove, pello que meu / testamenteiro o mandará buscar cobrando tãobem os servissos / do dito Crioulo de quem o tiver [sic] possuído.

Ao contrário do que muitos poderiam imaginar, a intenção não é a de idilizar a experiência dos escravos em terras mineiras. No entanto, não se pode deixar de buscar compreender os sentimentos envolvidos na construção de algumas relações afetivas entre senhores e escravos. Além disso, como se buscou apresentar, elas parecem estar bastante restritas a alguns senhores e seus respectivos escravos favoritos. Para enfatizar isso, é necessário lembrar que mais de 90% dos escravos presentes nos testamentos aqui trabalhados não foram sequer alforriados. Além disso, a imagem dos escravos fugidos vez por outra aparece nos testamentos de todos os gêneros, bem como de todas as condições. Porém, mesmo esse tipo de ação demonstra o quanto é passional e difícil separar as relações do testador com seus familiares, amigos, vizinhos, compadres, agregados, bem como seus escravos.

No entanto, como trabalhado no capítulo anterior, os testadores eram chefes de uma família que não incluía somente os parentes consanguíneos. Exemplo de medidas profundamente influenciadas pelas relações afetivas construídas está nos testamentos de Sebastião Pereira de Aguillar, natural do Recôncavo da Cidade de Bahia:

---

<sup>177</sup> Cf. BRUGGER, Silvia Maria Jardim Op. Cit. 2007. p.134-152.

<sup>178</sup> APM/CMS-200. R1.03 Fl. 16-21v Testamento de Bárbara de Oliveyra 12/08/1766.

Declaro que vindo o Padre Antonio de Britto a estas Minas sendo secular e estudante o recolhi a minhas caza pello dezanparo em que andava e querendo ajudallo pello conhecimento e amizade que tinha com seu pay por ser homem[?] honrrado lhe fiei comcideravel fazenda para com ella tratar e aumentarsse e como me prejudicou e botou e longue perdendose a fé com concideravel perjuizo meu ordeno aos meus testamenteiros hajão do dito padre a todo o tempo que tiver por donde três mil oitavas de ouro que e ma is ou lhe perdo para que Deos me digo deos segue digo deos se digne de me perdoar tão bem os meus pecados<sup>179</sup>

Medidas como essa nos dizem muito sobre como as relações pessoais ou afetivas são construídas e como, por um pequeno erro, podem ser destruídas. Antonio de Britto parece ter herdado a consideração que Sebastião Pereida de Aguillar havia nutrido pelo pai do Padre. No entanto, este parece não ter sido digno dessa herança, fazendo com que Sebastião não confiasse mais nesse indivíduo e buscasse não mais que o perdão de Deus ao propor um acordo favorável a Antonio.

Outro exemplo de uma relação familiar que não acabou muito bem está no testamento de João Tavares da Rocha<sup>180</sup>, natural de Vila do Chão, e informa que

meu cunhado Manoel da Silva Sarmiento me deve o que Constar de huma execução que lhe faço no juízo da ouvidoria de Villa Real a conta da qual vendi quatro negros e hum Citio que elle pesuhia a Manoel Ribeiro Marinho por settecentas oitavas de ouro as quais se lhe abaterão na ditta execução e onde no aos dittos meus Testamenteiros Solte da prizão em que se achar ao ditto meus cunhado Manoel da Silva prezo a meu Requerimento por ser a sim minha vontade//

Buscando, então, uma reflexão teórica sobre como são construídas historicamente as relações afetivas, percebe-se que podem ser transmitidas ou legadas, neste caso, de pai para filho. No entanto, Sebastião não recebeu o que esperava. Isto é, Antonio não fez jus à *representação* que Sebastião tinha dele e, de certa maneira, da família do Padre. Do mesmo modo Manoel parece não ter feito jus a confiança que João Tavares depositou nele.

---

<sup>179</sup> IBRAM/CBG-LT(CPO)01(1) fl. 12v -32v. Testamento de Sebastião Pereira de Aguillar, 26/10/1716.

<sup>180</sup> IBRAM/MO-CBG/CPO-LT 01(1) 189-195 Testamento de João Tavares da Rocha 03/06/1722.

## CONCLUSÃO

Chegando ao final, espera-se que este trabalho tenha deixado claros alguns aspectos do cotidiano dessa sociedade, especialmente aqueles relacionados às vivências afetivas que têm como espaço privilegiado a casa e a vida familiar. Inicialmente se buscou apresentar uma sociedade na qual se constituíram relações afetivas profundamente marcadas por relações de poder, ou talvez de modo mais acertado relações afetivas entrecruzadas pelo poder dos testadores em relação a seus familiares, amigos, escravos e etc..

Penso que esse quadro se constituiu a partir das seguintes proposições. A primeira delas é que, obviamente, existe uma família, isso é atemporal, mas é claro que o vocábulo família designou organizações que variaram no tempo e, mesmo dentro de um mesmo tempo, entre regiões e camadas sociais. A segunda proposição é que, nesse tempo e local, a família podia incluir agregados, escravos, amigos, vizinhos e compadres. Portanto, fala-se de uma família que, eventualmente, pode tornar-se extensa. Mas o que significa isso? Não quer dizer que os seus integrantes coabitavam, pelo menos não todos ao mesmo tempo, em uma mesma casa, mas sim que existiram, em alguns casos, relações muito próximas entre todos esses indivíduos. Essas pessoas frequentavam reciprocamente as casas umas das outras, ajudavam-se mutuamente, organizavam-se, para melhorar a condição de sua família. Claro que muitas dessas pessoas vivem em outras casas, mas ainda sim se veem como uma grande família. A terceira proposição é a de que nessa sociedade existe confusão entre público e privado, entre a família nuclear e a família extensa. Existe também uma vinculação entre religiosidade, vida conjugal, vida familiar e vivências afetivas. Ora, se existe uma confusão entre essas esferas, e aqui é necessário apresentar a quarta proposição, é claro que as vivências afetivas afetam algumas dessas relações - relações estas de carinho, de amor, é claro, mas, também de rancor, de raiva e de ódio. Então, nesse sentido, muitos dos escravos ou libertos, agregados, compadres, credores, devedores, amigos e vizinho só fazem parte dessa família porque têm

alguma afinidade com alguns dos membros dessa família. Ainda é necessário deixar claro que, justamente pelas esferas se confundirem, para esse período, não é possível falar em uma organização familiar estritamente racional que busca somente ganhos. Nesse sentido, aparece a quinta proposição, nesse tipo de família, na qual é possível localizar uma profusão de sentimentos em seus testamentos<sup>181</sup>. Desse modo, pode-se entender que nem tudo é só poder, ainda que seja possível reconhecer que isso é realidade para parte das relações estabelecidas nessa sociedade. Porém, é necessário reconhecer que muitas dessas relações foram francamente estabelecidas entre as partes envolvidas.

Além disso, buscou-se compreender, mesmo que limitados pela fonte e pela amostra inicialmente estabelecida, o significado do *trânsito* de milhões de pessoas entre mundos tão diferentes. Afinal, a criação das famílias nessa região não pode ser compreendida somente como uma obra minhoto, como sugerem alguns autores<sup>182</sup>. E também a constituição da família escrava não pode ser compreendida como uma simples continuidade da África em terras americanas. Nem muito menos como exclusivamente uma estratégia senhorial. Afinal de contas, trata-se de um período e um espaço nos quais a maior parte das pessoas aqui presente não foram totalmente socializadas nessa cultura. Tanto portugueses recém-chegados do norte de Portugal quanto os escravos africanos e muitas outras condições de chegada aqui conformariam um novo *universo cultural*. Para compreender um pouco melhor, essas pessoas, oriundas de *universos culturais* distintos, se relacionaram, se influenciaram mutuamente e é claro que todos gerarão descendentes que terão como referências culturais todos esses universos. É nesse sentido que a sensibilidade tem a ver não com o real necessariamente, mas sim são resultantes de um complexo jogo entre *práticas, apropriações e representações* que se estabelece em relação àqueles que cercam esses agentes históricos. Assim, o que se

---

<sup>181</sup> Como já foi demonstrado para o século XVIII por ÁRIES, Philippe. O amor no casamento. In.: ÁRIES, Philippe, & BÉJIN, André. *Sexualidades Ocidentais – contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>182</sup> RAMOS, Donald. Op. Cit. 2008 p.132-153.

apresentou foi o fato de a própria estrutura domiciliar não ser exclusivamente reflexo de apenas uma cultura, mas sim o entrecruzamento de diversos referenciais culturais.

Outro elemento que se objetivou enfatizar foram as relações um tanto complexas nas quais os personagens históricos estão mergulhados e transitam. Estes personagens, portanto, habitam o entre mundos, ou seja, estão marcados pelas mestiçagens. Outro ponto fundamental na leitura desta dissertação e do qual não se pode esquecer é que a mestiçagem não passa, necessariamente, pelos intercursos sexuais, mesmo que estes sejam, muitas vezes, frutos de misturas anteriores que podem ter sido forjadas por meio de sentimentos francamente estabelecidas. Além disso, o papel que a mulher, principalmente a liberta e a mestiça, exerce nessa sociedade é bem diferente daquele exercido pelas mulheres na Europa, mas, ao mesmo tempo, é possível encontrar similitudes entre esses dois comportamentos e isso se deve, muito provavelmente, à mistura de cultura presente nessas terras. É importante notar também que as mestiçagens pressupõem o movimento de culturas, e a região das Minas, no setecentos, torna-se local profícuo para as mestiçagens, justamente por atrair diversos matizes culturais.

Tendo em vistas as transformações no campo das vivências afetivas ao longo do século XVIII bem como as características dessa sociedade relacionadas a escravidão, vem-se identificando que as mudanças em direção a uma vivência afetiva mais intensa ocorreram primeiramente nas camadas médias em Minas, ou seja, as pessoas que mais faziam testamentos, ou seja, as pessoas que tinham pequenos e médios plantéis. Isso é especialmente significativo no momento em que se percebe a proximidade que um senhor solteiro sem filhos e distante de sua família estabelece com seus 3 escravos. Por quê? Porque eram eles que nesse momento haviam constituído famílias menores. Porque eram eles que haviam migrado do Minho e estavam longe de seus familiares e não tinham mais notícias de seus entes querido. Porque estavam solitários ou com poucas pessoas próximas a eles.

Todas essas misturas afetivas, de universos culturais, de valores e de bagagens

culturais foram motivadas por uma série de mal-entendidos. O mal-entendido nessa sociedade é constante, pois está relacionado à vivência cotidiana das mestiçagens. Em outras palavras, a mestiçagem passa pela compreensão do outro a partir do seu olhar, e isso gera ao mesmo tempo uma incompreensão do outro. O que para um senhor é dedicação e amor, para os escravos pode ser só o cumprimento de seu dever com o senhor, segundo talvez seus valores africanos. Por isso, é comum aparecer amor, afeto, carinho, dedicação na fala do senhor em relação a seus parentes, agregados e escravos e, no inverso, é bem menos comum – em especial quando se pensa em escravos africanos. Mas porque ocorreu esse mal-entendido? Buscou-se demonstrar que este mal-entendido foi produzido por sentimentos que mesclaram culturas. E aqui se buscou referências na psicologia das vivências afetivas e na história das sensibilidades ou emoções. Para psicologia, e compreende-se da mesma forma, as vivências afetivas são universais a todos os seres humanos, independentemente de sua origem. Mas é claro que parte dessas vivências é marcada pela cultura. Justamente por isso nem sempre é possível fazer traduções exatas de alguns dos termos que designam os sentimentos para outras línguas; um exemplo é o vocábulo saudade em português e seus similares em outras línguas.

Nesse sentido, o que a pessoa ama ou odeia, tem raiva ou tédio, na verdade não é do outro em si, mas sim a imagem que ela tem desse outro. É nessa perspectiva que a tríade proposta por Chartier é fundamental para compreender como *práticas* geram *apropriações* que criam *representações*. E é assim que as pessoas deste período compreendem umas às outras. Poderia ser argumentado que esse tipo de discussão só faz sentido em um contexto de constituição do indivíduo a partir do século XIX. No entanto, pode ser contra-argumentado que o surgimento do indivíduo tem a ver a mudanças pelas quais o mundo ocidental passa ao longo XVIII e não no XIX, como já apontado por Aries (1986). Além disso, este autor (1986) aponta transformações na preocupação com o indivíduo, em especial como a criança já no final da Idade Média. Claro que, sem querer buscar a origem desse processo, pode-se entender

que a mudança não é homogênea e que ocorreu de modos diferentes em várias partes do globo. Por isso, a necessidade de enfatizar as histórias conectadas e as mudanças nos testamentos de Minas praticamente ao mesmo tempo que as mudanças na Europa do século XVIII. O que esses homens e essas mulheres amavam era, na verdade, sua *apropriação* do outro a partir de suas próprias noções/valores/sentimentos.

Retornando agora sobre como se trabalhou com os sentimentos de uma época, é necessário lembrar que, para se compreender aquela sociedade, foi necessária uma certa tradução dos sentimentos daquele período para este tempo. Além disso, como sugere Paiva<sup>183</sup>: “é necessário, portanto, nos curarmos do vício da origem exclusiva, marca tão importante de uma cultura ocidental e ocidentalizante, que parece ter triunfado historicamente, sobretudo a partir do século XV. A perspectiva de conexão entre histórias toma sentido ao inserir-se nesse universo.” Dessa forma, os referenciais culturais e afetivos dos milhares de homens e mulheres, livres, libertos e escravos informaram sim a constituição de suas famílias, dos laços afetivos de se concretizaram e da sociedade mineira como um todo. A Minas do Ouro era isso, sem a pretensão de definir tudo muito precisamente, bastante complexa, desfocada, inclassificável mesmo.

---

<sup>183</sup> PAIVA, Eduardo França. Histórias Comparadas, histórias Conectadas: Escravidão e mestiçagem no Mundo Ibérico. In: PAIVA, & IVO. (Orgs.). *Op. Cit.* 2008. p. 14.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

IBRAM/MO/CBG – CPO/LT Códices – 01(1), 02(6), 3(8), 05(11), 04(9), 06(12), 07(13), 08(16), 12(21), 20(33) e APM/CMS – Códices – 020, 190 e 200.

### **Fontes Impressas**

#### **Crônicas**

ANTONIL, João Andreoni. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas* (1711). Rio de Janeiro: 1989.

#### **Legislação**

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado D'El Rey D. Philippe. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e ordenadas pelo D. Sebastião Monteiro da Vide, propostas e aceitas em o Synodo Ducetano, que o dito Sr. Celebrou em 12/06/1707*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853 (1ª Edição Lisboa, 1719).

#### **Dicionários**

BLUTEAU, Raphael Padre. *Vocabulário Português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6 ed. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha, 1858, v. 2 [1789]

#### **Tratado**

PINTO, Antonio Joaquim de Gouvêa. *Tratado Regular e prático de testamentos, e successões, ou Compendio methodico das principaes regras, e principios que se podem deduzir das leis testamentarias, tanto patrias como subsidiarias, ilustrados e acabados com as competentes notas por Antonio Joaquim de Gouvea Pinto*(Ex-corregedor da Comarca de Porto Alegre) Lisboa, Typographia de José Baptista Morando. 1844.(4ª edição aumentada e Revisada). (1ª edição de 1813)

#### **Bibliografia**

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. & NOVAIS, Fernando. (Orgs). *História da Vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de . *O testamento no âmbito da herança: São Paulo séculos*

XVIII e XIX . In: I Jornada Internacional de História da Família: Uma abordagem interdisciplinar, 2003, São Paulo. Revista Seminários Internos do Cedhal. São Paulo: Cedhal, 2003.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: Saberes e Práticas Curativas nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2008.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. & PAIVA, Eduardo França (Org.). *O trabalho mestiço: maneira de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. (Coleção Olhares).

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini, *Pela Muita Amizade Que Lhe Tenho: Um Estudo Sobre As Mestiçagens Na Comarca Do Rio Das Velhas (C. 1710 - 1750)*. Belo Horizonte; FAFICH/UFMG, 2010 (Monografia de Bacharelado em História).

ARAUJO, Maria Lucília Viveiros . As práticas testamentárias paulistanas da primeira metade do século XIX. *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 3, n.9, p. 5, 2006.

ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. In: *Revista Histórica* nº6. São Paulo: Arquivo do Estado /SP, 2005. . Disponível em:: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br). Acesso 2012.

ARIÉS, Pilippe. E BÉJIN, André (Orgs.) *Sexualidade ocidentais: contribuição para a história e a sociologia da sexualidade*. São Paulo: brasiliense, 1985.

ARIÉS, Pilippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. Vol. 2.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BACELLAR, Carlos, SCOTT, Ana S. V, BASSANEZI, Maria Silvia. Quarenta anos de Demografia Histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 22, n.2. p. 339-350, jul./dez. 2005.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquistas, mercês e poder local – a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. [http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02\\_forum2.pdf](http://www.almanack.usp.br/pdfs/2/02_forum2.pdf).

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista,; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 189-221.

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair Teixeira, TRASSI, Maria De Lourdes . *Psicologias: Uma Introdução Ao Estudo De Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII e XIX*. São Paulo Annablume, 2006.

BRIGNOLI, Hector P. América Latina en la transición demográfica, 1800-1980. *Revista Poblacion y Salud en Mesoamérica*, V. 7, N. 2, enero -junio, 2010 (<http://ccp.ucr.ac.cr/revista/volumenes/7/7-2/7-2-1a/7-2-1a.pdf>)

- BRIGNOLI, Hector P. Los caracteres originales de la demografia historica latinoamericana. Trabalho apresentado no I Congresso da ALAP, Caxambu, MG, Brasil, 2004.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei-século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Família e Patriarcalismo em Minas Gerais. In: Paiva Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugual: sociedades, cultural e forma de governar o mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003. (Coleção Aldus)
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Editora Edusc, 2004. (Coleção História).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDERÓN, José Vasconcelos, *Lar raza cósmica, misión de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América del sur*. Paris: Agencia Mundial de Libreria, 1925.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Tese, doutorado).
- CANCLINI, Nestor Gracia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª edição. São Paulo Editor da universidade de São Paulo, 2008. (Ensaio Latino-americanos,1)
- CARDOSO, Fernando H. “Apresentação - Um livro perene”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006. (Introdução á história da sociedade patriarcal no Brasil;1)
- CARDOSO, Fernando H. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos - Cebrap*. n. 37 novembro de 1993.
- CERCEAU NETTO, Rangel. *Um em casa de outro*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares)
- CEVASCO, Maria Elisa Hibridismo cultural e globalização\* *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 131-138, jan.-jun. 2006
- CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada ,3: da Renascença aos Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. (trad.) Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 2003
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977.
- COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. In *Tempo Social: Ver. Sociol. Usp*. S. Paulo, 13(1): 143-158, maio de 2001.

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DALGALARRONDO, Paulo. A afetividade e suas alterações. In.: \_\_\_\_\_, *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Campinas: Artmed, 2008. (2ª edição).
- DAMATTA, Roberto. “O Brasil como morada - Apresentação para Sobrados e mucambos”. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. rev. São Paulo: Global, 2004. (Introdução á história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metópole (1808-1853) in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latinoamericana*. – ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os estudos culturais em debate. *UNIrevista* - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006)
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- FARIA, SHEILA C. Historia da Família e Demografia Historica. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da Historia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Franteira. 1998.
- FEBVRE, Lucien Paul Victor. *Combates pela historia*. Lisboa: Presença, 1977. vol. 2.
- FELL, Eve-Marie. “Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria”. In: Pizarro, Ana (org.), *América Latina: Palavra Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, vol. 2, pp. 577-595.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC. 1997.
- FLANDRIN, Jean Louis. *Famílias parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FLEXOR, Maria Helena M. O. . Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 00, p. 1-8, 2007.
- FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista,; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15ed. ver. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Junia Ferreira, A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro/Brasília: Paz e Terra/ CNPQ, 1988.
- GENOVESE, Eugene D. *Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

- GOLDSCHIMIDT, Eliana Maria Rea. *Casamentos Mistos – liberdade e Escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Fábio Carlos Viera e MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamentos: o caso de São José dos Rios das Mortes, 1743-1850. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FAFICH/ UFMG, vol. 23, n. 37, p.184-207, jan/jun 2007
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GRUZINSKI, Serge. “Os índios construtores de catedrais. Mestiçagens, trabalho e produção na Cidade do México”. In: ANASTASIA, Carla Maria Junho. & PAIVA, Eduardo França (Org.). *O trabalho mestiço: maneira de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. (Coleção Olhares).
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares. In: REIS, J.J. GOMES, F.S. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das letras.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e brecha camponesa. In: *Revistas do Departamento de História*, nº 8. Belo horizontes: Fafich - UFMG. 1989. p. 28-37.
- GINZBURG, C. Freud, o Homem dos Lobos e os Lobisomens In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 207-217.
- GURAN, Milton. Os brasileiro do Benim. In: *Agudás, os brasileiro do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 1-167.
- HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African Ethnicities in The Americas: Restoring the Links*. Chapel Hill, the University of North Carolina Press, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HALL, Stuart. Cultural Identity and Diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). *Identity – community, Culture, Difference*, London: Laurence e Wishart, 1990, p. 222-237. (Trad. Brás.: Identidade Cultural e diáspora. In *Revista do patrimônio História e Artístico Nacional*, 24.1996, p.:68-76)
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In.: FRAGOSO, João.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista,; GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.
- HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4, p. 339-349.
- HOLLINGSWORTH, Thomas H. Uma conceituação de Demografia histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In MARCILIO, Maria Luiza (organizadora). *Demografia Histórica*. Novos Ubrais. Livraria Pioneira Editora, 1977. p. 23-39
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografia – a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In. BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, século XVI-*

XIX. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal. In.: CHARTIER, Roger (Org.) *História da vida privada, 3: da Renascença aos Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista – Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1988.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Os nomes do Império no século XVII em Portugal. Seminário Facetas do Império na História. Universidade Federal do Paraná, 2006. in: <http://pt.scribd.com/doc/7240792/conceitoimperio>.

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina, SILVA, Vera Alice Cardoso, PEREIRA, Ana Luiza Castro, CHELBE, Gilson Brandão. Evolução da economia e da riqueza na comarca do rio das velhas – capitania de Minas Gerais, 1713 – 1763, em 10º Seminário sobre economia mineiro, Diamantina, Cedeplar, 2002. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/testos/d04.PDF](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/testos/d04.PDF). Acesso em 2012

MARCILIO, M. L. A demografia histórica brasileira neste final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.14, n. ½, p. 125-143, jan./dez. 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro, Stuart Hall, cultural studies e a nostalgia da dominação hegemônica, In: *Communicare*. Vol. 8, nº 1, 1º sem. 2008.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Via bahia: a importação de escravos para minas gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. *XIV Seminário sobre a Economia Mineira : anais*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. CD-ROM. Texto do XII Seminário – 2006.

MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo. In.: NUNES, Edson de Oliveira (Org.) *A aventura sociológica – objetividade, paixão improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTOS, Hebe Maria, *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. (Descobrimos o Brasil).

MAMIGONIAN, Beatriz. África no Brasileira: mapa de uma área em expansão. *Topoi*, n. 9, v. 5, p. 33-53, 2004.

MATORY, Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismos. *Mana*. 1999, v.5, n. 1, pp. 57-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/vn1a03.pdf>

MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade – a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FAFICH/ UFMG, vol. 23, n. 37, p.167-183, jan/jun 2007.

MOTTA, Jose F., COSTA, Iraci. Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.14, n. ½, p. 151-158, jan./dez. 1997.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e identidade afro-brasileira. Conferência proferida na abertura do evento “Em torno do Negro”, realizado na Universidade Federal Fluminense no período de 20/11 a 20/12/1998.

NEVES, Rita Ciotta. Os Estudos Pós-Coloniais: um Paradigma de Globalização. In: *Babilônia* n.º 6/7 2009.

OLIVEIRA, Emerson Divino Ribeiro de. *Transculturização: Fernando Ortiz, O Negro E A Identidade Nacional Cubana 1906-1940*, Goiânia, Abril de 2003. (Dissertação de mestrado apresentado ao programa de mestrado em História da Sociedade Agrárias de UFGO).

OLIVEIRA, Emerson Divino R. GILBERTO FREYRE E FERNANDO ORTIZ: UM ESTUDO COMPARATIVO. In: I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História - UFG/UCG, 2008, Goiânia. *Anais I Seminário de Pesquisa*, 2008.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana: Dirección de Publicaciones, Universidad Central de las Villas, 1965..

PAIVA, Clotilde A. ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas Oitocentista: Listas Nominativas. In: *V SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1990.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. (Coleção Olhares).

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – Estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: Eliana Regina de Freitas Dutra; Jean-Yves Mollier. (Org.). Política, Nação e Edição - o lugar dos impressos na construção da vida política - Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. 1ed.São Paulo: Annablume, 2006, v. , p. 1-622.

PAIVA, Eduardo França. Milícias negras e culturas afro-brasileiras: Minas Gerais, Brasil, século XVIII. In: *XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG*, 2004, Juiz de Fora. Anais Eletrônicos - XIV Encontro Regional de História - ANPUH-MG, 2004.

PAIVA, Eduardo França. Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII - *II Jornada Internacional Brasil-África - UFMG-2004*. 2004. (Outra).

PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2006.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2010. (Coleção Olhares).

PAIVA, Eduardo França. Transito e mobilidade entre mundos: Escravidão globalizada comércio e práticas culturais. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa América e África*. São Paulo: Annablume; Belo

- Horizonte: Fapemig; PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares).
- PAIVA, E. F. ; CERCEAU NETTO, R. . Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org.). *Pitangui colonial. História & Memória*. 1ed.Pitangui: Arquivo de Pitangui, 2011, v. 1, p. 133-154.
- PAIVA, Eduardo França, *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012. (Tese, apresentada a banca para o concurso de Professor Titular de História do Brasil).
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Anos de Busca. In: *Gilberto Freyre - um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo, Ed. da UNESP: 249-327. 2005.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO Fernanda Arêas, (Org.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências Sociais).
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Ingleses no Brasil: um estudo de encontros culturais (Resenha de Ingleses no Brasil de Gilberto Freyre). In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 227-230, novembro de 2001.
- PARÉS, N. Entre duas costas: nações, etnias, portos e tráfico. In: *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jathahy, Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 04 febrero 2005, consultado el 29 octubre 2012. URL : <http://nuevomundo.revues.org/229> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.
- PEIXOTO, Tatiana da Cunha Peixoto. *Os Mandarins do Sertão: os criadores de gado do São Francisco 1650-1750*.Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- PRADO JR. Caio. Caráter Inicial e Geral da Formação Econômica Brasileira. In: *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- PRIORE, Mary Del. “Um diário, a carne e a pedra em Gilberto Freyre”. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Org.). *O trabalho mestiço: maneira de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. (Coleção Olhares).
- PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- QUEIJA, Berta Ares. Las categorías del mestizaje: desafíos a los constreñimientos de un modelo social em el Pedro colonial temprano. *HISTORICA*. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, v. XXVIII, n. 1, 2004, p. 193-218.
- QUEIJA, Berta Ares.. Mestizos, mulatos y zambaigos (Virreinato Del Pedrú, siglo XVI). In: QUEIJA, Berta Ares.& STELLA, Alessandro. (coord.) *Negros, mulatos, zambaigos – Derroteros africanos em los mundos ibéricos*. Sevilla: Escuela de estudios Hispano-Americanos/CSIC, 2000, p. 75-88.
- QUEIJA, Berta Ares.. “Um borracho de chicha y vino”: la construcción social del mestizo (Peru, siglo XVI). In: *Mezclado y sospechoso: movilidad e identidades, España y América (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Collection Casa de Velásquez, 2005, p. 121-144.
- RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 44. vol.1. p.132-153, 2008.

- RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas – o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n.31, 01/2004. p. 41-68.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de. & NOVAIS, Fernando. (Orgs). *História da Vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- REIS, José Carlos. Anos 30: Gilberto Freyre - o relogio da colonização portuguesa In. *As Identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 52-82, 1999.
- REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. *Revista Brasileira de Estudos de População. Brasília*, v. 14, n.1/2, p 101-124, jan./dez. 1997.
- RODARTE, Mario M. S. ; PAIVA, Clotilde A. ; GODOY, Marcelo M. . Publicação crítica de censo sócio-demográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: *Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros*, 2010, Brasília. Anais do Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros. Brasília : BRASA, 2010. ([http://www.brasa.org/\\_sitemason/files/eyM11C/Mario Marcos Sampaio Rodarte.doc](http://www.brasa.org/_sitemason/files/eyM11C/Mario Marcos Sampaio Rodarte.doc))
- RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Tese (doutorado de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG. Departamento de Demografia, Belo Horizonte, 2008.
- RODRIGUES, Cláudia. . As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. In: *XIII Encontro de História ANPUH-RJ*, 2008, Seropédica/RJ. Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008.
- ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, p. 106-117, 2009.
- ROMEIRO, Adriana. As Minas antes das Minas: reflexões sobre os albores da história mineira. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, p. 7-22, 2009.
- ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum (UFPB)*, v. 19, p. 165-181, 2008.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, n12, pp.11-50.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e Povoamento: São Paulo no século XVIII*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- SÂMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Siveira T. Tupy. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SANTANNA, Luiz Alberto Sciamarella. A HISTÓRIA DO MENTAL DE LUCIEN FEBVRE: a iconografia revela a sensibilidade religiosa. *Projeto História*, São Paulo, n.37, p. 41
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Companhia das letras/ Cnpq, 1988.
- SCHUARTCZ, Lilia K. Moritz. Usos e Abusos da Mestiçagem e da Raça no Brasil: um história da teoria raciais em finais do século XIX. In: *Afro-Ásia*, 18, 1996, pp. 77-101.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-*

- 1800). Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2007
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira – O 'parentesco espiritual' como elemento de coesão social. *Varia Historia*, n. 31, Jan. 2004 pp. 97-140
- SILVEIRA, Renato. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. *Afro-Ásia*, n. 38, p. 245-301, 2008.
- SLENES, Robert, *Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicam, 2011.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*, Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Jessé. “A atualidade de Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO Fernanda Arêas, (Org.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências Sociais).
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, 1);
- SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de sangue e nobreza de costume: idéias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII. In: O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- STEINBACH, Amanda Maíra. Psicanálise freudiana e história: possibilidades e limites da construção de uma história dos sentimentos. *Revista de Teoria da História* Ano 2, Número 5, junho/ 2011.
- SWEET, James. *Os Recriar África: cultura, parentesco, e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 29-48, 225-271, 273-78, 309.
- THORNTON, John. Grupos Culturais africanos no mundo Atlântico. In: *A África e os africanos no Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 253-311.
- UNESCO. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Ed. por Bethwell Allan Ogot. Brasília : UNESCO, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e Idolatrias: Cultura e Resistência Indígenas no Mundo Colonial Ibérico. *Revista Brasileira de História*, Belo Horizonte: ANPUH/FAPESP/CNPq/MACO ZERO, v. 11, n. 21, p. 101-124, set.90/fev.91.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VAN DE WALLE, ETIENNE. Demografia Histórica e modelos. In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica*. Novos Ubrais. Livraria Pioneira Editora, 1977. p. 119-138
- VANHEE, Hein. Central African popular christianity and the making of haitian voodoo religion. In.: HEYWOOD, Linda M. *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: NUNES, Edson de Oliveira (Org.) *A aventura sociológica – objetividade, paixão improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VOVELLE, Michel. *Ideologias de Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense. 1991.

VOVELLE, Michel. *As almas do purgatório, ou, O trabalho do luto*. São Paulo: editora Unesp, 2010.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro, Americana, 1975.